

## O PCP PROPÕE ENCONTRO COM O PS

No dia 24 do passado mês de Novembro, o Comité Central do Partido Comunista Português, numa carta enviada à Comissão Nacional do Partido Socialista, propôs a realização urgente de um encontro entre as direcções dos dois Partidos. Até à data, os órgãos directivos do PS ainda não deram qualquer resposta oficial à proposta do PCP.

Do Comité Central do PCP  
À Comissão Nacional do Partido Socialista

Prezados Amigos,

Num momento particularmente crítico da vida nacional em que as forças reaccionárias e de direita ameaçam de forma crescente a Revolução portuguesa, o Comité Central do PCP, consciente da gravidade da situação actual, toma a iniciativa de vos propor com a maior brevidade um encontro de delegações das direcções dos nossos dois Partidos, a fim de examinarmos em comum a conjuntura actual, as medidas pertinentes e as relações entre os nossos dois Partidos.

O Comité Central do PCP vê com a maior apreensão a rápida degradação da situação política, económica e social do País.

Crescem de maneira inquietante as actividades conspiratórias e provocatórias da direita reaccionária. A libertação dos PIDES, de bombistas confessos e de presumíveis dirigentes da rede terrorista é um incentivo à prática de novos atentados e actos de violência.

A ausência de medidas enérgicas e firmes da parte do Governo,

(Continua na pág. 2)



## VOTAR NA FRENTE POVO UNIDO PARA AUTARQUIAS DEMOCRÁTICAS

5 perguntas e 5 respostas acerca das eleições para as autarquias locais • noticiário sobre a actividade da Frente Eleitoral Povo Unido — Págs. 3 e 4



Págs. 8/9

Na herdade da Lobata os trabalhadores agrícolas firmes e unidos na defesa da Reforma Agrária, contra as tentativas de recuperação dos agrários

## A OFENSIVA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA DEFRONTA A FIRMEZA E A ORGANIZAÇÃO

### Editorial

#### POR AUTARQUIAS DEMOCRÁTICAS AO SERVIÇO DO POVO

Abriu oficialmente a campanha eleitoral para as autarquias locais, cujas eleições se realizarão no prazo prescrito pela Constituição da República. Significa isto que entramos na fase derradeira da última etapa da institucionalização da Democracia Portuguesa.

Deve sublinhar-se a importância política destas eleições, em muitos aspectos radicalmente distintas das anteriores. Distintas pelos seus objectivos específicos, distintas pela sua amplitude democrática no processo eleitoral.

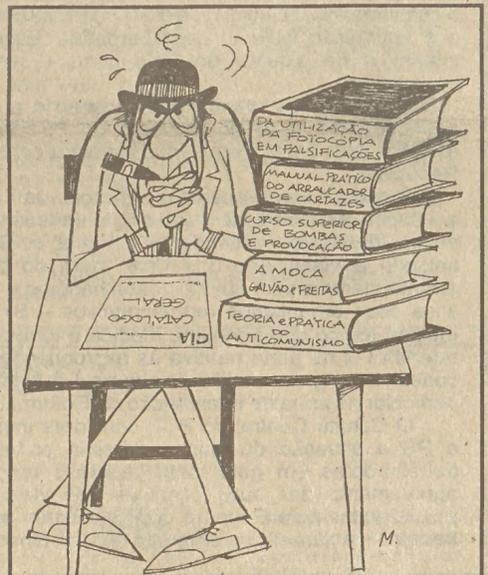
A 12 de Dezembro, próximo, cerca de 6 milhões e meio de eleitores escolherão para os órgãos locais de mais de 300 concelhos e 4000 freguesias do continente e Ilhas Adjacentes dezenas de milhares de cidadãos.

Alguns condicionamentos tem dificultado a preparação do acto eleitoral e certamente influirão nos seus resultados.

Dois processos completamente diferenciados — o processo Revolucionário e o processo eleitoral — teriam podido convergir para um mesmo objectivo se a revolução de Abril, no seu desenvolvimento, tivesse criado um regime democrático e progressista estável, caracterizado constitucionalmente pelas mais amplas liberdades, por transformações profundas das estruturas económicas e sociais, pela liquidação definitiva do capital monopolista e por uma política firmemente orientada na direcção do socialismo.

Como é sabido, este objectivo só parcialmente foi atingido e as necessárias transformações de estrutura e de forma não puderam até agora

(Continua na pág. 2)



A provocação,  
a falsificação,  
a agressão,  
enfim  
a reacção!

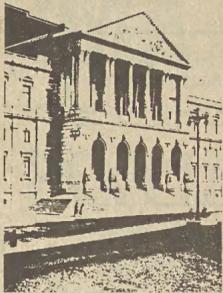
Pág. 5



Páginas centrais

Em Lisboa, Porto e Coimbra concentraram-se no passado sábado centenas de milhares de trabalhadores repudiando a política antioperária que põe em risco as conquistas da revolução

## OS TRABALHADORES MANIFESTAM-SE CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO



# Os comunistas na Assembleia da República

Enquanto prosseguem em ritmo crescente os pedidos de audiência de delegações de trabalhadores ao Grupo Parlamentar do PCP, a Reforma Agrária e o Ensino ocuparam lugar de destaque nos últimos dias de debate em S. Bento. Entretanto, a discussão em torno do Conselho da Europa revestiu-se de particular significado e, por limitações de espaço, apenas a ela nos referiremos hoje.

A discussão da proposta de adesão de Portugal ao Conselho da Europa foi para os deputados comunistas uma oportunidade de reafirmarem o carácter patriótico e nacional da política externa que defendem, uma oportunidade de erguerem a sua voz na luta pela independência nacional. Desenvolvendo os termos da declaração de voto do nosso Partido na comissão, o camarada Carlos Carvalhas mostrou o sentido da existência do Conselho da Europa e situou politicamente o significado do acto de adesão de Portugal a essa organização, desmascarando nomeadamente em resposta a pedidos de esclarecimento o carácter equívoco dessa organização em relação ao fascismo português. «Ultrapassando a capa legal e formal dos estatutos, o que de facto levou à constituição do Conselho da Europa foi a necessidade de o imperialismo organizar uma frente ideológica e de pressão na opinião pública que, ultrapassando as rivalidades e contradições dos países signatários, formasse uma barreira ao avanço do socialismo, em face da movimentação popular do pós-guerra».

«Para nós, a Europa não reúne somente nove ou dezoito dos trinta e quatro Estados europeus. Para nós, a Europa não é a dos monopólios, da guerra fria, da dominação, da decadência moral, da crise económica e social, mas sim a Europa do espírito de Helsínquia, do desarmamento, da paz, das relações de cooperação mutuamente vantajosas.

Como é evidente, combateremos, rejeitaremos e rejeitaremos todo e qualquer abandono da nossa independência e toda a ideia ou prática de ingerência nos nossos assuntos internos. Pensamos que só uma política económica, social e diplomática

que tenha em conta os interesses dos trabalhadores, dos emigrantes, do nosso povo, isto é, só uma política verdadeiramente patriótica e nacional dará resposta aos nossos problemas, reanimará a nossa economia e salvaguardará a nossa independência.

Pensamos que é no nosso País, e não em Londres, Boston, Washington ou em qualquer outra capital, que se decidem os destinos de Portugal.

Por isso afirmamos que no Conselho da Europa, como em qualquer outra parte, lutaremos por uma Europa democrática, pacífica e independente, por uma Europa dos trabalhadores. Lutaremos por uma transformação socialista da nossa sociedade, em convergência com todas as forças democráticas e populares, na plena liberdade de decisão soberana do Povo português».

O nosso camarada Aboim Inglês desenvolveu as considerações de fundo que basearam a nossa posição de votar contra a adesão do nosso País ao Conselho da Europa: «Durante o fascismo, muitas vezes até pela boca dos carrascos da PIDE, nas salas de tortura (...) ouvi eu e ouvimos nós, comunistas, as argumentações dos teóricos fascistas sobre a pretensa incompatibilidade entre o internacionalismo e o patriotismo. A História nos julgou, a prática provou quem eram os patriotas e quem eram os traidores à Pátria. E resposta nem sequer mereceu o eco que se atreveu a chegar a esta sala vindo daquelas outras sinistras salas do passado (o nosso camarada referia-se aqui nomeadamente às calúnias de um provocador deputado reaccionário). (...) Partimos do princípio que «a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da

Revolução, o progresso económico-social acelerado, são inseparáveis de uma política nacional independente»; que «a política de recuperação capitalista e agrária caminha a par do agravamento da submissão ao imperialismo», e que, portanto, «na realidade portuguesa, democracia, progresso, socialismo e independência nacional são inseparáveis».

Mostrando que, no tempo do fascismo, a solidariedade moral e material para com os antifascistas portugueses não lhes veio do Conselho da Europa nem dos Estados que o compunham, o nosso camarada denunciou depois com exemplos e citações concretos os casos de ingerência de documentos dessa organização na nossa vida política depois do 25 de Abril de 1974. Assim citou a recolha de boatos falsos (por exemplo o dos milhares de cubanos em Portugal), as recomendações após as eleições para a Assembleia da República, de que «segundo a prática ocidental, uma coligação entre os dois principais partidos pareceria lógica» (o que não aconteceu no entanto nem na RFA, nem em França, nem em Itália, etc.), de que «a retirada do PCP do Governo estaria na linha de um comportamento democrático». E mais, esses documentos vão ao ponto de se lamentar que a Constituição em certas passagens se parecesse com um manifesto revolucionário, de se inquietarem com o «compromisso aparentemente irreversível de Portugal rumo ao socialismo», de fazerem reparos ao Conselho da Europa como órgão de soberania, aos seus poderes e até mesmo à sua composição. Citando as páginas dos relatórios em que se encontram estas «democráticas» ingerências do Conselho da Europa, o nosso camarada disse ainda: «É altamente revelador

que o representante dum partido que votou contra a Constituição venha agora aplaudir a adesão de Portugal ao Conselho da Europa, porque isso poderia permitir a «adaptação» progressiva da nossa Constituição a modelos estrangeiros que não são os que já por três vezes o Povo português maioritariamente consagrou.» Referia-se o nosso camarada a um deputado do CDS que, mais afortunadamente deixou transparecer a esperança reaccionária de que o nosso povo abdicasse da perspectiva do socialismo, com a adesão ao Conselho da Europa. Ou seja, um deputado reaccionário se encarregou, involuntariamente, de dar confirmação ao que os comunistas denunciaram.

No mesmo dia, aliás, o nosso camarada Carlos Brito viria a denunciar a política perigosa para a nossa independência nacional que o Governo segue em relação aos empréstimos externos. Tratava-se de uma declaração de voto respeitante à votação de um empréstimo até um milhão de contos que o Governo apresentou no penúltimo dia do prazo, sem os esclarecimentos necessários e que a Assembleia teve de votar, sem que essa matéria tivesse sido inscrita na Ordem do Dia nos termos do Regimento por que se rege a Assembleia.

## Sobre o Conselho da Europa:

1. O Conselho da Europa, fundado em 1949, é uma criação da guerra fria e, mau grado a influência que sobre ela possa ter exercido o processo de desanuviamento em curso na Europa, mantém a sua natureza de bloco político de uma parte dos Estados europeus que se opõe a outros Estados europeus — isto é, uma «Europa mutilada» dentro da lógica do passado e não do futuro.

2. O Conselho da Europa tem como objectivo expresso (art.º 1.º do Estatuto) «realizar uma união mais estreita entre os seus membros» e, nomeadamente pelas atribuições do seu Comité de Ministros (art.º 15.º), a «adopção pelos Governos de uma política comum em relação a questões determinadas», de âmbito bastante lato, — o que tudo confere tendencialmente às suas decisões um carácter objectivamente vinculatório, mormente para pequenos países, como o nosso, em situação de dependência económica de grandes potências. As preocupações que daí advêm quanto a eventuais imposições externas mais se acentuam, dado ser política do Conselho da Europa uma orientação no sentido da unificação com outras entidades internacionais europeias, essas já explícitas e juridicamente supranacionais.

3. Posições recentes do Conselho da Europa, especialmente o relatório sobre a situação em Portugal do relator sr. Gessner (doc. 3 782, de 4.5.1976), e o parecer do relator sr. Aubert (doc. 3783, de 4.5.1976), contém reiteradas e graves intromissões em questões estritamente internas da soberania do Estado e do Povo português, e podem fundamentalmente fazer recaer a sua repetição.

4. A adesão de Portugal ao Conselho da Europa não é um acto isolado da diplomacia portuguesa, antes se insere com outros numa linha de política externa que entemos ser prejudicial ao reforço e garantia da independência nacional, nomeadamente por não afrouxarem, antes acentuarem os laços de dependência tradicionais, responsáveis em boa parte pelo nosso atraso secular, a longa noite fascista, a guerra colonial.

5. Por tudo isto, os Deputados do Partido Comunista Português e membros da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração pensam que a adesão de Portugal, como membro pleno, ao Conselho da Europa, não entra no espírito fundamental da Constituição da República Portuguesa e choca-se assim com a linha mestra defendida pelo PCP para a política externa de Portugal: a salvaguarda e reforço da independência nacional, com vista à defesa da liberdade e promoção do progresso económico-social do nosso povo, contribuindo activamente para a paz, a segurança, a cooperação e o progresso social de todos os povos do mundo. Em consequência, votamos vencidos a adesão de Portugal ao Conselho da Europa na Comissão.

6. O PCP defende o desenvolvimento de boas relações de cooperação com todos os povos e países, e portanto sem dúvida com os Estados membros do Conselho da Europa. Em consequência, deputados comunistas participaram no passado e não deixarão de participar no futuro em actividades do Conselho da Europa, precisamente para promover a possível cooperação multilateral de Portugal com esses países também por essa via, em pé de igualdade e visando o interesse recíproco, com o estrito respeito da soberania do nosso Povo e independência nacional.

23 de Novembro de 1976

## O PCP PROPÕE ENCONTRO COM O PS

(Continuação da pág. 1)

no âmbito que lhe cabe, contra as actividades terroristas e fascistas faz perigar cada vez mais a liberdade e a segurança dos cidadãos e a existência da própria Democracia.

Da mesma forma e proliferação da imprensa fascista e fascizante, o recrudescimento da campanha anticomunista na imprensa estatizada e em outros órgãos de comunicação social sob o controlo do Estado, como a Rádio e a TV, constituem um incentivo a novos atentados e violências da direita reaccionária.

Por outro lado, os círculos do capital financeiro e da grande propriedade latifundiária estão levando a cabo pressões de toda a ordem no sentido de recuperação agrária e capitalista, a qual, a consumir-se, significaria a destruição das conquistas da Revolução e a supressão violenta das liberdades. Esses círculos agindo no interior e no exterior do País contam com o apoio activo do imperialismo.

Um factor de grande preocupação é a ausência de resposta adequada da parte do Governo do Partido Socialista, que leva à prática uma política em vários aspectos contrária à Constituição da República.

O que se passa quanto à aplicação da Lei da Reforma Agrária e à imposição compulsiva do «direito de reserva» com a intervenção maciça das forças militarizadas a mando do Governo sem cuidar da unidade e viabilidade das UCP, nem do direito preferencial ao arrendamento e sem ouvir os trabalhadores e cooperantes das UCP e os seus organismos representativos — Sindicatos e Ligas — ao mesmo tempo que nenhuma medida é tomada para a aplicação da referida Lei na parte relativa às expropriações, não pode deixar de constituir um grave motivo de alarme e de perturbação no País, e em particular na zona de intervenção da Reforma Agrária.

O Comité Central do PCP considera imperativo examinar com o PS a situação da classe operária portuguesa e das massas trabalhadoras em geral actualmente a braços com um sensível agravamento das suas condições de vida. As leis ultimamente promulgadas pelo Governo do PS afectam seriamente o direito ao trabalho e a garantia de emprego dos trabalhadores portugueses. Por

outro lado, o pagamento compulsivo do décimo terceiro mês em títulos do tesouro para os salários e vencimentos superiores a 7 mil escudos, aliado ao prático congelamento da contratação colectiva e à subida dos preços dos artigos e serviços de primeira necessidade, agravará de maneira notória, particularmente, a situação económica de milhares de famílias de operários e empregados.

O Comité Central do PCP deseja igualmente debater com o PS a situação que resulta da entrega aos antigos patrões, que as sabotaram ou conduziram à falência, de empresas com intervenção do Estado, geridas ou sob o controlo dos trabalhadores. Da mesma maneira é preocupante a falta de apoio às empresas nacionalizadas, os atrasos na reconversão de muitas delas e a falta de incentivo às empresas cooperativas e em autogestão.

Nas vésperas da abertura da campanha para as eleições das autarquias locais e da realização do Congresso de todos os Sindicatos, em que é fundamental o entendimento e a unidade das forças de esquerda em geral e das classes trabalhadoras em particular, o diálogo entre comunistas e socialistas, a procura de soluções comuns e o estabelecimento de relações normais entre os nossos dois Partidos, são indispensáveis à defesa da democracia, das conquistas da revolução e da construção de um Portugal Democrático a caminho do Socialismo.

O Comité Central do Partido Comunista Português reitera a sua proposta de conversações urgentes e espera que a vossa Comissão Nacional, consciente da responsabilidade que aos nossos dois Partidos cabe no desenvolvimento pacífico do nosso processo Democrático, nos envie a sua resposta favorável com brevidade.

O CC do PCP reserva-se o direito de oportunamente dar publicidade a este documento.

Aceitai, prezados amigos, as nossas Saudações Democráticas.

24 de Novembro de 1976

O Comité Central do  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## Editorial

### POR AUTARQUIAS DEMOCRÁTICAS AO SERVIÇO DO POVO

(Continuação da pág. 1)

operar-se a um nível conveniente, daí que todo o processo eleitoral da Revolução portuguesa se tenha fortemente ressentido dos condicionamentos do processo revolucionário.

As eleições para as autarquias locais vão inserir-se elas também, como é óbvio, neste conflito dos dois processos, que se agravou, e por isso mesmo constituem uma importante batalha pela democracia e pela defesa dos interesses vitais das populações.

Esta batalha pode e deve ser ganha pelas forças democráticas e pelas massas populares. Por cima das diferenças de opinião entre os democratas, para além das filiações partidárias e dos credos religiosos de cada um, a linha dos interesses solidários dos trabalhadores e do povo deve prevalecer.

As dificuldades são grandes mas, precisamente existem para serem vencidas.

As condições políticas que subsistem em largas zonas do País não favorecem aí nem o amplo esclarecimento, nem a organização, nem a plena expressão da vontade popular por meio do voto.

A própria lei foi manipulada para dificultar uma ampla participação das forças de esquerda. Só a presteza e a capacidade de organização das forças democráticas coligadas na Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), permitiram neutralizar uma primeira armadilha legal que as impedia de coligar-se.

Mesmo passado este primeiro obstáculo «legal» outras forças reaccionárias de segunda linha se movimentam para sabotar por meio da Lei a participação popular unitária. O caso do Juiz da Comarca de Torres Vedras — um magistrado que esteve preso em Angola pelo MPLA e posteriormente em Caxias sob acusação de pertencer ao ELP — manobrando a seu talante a arma judicial, é dos mais flagrantes e significativos. Este juiz de Torres Vedras quis e pôde, sem que nenhum outro poder lhe travasse o passo, manejar a lei ao sabor dos interesses da reacção e impedir em três importantes concelhos do Oeste a concorrência das listas «Povo Unido».

Paralelamente outras «armas» são utilizadas pela direita reaccionária. O caciquismo local de cariz fascista, o paternalismo feudal dos grandes senhores da terra, que encobre de facto a submissão e a servidão de milhares de pequenos agricultores proprietários e rendeiros, e, como «argumento» último, a violência e a provocação contra os que não afinam pela flauta da direita e do despotismo local, são formas antidemocráticas que o processo revolucionário não conseguiu extinguir.

Os que afanosamente procuram agora impedir que portugueses honestos e progressistas trabalhem pelo bem estar do seu Povo e da sua terra, são os mesmos que durante o reinado fascista de Salazar e Caetano condenaram ao abandono, à doença e à miséria, ao analfabetismo e ao isolamento social e geográfico milhares de pequenas comunidades rurais e que à frente das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia faziam tombar sobre os pobres toda a espécie de encargos e alcavalas, ao mesmo tempo que criavam para si próprios e para os seus parceiros de classe situações de privilégio.

A direita reaccionária sabe como será importante para as massas populares o controlo das alavancas do poder local. Os poderosos, os senhores do CDS, da CAP e do PPD, querem manter os seus feudos e conquistar outros como passo essencial para suprimir as liberdades, destruir a democracia, aniquilar uma a uma as conquistas da Revolução.

O erro da reacção é pensar que o nosso Povo tem os olhos fechados, que não aprendeu nada desde o 25 de Abril, que está de novo disposto a enfiar o pescoço na canga da submissão. Os velhos tempos, os velhos servilismos e preconceitos de classe estão a desfazer-se sob os impulsos da Revolução de Abril.

O nosso Povo aprendeu. Aprendeu numa larga medida, sobretudo, a estimar a sua liberdade e unido, aprendeu a ver quem são os seus verdadeiros e os seus falsos amigos, aprendeu a saber o que quer e para onde deseja ir. O nosso Povo começa a saber que a sua felicidade tem de sair das suas próprias mãos e do seu próprio querer

e este amadurecimento de consciência é já em si uma primeira derrota da reacção.

Mas uma grande derrota da direita reaccionária e um extraordinário sucesso das forças democráticas, foi a constituição da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) e a apresentação de mais de 28600 candidatos em 285 concelhos e 1394 freguesias do Continente e ilhas.

Muitos milhares de candidatos da FEPU às Câmaras e Assembleias Municipais e das Comissões Eleitorais Unitárias às centenas de milhares de freguesias, onde foi possível romper com a resistência do caciquismo fascista, são homens e mulheres que à frente das autarquias locais depois do 25 de Abril trabalharam esforçadamente para melhorar a qualidade de vida do seu Povo, são portugueses e portuguesas saídos das Comissões de Moradores, dos Conselhos de Aldeias, das Comissões de Trabalhadores e de outros organismos unitários de base que aí deram o melhor de si próprios como dirigentes populares experimentados.

Comunistas, socialistas, democratas de todas as tendências, homens e mulheres de comprovada honestidade e devotamento ao Povo prepararam-se, unidos, para dar uma resposta aos problemas agudos que afligem as populações locais.

Problemas da saúde pública, da habitação, dos transportes, do analfabetismo e da cultura, das creches e jardins de infância, do desporto popular e outros, só podem ser equacionados por homens e mulheres metidos na massa, embrenhados na vida local, com uma visão rasgada do presente e do futuro.

Os quase 30000 candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido representam uma proposta de vida local melhor e mais feliz, assente em projectos tão diferenciados quanto várias são as situações de cada vila ou aldeia, de cada bairro ou freguesia cidadãs.

É impossível levar por diante uma tal gama de projectos sem uma intensa e viva participação

popular e democrática nos órgãos de poder local.

Não são os reaccionários do CDS e do PPD nem os divisionistas dos GDUPS, não são os tachistas, que enxameiam o aparelho de Estado, aí encaixados pelo partido no poder, que podem fornecer soluções justas e trabalhar devotadamente por elas à frente das autarquias locais.

Não se pode, por exemplo, defender a Reforma Agrária colocando nos órgãos do poder local as zonas de intervenção gente que não se disponha a trabalhar com sensatez e firmeza na defesa dessa grande conquista da Revolução.

O programa da FEPU é um programa saído das aspirações do Povo e das realidades locais. Apoiá-lo, popularizá-lo, levá-lo dos grandes centros às minúsculas aldeias e lugares é uma tarefa prévia de todos os democratas.

Na pugna eleitoral de 12 de Dezembro nenhuma português digno desse nome, nenhum homem, mulher ou jovem progressista, ninguém que anseie construir um Portugal livre, democrático e feliz pode ficar à margem.

Para que todos participem, uma grande campanha de esclarecimento de massas deve ser levada a cabo. É preciso, eleitor, saber onde marcar no boletim de voto o sinal certo, o sinal na FEPU. Sim em alguns boletins de voto estarão foices e martelos. São foices e martelos da divisão e da confusão, do MRPP e do PC de P (m-l) que actuam como rafeiros da reacção.

Os comunistas, o PCP, não votarão desta vez na gloriosa foice e no martelo, mas nos três quadrados entrelaçados da FEPU.

Nenhum democrata, nenhum antifascista, nenhum português de esquerda que ama verdadeiramente a sua terra, a liberdade e a democracia tem o direito de se abster.

A abstenção serviria só e apenas os inimigos do Povo, os caciques da direita reaccionária.

Português: votar, e votar FEPU é votares no teu Povo e no teu País!

# 5 perguntas e 5 respostas acerca das eleições para as autarquias locais

## Para que servem as eleições para as autarquias locais?

As eleições para as autarquias locais, que vão realizar-se no próximo dia 12 de Dezembro, destinam-se a eleger as Assembleias de Freguesia, as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais.

Estas eleições (nos locais onde se realizarem nas condições de liberdade e democracia garantidas por lei) irão permitir que os cidadãos eleitores escolham livremente os homens e mulheres em quem confiam para gerir esses órgãos de Poder que estão mais próximos das populações, completando assim a institucionalização do Estado democrático.

Muitas pessoas continuam ainda a ver as freguesias, as câmaras como os pelouros de uns certos senhores que se utilizam do cargo para benefício próprio e dos compadres, ou ainda como o local onde se vai simplesmente pedir um certificado de residência ou qualquer outra certidão. É importante explicar a essas pessoas que isso foi no tempo do fascismo. É necessário explicar-lhes que as autarquias podem e devem ter um papel fundamental no desenvolvimento das localidades e na melhoria das condições de vida das populações. Desde a construção de escolas, hospitais, casas, parques, à abertura de estradas, esgotos, ao desenvolvimento da cultura e do desporto, um mundo se abre aos órgãos que em breve vão ser eleitos, desde que para tal disponham de meios financeiros e técnicos e de autonomia administrativa tal como estabelece a Constituição e que à sua frente se encontrem homens e mulheres progressistas verdadeiramente interessados em servir o povo e a liberdade.

## Devemos votar? Porquê?

Todos os cidadãos eleitores devem exercer o seu direito de voto. E devem fazê-lo porque votar é não só um direito mas também um dever de cada indivíduo e responsável perante a sociedade.

Pessoas há que, desorientadas do processo revolucionário, começam a propor o abstencionismo (não votar) como uma forma de protesto. Tal atitude é profundamente errada.

Se não vejamos: quem poderá ganhar, neste momento, se uma grande percentagem de eleitores não exercer o seu direito de voto? As forças progressistas? De forma nenhuma, pois abstendo-se os democratas, os antifascistas, os homens e mulheres progressistas perdem a oportunidade que agora legalmente têm de

conquistar lugares nos órgãos de poder local e aí defenderem os interesses das populações e da democracia.

É evidente que quem ficaria a ganhar seriam as forças de direita, os caciques que tendo o campo livre apoderar-se-iam das autarquias e voltariam a utilizá-las para explorar e oprimir as populações como o fizeram durante o fascismo, ou ainda mais, se possível.

Entre os que defendem a abstenção haverá certamente gente que o faz por falta de esclarecimento, por incompreensão do processo revolucionário. Mas é preciso estarmos atentos porque muitos outros o farão propositadamente, conscientes dos golpes que, caso conseguissem o seu objectivo — a abstenção — conseguiriam vibrar na democracia.

Esclarecer uns e desmascarar outros é uma tarefa não só de todos os comunistas como de todos os democratas e antifascistas.

## O PCP concorre às eleições?

O Partido Comunista não concorre a estas eleições com listas próprias. Os comunistas participam nas listas unitárias apresentadas pela Frente Eleitoral Povo Unido, ou em listas unitárias propostas por grupos de cidadãos eleitores, geralmente denominadas Comissões Eleitorais Unitárias.

Como o PCP não apresenta listas próprias, não aparecerá o emblema do Partido nem na propaganda eleitoral nem nos boletins de voto. Este facto poderá originar certa confusão nos eleitores que votam com o Partido mas que não são comunistas nem mantêm qualquer espécie de contacto orgânico com o Partido.

Como, por outro lado, concorrem a estas eleições alguns grupelhos que abusivamente usam como sigla a foice e o martelo, torna-se necessário desfazer compreensíveis mal-entendidos.

Para tal, importa esclarecer as massas populares que os comunistas apoiam e chamam os eleitores a votar nas listas apresentadas pela Frente e, onde esta não concorre, nas listas unitárias de grupos de cidadãos.

Contudo, há que ter em atenção que nalgumas freguesias as listas unitárias não aparecem em nome da Frente, sendo por isso indispensável que em cada localidade os militantes comunistas esclareçam claramente em quem votam os comunistas e os seus eleitores.

Poder-se-á perguntar porque não concorre o PCP com listas próprias. Como diversas vezes o nosso Partido tem afirmado, pensa-se que estas eleições não deveriam ser partidarizadas, pois o que

está em causa não é se os homens e mulheres a eleger pertencem ao partido A ou ao partido B. O que está em causa é se os cidadãos que vamos eleger são honestos, competentes, dedicados à causa do povo e da democracia. E não é necessário estar-se filiado em qualquer partido para preencher estas condições, nem elas são património de um único partido.

Por isso o PCP apelou e apela à unidade. Por isso o PCP não se candidatou sozinho às eleições. Por isso o PCP vota e convida a votar nas listas unitárias, nas listas do Povo Unido onde, recorde-se, só no que se refere às Assembleias de Freguesia participam cerca de 60% de independentes.

## O que é a Frente Eleitoral Povo Unido?

A Frente Eleitoral Povo Unido surgiu da necessidade imperiosa de contrapor à grande ofensiva da direita no nosso país uma forte acção unitária que ultrapasse as divisões entre partidos e outras forças progressistas, e juntasse na mesma plataforma quantos estão dispostos a lutar pela defesa e consolidação da democracia em Portugal.

Como se tornava necessário dar expressão política e base jurídica a essa unidade, tendo em consideração que às Assembleias e Câmaras Municipais só se poderiam candidatar Partidos, Coligações ou frentes, e como, por outro lado, a lei impõe que para a criação de uma Frente seja necessário o apoio de 2 ou mais Partidos legalmente constituídos, a Frente surge publicamente em Setembro com o suporte jurídico do PCP e do MDP/CDE (o PS rejeitara desde o início tal hipótese com a sua política do «sozinhos») e com o apoio político não só destes dois partidos mas também de inúmeras personalidades democráticas e independentes.

A Frente Eleitoral Povo Unido caracterizou-se, desde o início, por ser diferente de todas as outras formadas até à data, pois não é uma aliança de vários partidos em torno de um programa político, com uma estrutura hierarquizada. Isto significa que a FEPU tem tantos programas quantos os programas das listas que concorrem em seu nome em muitos dos 300 concelhos e de 4000 freguesias.

É de salientar que muitas das listas unitárias concorrentes às Assembleias de Freguesia se viram forçadas a pedir apoio jurídico à Frente, tal a enormidade das dificuldades burocráticas que tiveram de enfrentar. Tal apoio em nada quebrou a independência dessas listas, como o provam a actividade desenvolvida e as linhas de acção que cada uma entendeu seguir.

O facto de existirem comissões eleitorais unitárias que não necessitaram do apoio da FEPU e que por isso concorrem às eleições sem ser sob esta sigla, não impede que os comunistas, os democratas que votam nas listas unitárias lhes deem o seu apoio. Onde a Frente não concorre e existem listas propostas por grupos de cidadãos eleitores, nas freguesias, é para essas que deverá ir o voto dos que querem defender a democracia.

Importa, contudo, chamar a atenção dos eleitores para as manobras divisionistas e tendentes a gerar a confusão que estão a ser levadas a cabo pelos grupelhos esquerdistas dos GDUPs que, aparecendo com a denominação de listas da «unidade popular» mais não pretendem do que enganar os eleitores, levando-os a votar em quem não está interessado em defender os interesses da colectividade. Em cada caso, há que elucidar os eleitores, indicando-lhes quem são os representantes das listas unitárias e desmascarando os oportunistas.

## Devendo os eleitores eleger três órgãos diferentes ao mesmo tempo, isso não levantará confusões?

É muito provável que as confusões surjam, em especial entre os eleitores menos esclarecidos.

O que há que explicar é que a cada cidadão, no momento do voto, serão entregues três boletins de voto diferentes, um para cada órgão a eleger. Para a Assembleia de Freguesia o boletim é Branco; para a Assembleia Municipal é amarelo e para a Câmara Municipal é verde claro.

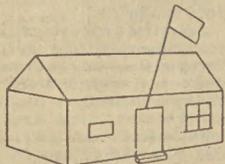
Em cada boletim de voto estarão impressos os nomes, e símbolos dos Partidos, Frentes e listas propostas por grupos de cidadãos eleitores. O símbolo das listas propostas por cidadãos é um número romano entre 1 e 20 a sortear, ou senha, I; II; III; IV; V; VI; VII; VIII; IX; X; XI; XII; XIII; XIV; XV; XVI; XVII; XVIII; XIX; XX.

Em cada boletim de voto os eleitores deverão apenas fazer uma cruz no quadrado correspondente ao nome da lista em que desejam votar. É preciso não esquecer que qualquer outro sinal traço, risco ou palavra invalidará o voto.

Votar é um dever e um direito de todos os cidadãos. Votar nas listas unitárias é um dever de quantos aspiram por uma sociedade mais justa, pela paz, pelo progresso social.

Cidadão, democrata, antifascista, vota «Povo Unido».

## ATENÇÃO AOS SÍMBOLOS DOS BOLETINS DE VOTO!



Boletim de voto para a Assembleia de Freguesia - Cór branca



Boletim de voto para a Assembleia Municipal - Cór amarela



Boletim de voto para a Câmara Municipal - Cór verde claro



Símbolo da Frente Eleitoral Povo Unido tal como aparece nos boletins de voto onde a FEPU concorre

## ÁLVARO CUNHAL EM DIVERSAS SESSÕES

O camarada Álvaro Cunhal estará numa série de sessões de esclarecimento integradas na campanha da Frente Eleitoral Povo Unido. Podemos já anunciar as seguintes:

Dia	Hora	Localidade
2/12	21	LISBOA - Esc. Fr. Ar. (sessão)
3/12	18.30	BENAVENTE
	21	COUÇO
4/12		CALDAS
	15.30	PENICHE
	19	VIEIRA
	22	M. GRANDE
5/12	15	BEJA
	18.30	ENTRADAS
	19.30	C. VERDE
	21	ALJUSTREL
7/12	19	ALMADA
	21	SETÚBAL
8/12	12	PONTE DE SÔR
	15	ÉVORA
		MONTEMOR

## APOIO DE MASSAS, UNIDADE NA ACÇÃO

Uma campanha de massas baseada na ampla unidade popular

Por todo o lado continuam a formar-se Comissões de Apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, com especial destaque para os sectores operários. Assim, na Amadora, para além das já existentes em empresas na freguesia — Titan, Nobre e Silva, BIS, Heska, Sousa Braga e Cabos Ávila —, novas comissões se formaram recentemente na Soréfare, Comelna, Cel-Cat, Laboratórios Roussel, Lepetit, Bertrand, Gazina, Ferreira e Brito, Confecções Truz e Regimprensa. Naquela freguesia existem ainda comissões de apoio às listas unitárias na Brandoa, Damaia, Buraca, Venda Nova, Alfragide e também nos bairros Janeiro, Mina, Bosque, Novo, Falagueira, Centro, Venteira e Reboleira.

Entretanto, enquanto os trabalhadores do Hotel do Mar, em Sesimbra, organizavam igualmente uma comissão de apoio à FEPU, os jovens

democratas de Alenquer constituíram-se em Comissão Juvenil Unitária, com o mesmo fim, convictos, como afirmaram, de ser esta organização unitária a única capaz de defender os interesses da população local, opondo-se firmemente ao avanço das forças reacçãoárias.

Por seu turno, a Coordenadora das Comissões de Moradores de Alhos Vedros aprovou uma moção em que manifesta o seu incondicional apoio à Frente.

O início da campanha eleitoral foi, entretanto, assinalado por todo o País com uma série de comícios e sessões de esclarecimento onde, para além da apresentação dos candidatos, se procede à discussão dos programas das listas unitárias. Assim aconteceu em Braga,

em Vila Nova de Gaia, em Esposende, Famalicão e em diversas freguesias de todos os concelhos do País.

A intensa actividade agora iniciada, que mais não é que a continuação, agora em termos de propaganda eleitoral, do imenso trabalho que a Frente Eleitoral Povo Unido tem vindo a desenvolver junto das populações, é uma amostragem do que se irá passar até ao fim da presente campanha que, como é sabido, termina no próximo dia dez.

Debater com as populações os seus problemas mais prementes e quais as melhores formas de os resolver, no âmbito de uma gestão democrática dos órgãos de poder local, esta a campanha que está a ser realizada pela FEPU.

Entretanto, a Frente Eleitoral Povo Unido dirigiu ao juiz da Comarca de Torres Vedras, João Barroso de Moura, que indeferiu as listas da Frente nos concelhos de Torres, Sobral de Monte Agraço e Cadaval, dois requerimentos. Num deles, solicitava-se a notificação sobre a afixação das referidas listas e no outro que o juiz se declare «suspeito» no processo de apreciação das mesmas.

Este último requerimento baseia-se no facto de o dr.

João Barroso de Moura ter estado preso em Angola e posteriormente em Caxias acusado de pertencer ao ELP o que, segundo a FEPU, não abona favoravelmente a necessária isenção exigida aos magistrados, como se prova pelo procedimento na apreciação das listas da Frente. Tal pedido foi formulado em conformidade com o estipulado no Código do Processo Civil; reservando a Frente o direito de remeter, posteriormente, esse processo com a declaração de «suspeito» apensada para a Relação de Lisboa, para julgamento.

Realiza-se amanhã, no Pavilhão da Amadora, às 21.30 horas, uma sessão da Frente Eleitoral Povo Unido para apresentação de candidatos, em que estarão presentes Orlando Gonçalves, actual Presidente da Câmara de Oeiras e cabeça de lista para a Assembleia Municipal; Melo Carvalho, cabeça de lista para a Câmara Municipal; Orlando de Almeida, primeiro candidato na lista para a Assembleia de Freguesia da Amadora e Inês de Carvalho, candidata.

Na sessão participará ainda o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP.

## «POVO UNIDO»: A UNIDADE DA ESQUERDA

Três quadrados entrelaçados, dois verdes e o do meio encarnado, constituem o símbolo da Frente Eleitoral Povo Unido. No autocarro, no eléctrico, no comboio, no mercado, no correio, nas salas de espectáculos ou na rua é frequente encontrarem-se dezenas de pessoas que o ostentam na lapela, num

movimento que se generaliza.

A razão da maciça adesão deve-se ao carácter unitário da Frente Eleitoral que na prática e para a resolução dos problemas locais das populações vem traduzir uma unidade de esquerda — solução que cada vez mais encontra eco nas massas trabalhadoras e no povo português em geral.

Socialistas, comunistas e independentes levam à prática uma tendência que ultimamente se vem acentuando: a unidade de esquerda — a grande barreira contra o regresso do fascismo e a recuperação do grande capital.

Esta a realidade que reforça de dia para dia as adesões ao Povo Unido e faz com que um número cada vez maior de pessoas traga bem à vista o emblema da Frente Eleitoral.

# «POVO UNIDO» DO PORTO APRESENTA PROGRAMA

Os candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido são a garantia de uma Câmara e de uma Assembleia Municipal ao serviço do povo do Porto, afirma-se no programa de acção divulgado esta semana pela FEPU na capital norte-nha.

O programa — um vasto e pormenorizado levantamento dos principais problemas da população portuense — consta de uma primeira parte introdutória em que se salienta a importância das eleições que vão decidir como nos próximos anos será orientada a nossa vida de todos os dias, que vão decidir da resolução ou não dos nossos problemas locais.

Impedir o êxito das forças antidemocráticas — salienta-se — é essencial para garantir a paz e a liberdade; isso passa pela nossa luta pelo progresso e bem estar. Impedir o êxito das forças antidemocráticas é tomarmos cada vez mais nas nossas mãos, nas mãos do povo unido, os nossos próprios destinos.

Apontando em seguida a necessidade de uma política local democrática para combater a herança do fascismo e considerando que tal só será possível se os próprios interessados puderem lutar pela resolução dos seus problemas concretos,

o programa garante que os seus candidatos terão como objectivo principal da sua acção a ampla mobilização das camadas populares e o seu empenhamento no estudo, ordenação e resolução dos problemas que as afligem. Esta acção — afirmam — que se desenvolverá no quadro constitucional, implica a dignificação do Conselho Municipal e exige, para isso e por isso, que a sua composição reflecta a pujança e vigor das organizações populares.

Uma administração democrática e descentralizada é outra das condições que os candidatos da Frente consideram como fundamental para a melhoria das condições de vida das populações. Para tal recordam que é preciso cumprir a Constituição, garantindo autonomia e descentralização municipal e de freguesia, nomeadamente no campo financeiro.

Considerando que os órgãos de poder local têm que ter a liberdade e os meios necessários para um trabalho conjunto com a população, o programa assinala que a atenção aos problemas locais, a permanente audição dos interesses das populações e a sua satisfação, exigem autonomia administrativa e financeira e a abolição de qualquer «censura prévia» à actividade dos órgãos municipais e de freguesia.

A participação das massas populares e das suas organizações é uma necessidade insistentemente apontada no programa, que não hesita mesmo em afirmar que quem recusa essa participação não pretende servir as populações mas servir-se delas.

A Câmara Municipal e Assembleia Municipal têm de ser órgãos que, nascidos da vontade popular, interpretem, apoiem

e dinamizem o progresso local, intervindo nos grandes problemas que afectam o povo do Porto — afirma-se no capítulo onde se aborda a necessidade de reorganização dos serviços camarários. Reorganização essa que passa pelo combate à burocracia e pela dignificação da função pública e para a qual é indispensável a existência de um clima de confiança mútua entre os membros da administração, dos trabalhadores municipais e a população.

A propósito sublinha-se que pouco importa reorganizar os serviços se eles não estiverem efectivamente interessados em levar à prática as medidas adoptadas e pelo contrário, se levantarem entraves, boicotando passiva ou activamente a sua execução; pouco importará reorganizar os serviços se não se eliminarem, através das medidas adequadas de moralização, as razões profundas de uma imagem de corrupção, compadrio e incompetência que vêm dos tempos do fascismo. Para a reorganização ser eficaz, terá que, fundamentalmente, ter em conta e apoiar-se na activa participação dos habitantes da cidade do Porto, sem esquecer os trabalhadores municipais através dos seus órgãos representativos.

O planeamento urbano, habitação e transportes; os problemas de saúde; a questão escolar; cultura popular e alfabetização; a prática desportiva; são outros dos temas abordados no programa para que se propõem soluções possíveis, numa perspectiva democrática virada para o futuro.

No final do programa salienta-se o carácter unitário das listas da FEPU no Porto, o qual é testemunhado pela composição, das mesmas que reflecte e encarna a larga comunhão de interesses em que assenta a unidade do povo indispensável à vitória na grande batalha que vamos travar.

## QUE PLURALISMO É ESTE SENHORES GOVERNANTES?

Apenas alguns exemplos que nos chegam do norte do País testemunham bem o que é de facto o pluralismo e democraticidade com que actuam autoridades responsáveis por garantir neste País o exercício das liberdades e por criar condições para que os cidadãos eleitores exerçam livremente o seu direito de voto.

Muito se tem feito — recorde-se o caso do juiz de Torres Vedras — para prejudicar a acção esclarecedora da Frente Eleitoral Povo Unido e dificultar a sua participação no acto eleitoral. E tudo porque os inimigos da democracia têm medo da força do povo unido, porque têm medo de perder os lugares de privilégio que ainda disfrutam.

Tais manobras não conseguirão os seus objectivos.

A Frente Eleitoral é já uma grande realidade nacional; a Frente Eleitoral Povo Unido é já uma grande vitória da Unidade!

Exijamos o cumprimento da lei! Queremos eleições em liberdade!

EXEMPLOS

Entretanto, vejamos os tais casos «exemplares» a que acima nos referimos.

Por ordem expressa da Comissão de Gestão da Câmara Municipal do Porto, representantes daquele município, escultados por agentes da PSP, rasgaram cartazes da Frente Eleitoral Povo Unido que se encontravam colados numa passagem subterrânea que liga a Praça da Liberdade à estação de S. Bento. Argumento: o túnel foi considerado edifício público.

Feita a atribuição, por sortelo, das salas disponíveis para a realização de sessões de propagação dos candidatos às autarquias, no Porto, coube à Frente Eleitoral Povo Unido, para o dia 30, o Pavilhão da Académica. A sessão prevista para essa noite não se pôde realizar por o referido pavilhão estar já ocupado com uma assembleia sindical. Que sorteio é este?

Em Paredes (Porto), a Comissão Administrativa da Câmara não convocou os delegados da Frente para participarem na formação da comissão das mesas de voto, motivo pelo qual a Frente não poderá controlar o acto eleitoral naquela localidade.

# OS CANDIDATOS E O POVO UNIDO CONFRATERNIZAM EM SETÚBAL

No último domingo, os candidatos das listas do Povo Unido do concelho de Setúbal começaram uma série de sessões de contacto directo com as populações, distribuindo propaganda eleitoral, numa jornada que veio comprovar a ligação que os progressistas do concelho sempre tiveram com o povo.

Dirigindo-se na manhã desse dia para o bairro do Viso, grande número de candidatos visitaram a população nas suas casas, fazendo um «porta a porta» que teve um acolhimento muito favorável, como de resto era de esperar. Grande parte dos membros das listas do Povo Unido são, com efeito, pessoas conhecidas da população e alguns deles devem essa popularidade à sua acção desenvolvida à frente das actuais estruturas da autarquia, como o cabeça da lista para a Câmara Municipal, Francisco Lobo, que durante essa manhã foi calorosamente saudado por todos quantos o reconheceram.

As portas abriram-se e logo que davam conta do que se tratava, abriram-se também as expressões dos inquilinos que logo correspondiam ao diálogo que lhes era proposto pelos candidatos. Muitos assuntos foram assim abordados nessa vasta conversa entre os candidatos do Povo Unido e o próprio povo. Questões de melhoramentos, as novas possibilidades que virão a ter os órgãos que forem eleitos. Sobretudo, foram o entusiasmo e o calor as notas dominantes, a confiança demonstrada pelas pessoas de muitas tendências na vitória do Povo Unido. A confiança que lhes merecem candidatos que lutam todos os dias nos seus locais de trabalho e fora deles para a construção de um Portugal onde seja possível democracia, as liberdades, onde seja possível elevar as condições de vida da população.

A confiança demonstrada é fruto também de um diálogo que não começou hoje numa campanha eleitoral, de um

diálogo e de uma luta comum que sobretudo desde o 25 de Abril uniu os trabalhadores, uniu o povo na defesa dos seus interesses e no aprofundamento duma revolução democrática. No momento em que se trata de dar mais um passo para consolidar a democracia nas suas estruturas de soberania, em que se trata de fazer frente às ameaças de retorno ao passado, o povo está unido.

A caravana que em Setúbal percorreu a pé o bairro do Viso, veio a terminar com um almoço que reuniu no café do Jaime os candidatos e muitos elementos da população.

Entretanto os candidatos

previdam já um calendário de sessões a realizar dentro do período eleitoral, começando pelo dia de hoje, quinta-feira. Assim, às 21.30 prevêem-se duas sessões, uma no Salão Recreio do Povo e outra na Escola da Bela Vista; no dia 3, também às 21.30, haverá uma Festa na Associação de Comerciantes e duas sessões, uma no Alto da Guerra e a segunda no Salão da Sécil; no sábado, dia 4, além de uma discussão do Programa da Frente que será levada a cabo no Salão Nobre da Câmara Municipal, pelas 16 horas, duas outras sessões se prevêem para essa noite, às 21.30, na Escola do Faralhão

e na Sociedade União e Progresso em Vendas de Azeitão. Para domingo: três sessões, sendo a 1.ª às 16 horas no Liceu Nacional de Setúbal e as duas outras às 21.30, em Pontes e na Colectividade Stella Maris. Do dia 6 ao dia 10 de Dezembro, sempre às 21.30: na 2.ª feira na Escola da Aldeia Grande, no Ateneu Setubalense e na Escola do Montebelo; na 3.ª feira, em Praias do Sado, no Grupo Desportivo «Os 13» e ainda no Café do Jaime, no Viso; 4.ª feira na Escola Técnica, na Escola da Azeda e na Sociedade Previdência de Vila Fresca; 5.ª feira no Grupo Desportivo «O Independente», no Clube Recreativo Palhavã e na Associação de Comerciantes. Finalmente, no dia 10, 6.ª feira, uma sessão na Casa do Povo de Vila Nogueira de Azeitão e uma Festa que, embora ainda não confirmada, poderá vir a realizar-se no Clube Naval Setubalense.

## SESSÕES PARA HOJE

Integradas na campanha eleitoral da Frente Povo Unido, realizam-se hoje, entre muitas outras, as seguintes sessões públicas:

### Cidade de Lisboa

21h — na Tuna de Chelas.  
21h — no Braço de Prata Futebol Clube, Marvila.  
21.30h — na Reitoria da Cidade Universitária, Campo Grande.  
21.30h — no Atlético Clube de Campolide.

21.30h — no Bairro Grandela São Domingos de Benfca

### Concelho de Azambuja

21 h — no Clube de Manique.

### Concelho de Loures

21h — no Bairro do Grilo, Camarate.  
21h — no Casal do Privilégio, Moninhos, Loures.  
21h — na Serra da Luz, Famões, Odivelas.  
21.30h — na Colectividade da Apelação.

### Concelho de Mafra

em Azuira e Cheleiros

### Concelho de Sintra

21.30h — no Sindicato dos Rodoviários, Mem Martins.  
21.30h — em S. Marcos, Cacém.

### Concelho de Vila Franca de Xira

21h — no Bairro do Fomento, Alverca.  
21h — no Barracão do Lourenço, Doca da Lapa, Vialonga.



As paredes da cidade vão-se enchendo do símbolo da unidade das massas populares nas eleições para as autarquias locais. Brigadas de militantes da democracia participam activa e entusiasticamente nesta tarefa

# BRIGADAS ENCHEM AS RUAS DE LISBOA COM O SÍMBOLO DO «POVO UNIDO»

Às zero horas da passada terça-feira iniciou-se a campanha eleitoral com vista às eleições para as autarquias locais que se realizam no próximo dia 12.

A essa hora, em vários pontos de Lisboa, brigadas de aderentes da Frente Eleitoral Povo Unido vieram para a rua, munidos de baldes de cola,

Alcântara, Rossio, Almirante Reis, Marvila e Benfca foram alguns dos locais onde logo nos primeiros minutos da campanha eleitoral, brigadas de colagem vieram para a rua, marcando a presença da FEPU nesses sítios.

## TRABALHO QUE TEM QUE SE FAZER!

Em Alcântara, três brigadas integrando comunistas, independentes e militantes do MDP/CDE, mobilizando mais de meia centena de pessoas, iniciaram entusiasticamente o seu trabalho. Baldes na mão, cartazes na outra, trinças e vassouras preparadas para mergulhar na cola, lambem as costas dos cartazes e auxiliam a sua colocação correcta, era a militância democrática feita entusiasmo. E era num ápice que as paredes, ficavam cobertas e os cartazes e a cola iam desaparecendo.

Perto da esquadra de Alcântara, um grupo de dez enchia as paredes próximas, Eugénio Manuel Baptista, de 20 anos, montador electricista e membro do secretariado da célula de Alcântara da UJC, no intervalo de dois cartazes colados, vassoura na mão, diz-nos:

Esta acção de propagação é muito importante porque, através dela, estamos igualmente a lutar pela unidade de esquerda que tem que se fazer no nosso país para podermos consolidar a democracia e as conquistas já alcançadas.

E, como que a sublinhar as suas palavras, agarrou noutro cartaz, deu-lhe cola e vá de colar na parede, com determinação. Era, também ali, a luta pela unidade de todos os democratas, simbolizada naquele cartaz que o Eugénio acabava de colocar.

Perto dele, a Fernanda de Jesus Marques, de 23 anos doméstica e militante do MDP/CDE, andava de um lado para o outro, com uma molhada de cartazes debaixo do braço, accorrendo a quem deles precisava. Cartaz aqui, tarjeta além, este que se estende no chão para se colocar a cola, aquele que fica mal colado e precisa de ser endireitado, o tempo para responder a uma

pergunta era bem pouco. E, por isso, as palavras saíram rápidas, objectivas, como rápidos saíam os cartazes debaixo do seu braço e objectivo é o seu conteúdo: É um trabalho muito importante que tem que se fazer e por isso estou aqui!

E lá foi entregar mais outro cartaz, e outro, e ainda mais outro, rápidos e objectivos como as suas palavras. E depressa a parede ia ficando coberta. E então lá fomos ao encontro de outra brigada de colagem que, que noutro local de Alcântara, efectuava o mesmo trabalho que tem que se fazer! Largo de Alcântara, pouco mais de meia hora depois de meia-noite e já várias paredes ostentam o símbolo da Frente Eleitoral Povo Unido. O trabalho é rápido. Porquê? José

Godinho, empregado bancário de 34 anos e militante do nosso Partido explica: Temos que apertar todos os pontos estratégicos porque não podemos desperdiçar cartazes nem infringir a lei que não permite a colagem de cartazes por cima de outros ainda com actualidade. Por isso, trabalhamos rapidamente. Agora, esperamos que os outros partidos respeitem os nossos cartazes.

E as brigadas prosseguiram o seu trabalho entusiástico e Alcântara lá ficou com inúmeras paredes decoradas com os cartazes da Frente Eleitoral Povo Unido, chamando as populações a participarem no acto eleitoral em defesa dos seus interesses. Porque é um trabalho que tem que se fazer!

# REUNIÃO DAS CEU'S DE LISBOA

Sob o lema «Devolver a cidade ao Povo, Unir para Construir», a FEPU promoveu na passada segunda-feira, à noite, no Teatro Vasco Santana uma reunião das Comissões Eleitorais Unitárias, no decorrer da qual foi distribuído aos activistas presentes o Programa para a Câmara e para a Assembleia Municipal de Lisboa, documento que começou a ser amplamente divulgado desde ontem.

Presentes na mesa da sessão José Tengarrinha (que presidiu), candidato à Assembleia Municipal; Silva Graça, primeiro candidato na lista da Câmara; e ainda Manuel Pedro; Mário Casquilho; Rui Carneiro; Oliveira e Sá; Anselmo Anibal; Bárbara Lopes e Mário Ruivo, todos membros do executivo coordenador da CEU «Povo Unido» da capital.

No decorrer da reunião, à qual assistiram centenas de elementos pertencentes às CEU's de Lisboa, seriam feitas intervenções por Rui Carneiro, que explicou o funcionamento e o trabalho realizado até à data pelo executivo da CEU, e Manuel Pedro, que se referiu à importância das eleições para as autarquias locais no processo democrático português, tendo também sublinhado a necessidade de

ganhar todos os antifascistas, todos os trabalhadores para a batalha contra a reacção e pela democracia, «para a batalha contra o inimigo principal, contra o CDS e o PPD/PSD». Depois de referir que as «perspectivas são boas, que existem condições para obter bons resultados», Manuel Pedro leu um extracto da Proclamação «Por uma grande vitória da Frente Eleitoral Povo Unido», onde se assinala:

A formação e actividade da Frente Eleitoral Povo Unido, longe de representar qualquer atropelo às «regras do jogo democrático» é, pelo contrário, uma clara manifestação de exercício das liberdades, adequada à defesa dos interesses populares e da Democracia Portuguesa e contribuindo para ampliar a participação dos cidadãos na vida democrática do País.

É certo que as «regras do jogo democrático» sofreram já neste processo eleitoral graves distorções e violações. Mas a responsabilidade de tais factos não cabe à FEPU. Cabe, sim, aos que escodem do eleitorado alianças encapotadas com a direita, aos que adlram prazos ao sabor de conveniências partidárias e entregaram listas depois do termo legal dos prazos, aos que criaram exigências legais que quase podiam ter sido impossibilitado a constituição da FEPU e aos que depois de terem criado essas exigências, as removeram, fazendo sucessivas alterações da lei eleitoral, à medida que reconheciam que os seus partidos não eram capazes de as superar.

Antes de ser passada a palavra a Silva Graça, que apresentou o Programa, José Tengarrinha frisou o «alto sentido unitário da Frente Povo Unido» tendo afirmado, a propósito, que a unidade significa também respeito pelos pontos de vista de todos os verdadeiros antifascistas, «respeito pelas opiniões diversas que surgem entre os democratas», os quais têm, no entanto, um objectivo comum: combater o fascismo e consolidar a democracia.

No final, seria aprovada uma moção de repúdio pela rejeição das Listas Povo Unido nos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Cadaval.

# AMPLA UNIDADE NAS LISTAS DO «POVO UNIDO» NAS BEIRAS

## UMA AMPLA FRENTE UNITÁRIA

Em todos os distritos das Beiras, a campanha eleitoral para as autarquias locais das listas da Frente Povo Unido vai certamente reflectir um ambiente de grande entusiasmo e unidade das populações, o qual tornou possível a aproximação e identidade de esforços, em torno de objectivos comuns, de homens e mulheres, de antifascistas, até agora divididos por diferentes organizações e partidos.

Com o lançamento das candidaturas da FEPU, o domínio centenário dos caciques vai chegando ao seu termo. Há um novo abrir de perspectivas para uma administração local democrática e voltada para os problemas e anseios das populações.

Durante a fase preparatória da campanha eleitoral e da

elaboração das listas foram inúmeras as reuniões, encontros e assembleias, abertas e largamente participadas, que se realizaram com o objectivo de escolher, entre as populações, os mais capazes, e de definir os problemas e as carências a solucionar. Só assim foi possível a constituição de listas formadas por cidadãos honestos, por democratas, independentemente da sua filiação partidária ou ideológica e do seu voto em anteriores eleições.

Foram, pois, apontados nomes de antifascistas movidos, hoje, apenas pelo objectivo de bem servir os interesses dos concelhos e das freguesias, e de contribuir para a solução das dificuldades que afectaram a vida das populações no seu dia-a-dia.

Como resposta aos caluniadores e manipuladores da informação, que apenas procuram confundir para tentar obter vantagens eleitorais, insinuando que a FEPU é apenas uma «capa» do PCP, podem apresentar-se exemplos esclarecedores: são filiados ou afectos ao PS, 30 por cento dos candidatos da Frente Povo Unido em dois concelhos da Beira; 43 por cento, em dois outros; e mesmo cerca de 60 por cento numa Assembleia Municipal doutro concelho. Isto sem falar em exemplos de freguesias, onde, regra geral, a unidade de esquerda também atinge um grau bastante elevado.

Anteriores eleitores do PPD, por exemplo, participaram em

# PIDES NO TRIBUNAL: ARROGÂNCIA DOS VELHOS TEMPOS

Ao mesmo tempo que se desenrola o julgamento dos primeiros pides numa atmosfera caracterizada pelo que de insolto tem acontecido na sala do Tribunal, a pida, cá fora organizada e actuante, já faz reuniões às claras pelos cafés, como já insuspeitos jornais noticiam. Já lá fora, bem perto de nós, em Madrid, os Barbieri, de mãos dadas com Rapazotes e Jardins, conspiram com as organizações fascistas internacionais, com as polícias do imperialismo e com Kaulzas do MRN que publica declarações nos jornais, com os contra-revolucionários e os bombistas. Em suma, a pida está organizada, estende os seus contactos, aumenta a sua arrogância. E vai assim ao Tribunal, acompanhada de advogados que advogam a causa do fascismo, que levam a audácia a desacreditar testemunhas que nem sequer foram ainda ouvidas. Vai a pida a tribunal responder com insolência, provocar com assistentes, com o ar seguro de que a sentença são favas contadas.

Tribunal de Santa Clara, durante o julgamento do assassino de Dias Coelho. Os pides apresentam-se com a arrogância quase comparável àquela que mostravam nos tempos da velha senhora, quando eram acusadores e «testemunhas» e quando eram efectivamente «juizes» que mandavam nos juizes. Tal confiança tem certamente as suas razões e não é preciso ir longe procurá-las. A libertação de centenas dos seus comparsas deu-lhes provas sobejas de que muita coisa mudou desde o dia em que, derrubado o regime que sustentavam, tudo parecia ter mudado neste país e parecia também que a justiça ia finalmente ser feita. Outra das razões para a confiança destes torcionários é o legalismo com que têm sido tratados, legalismo ofensivo da legalidade democrática; exemplos são as acarações para que foram solicitados os antifascistas que ontem sofreram indignidades e torturas e hoje se pretendem confrontar com os seus algozes que mentem descaradamente.

Alí os pides já esqueceram. Talvez ao apelo da conciliação nacional, eles esquecem os seus inúmeros crimes, esquecem até que houve pida neste país de brandos costumes. E, se a memória lhes é um pouco avivada, há sempre um argumento. O réu matou Dias Coelho? Não, foi a pistola que se disparou. Já a arma do tristemente célebre tenente Carrajola que assassinou Catarina também se disparara sózinha nos campos do Alentejo, quando o assassino escorregou... Duas conclusões de ironia amarga apetecia tirar: que os fascistas escorregam e que as armas deles se dispararam facilmente... Mais uma razão, pensamos nós, para que eles sejam conservados na prisão, mais uma razão para que não lhes sejam distribuídas «armas de defesa pessoal». É que também há por aí muita bomba que explode sózinha. E as vítimas continuam a ser os democratas.

O julgamento dos pides tem de ir para a frente. E com o mínimo de seriedade que se impõe. De resto os seus depoimentos, a maneira como se comportam, os argumentos avançados pela defesa de tão odiosa gente, faz pensar duas vezes, faz pensar que por detrás de depoimentos tão absurdos como o de ter esquecido actividades condenáveis há uma intenção bem nítida, que se vem avolumando: é que o objectivo da defesa não é o de negar sequer os crimes praticados, não é sequer o de fugir a acusações ou procurar minimizá-las, não é sequer, como o foi ao princípio da parte da maioria dos pides, o de tentar encobrir-se com a responsabilidade dos fascistas mais responsáveis. A intenção da defesa que transparece nas palavras dos pides é o de absolver a própria pida no seu conjunto, a de absolver o fascismo, senão mesmo a de justificá-lo.

A pida está organizada, é uma das conclusões. Organizada em liberdade para operar dentro dos esquemas elpistas, organizada para o bombismo e organizada também quando comparece nos tribunais com arrogância. Mas os democratas e o povo português estão firmes, continuam firmes na sua exigência de justiça, para que nunca mais o fascismo volte. E apontam o lugar dos criminosos, que é na prisão.

# AMADORA: UMA CIDADE POR CONSTRUIR

Na freguesia da Amadora as pessoas dormem de noite e acotovelam-se de dia nos autocarros e comboios. Mas os problemas não se resolvem com demagogia eleitoralista

A criação de um novo concelho com sede na Amadora, a passagem desta vila a cidade e a elevação de alguns dos actuais bairros e localidades a freguesias, sendo uma antiga aspiração da população, tem sido motivo nos últimos tempos de tomadas de posição de diferentes forças políticas. A propósito, ouvimos Amaro Espírito Santo, vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Oeiras e candidato da Frente Eleitoral «Povo Unido».

«Nestas condições, importa definir o que é necessário fazer. Há que dotar a Amadora com condições de vida, ou seja, garantir postos de trabalho na zona — mais de 60% da população trabalha fora — o que evitaria as enormes perdas de tempo que agora se gastam em transportes e que impossibilitam de facto os habitantes de se dedicar à vida local. Há que criar estruturas e infra-estruturas indispensáveis a uma cidade; criar (na medida do possível) zonas verdes, preservando as já existentes; construir escolas; fomentar e desenvolver a vida cultural, quer apoiando as colectividades existentes quer criando novas colectividades; incentivar a actividade desportiva; etc.

«Poder-se-á perguntar porque não levantámos o problema da passagem da Amadora a concelho há mais tempo. De facto, o que aconteceu é que não demos publicidade às diligências levadas a cabo. Quando tivemos conhecimento que existia no Ministério da Administração Interna um processo em que se levantava

a questão da passagem da Amadora a concelho, cuja origem desconhecemos, preocupamo-nos essencialmente em criar condições objectivas para que tal se pudesse concretizar. Não teremos feito muito, é certo, mas dedicamo-nos a procurar instalações para a nova Câmara (o que ainda não conseguimos), e temos já instalações garantidas para as freguesias da Damaia, Buraca e Amadora.

«E preocupamo-nos, sobretudo — concluiu o candidato da FEPU — em discutir o problema com as populações. O concelho «por decreto» não resolverá nenhum dos problemas da Amadora. Há uma cidade por construir».

«Começando por afirmar que é falso que a simples passagem a concelho resolverá todos os problemas da população, como alguns demagogicamente procuram fazer crer, Amaro Espírito Santo salientou alguns dos principais problemas que se impõem resolver prioritariamente, e que passamos a referir.

«Há que discutir, por exemplo, os limites geográficos do novo concelho e freguesias, os quais obedecem a critérios técnicos e também de ordem histórica, nomeadamente o sentir das populações. O problema não é tão simples como poderá parecer à primeira vista pois existem casos em que uma freguesia pertence a três concelhos, como acontece com a zona da serra da Mira que depende de Loures, Sintra e Oeiras. É fácil de imaginar as questões que pode levantar a resolução do mais pequeno problema, que implique a intervenção de três Câmaras simultaneamente.

«Por outro lado, há que garantir a autonomia financeira, técnica e administrativa das futuras Câmaras e Juntas, dado que uma Câmara da Amadora que não disponha de poder de decisão sobre os assuntos que interessam ao Município não poderá servir os interesses da

população. «É evidente que tudo isto só se resolverá com a participação activa das populações. E as populações não estão interessadas em obras de fachada. Há opções a fazer quanto à melhor forma de resolver os problemas; quanto aos métodos mais eficientes e económicos; quanto à definição de prioridades.

«Com toda a sua demagogia o CDS afirma, por exemplo, que com um concelho na Amadora deixará de haver problemas e passará a haver muitas zonas verdes. Isto é pura demagogia, pois não só os problemas não se resolvem por decreto como, no caso concreto das zonas verdes, o que há a fazer é defender as poucas que existem pois na realidade não há muito espaço disponível. Também o PS faz demagogia ao afirmar que a passagem a concelho resolverá, por exemplo, o problema do lixo. Talvez os socialistas ignorem — e deveriam informar-se

# VISITA OFICIAL A PORTUGAL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA

Carlos Andrés Perez, Presidente da República da Venezuela, visitou oficialmente o nosso país, durante dois dias, tendo chegado a Lisboa na passada segunda-feira. Aguardavam-no no aeroporto o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, o Primeiro-Ministro, Mário Soares e outras individualidades. Recebido com honras militares que lhe foram prestadas por formações dos três ramos das Forças Armadas, o presidente Perez, mais tarde, almoçaria no Palácio de S. Bento num encontro considerado de trabalho com o Primeiro-Ministro.

Na tarde do mesmo dia, os chefes de Estado da República Portuguesa e da República da Venezuela encontraram-se em Belém, tendo trocado condorações. No fim da tarde, o Presidente Perez foi recebido na Assembleia da República. Durante esta cerimónia

aberta por uma intervenção de Vasco da Gama Fernandes, o Presidente Perez proferiu um discurso abordando problemas do seu país e afirmando «carinho pela grande nação portuguesa». Na noite de segunda-feira, ao Presidente da República da Venezuela foi oferecido pelo general Ramalho Eanes um jantar, no qual discursaram os dois chefes de Estado. No dia da sua partida, terça-feira, o Presidente Andrés Perez ofereceu no Palácio de Queluz (sua residência oficial durante a estadia), uma recepção ao Presidente da República Portuguesa. Como resultado desta visita, foi já dado conhecimento à opinião pública de que a Venezuela vai fornecer petróleo a crédito ao nosso país e que o mercado de trabalho venezuelano se prepara para receber mais emigrantes portugueses.

# BAIXOS, TORPES E RIDÍCULOS PROCESSOS DE FALSIFICAÇÃO

A SIP do PCP divulgou, no passado dia 26, uma nota do seguinte teor:

- Há já algum tempo que o PCP dispunha de diversos elementos comprovativos de que, com origem na empresa «J.J.Gonçalves», se encontrava em preparação uma operação caluniosa baseada em escandalosas falsificações de documentos.
- Embora correndo o risco de conceder deliberadamente a iniciativa aos provocadores e reaccionários, o PCP preferiu que estes levassem até ao fim a provocação, na certeza de que, como aconteceu, assim seriam melhor desmascarados e mais facilmente se faria o apuramento, por parte das autoridades competentes, dos autores e cúmplices da manobra caluniadora e do crime de falsificação.
- Efectivamente, depois de terem sido anonimamente enviadas pelo correio, a diversos trabalhadores da empresa,

começaram agora a ser afixadas em diversas dependências daquela empresa, sobretudo em Lisboa e Porto, diversas fotocópias de recibos forjados, segundo os quais trabalhadores comunistas e socialistas da empresa são apresentados como tendo recebido do PCP determinadas quantias por pretensos «serviços prestados».

4. Não é de excluir que a manobra provocatória, tendo precisos objectivos divisionistas ao nível da empresa, nomeadamente tentando desprestigiar e isolar activos defensores dos interesses e direitos dos trabalhadores, vise igualmente objectivos mais amplos pelo seu posterior aproveitamento pela imprensa reaccionária.

5. Nesse sentido, a SIP do PCP, na sequência do esclarecimento já prestado pela Célula do PCP da «J.J.Gonçalves», julga indispensável salientar que neste caso, a violenta sanha anticomunista só tem paralelo nos baixos, torpes

e ridículos processos de falsificação. Com efeito: — os falsificadores atribuem ao PCP um modelo de recibo que não existe em qualquer das suas organizações; — os falsificadores usam nos recibos forjados uma linguagem que revela bem o seu desconhecimento da orgânica e funcionamento do PCP. Assim, os trabalhadores visados na manobra são qualificados ora de «militante filiado» ora de «filial militante», numa distinção que no PCP não tem sentido. Confundindo o PCP com uma empresa ou uma repartição do Estado, os falsificadores inventaram a expressão «Sede em Lisboa», nunca usada pelo PCP, e atribuíram os pretensos pagamentos a uma fantástica «1.ª» e «3.ª Secção» de uma Direcção de Organização Regional do PCP;

— finalmente, os falsificadores, apesar de manifestamente terem tido acesso a documentos da empresa de onde extrairam, por processo de

fotocópia, as assinaturas dos trabalhadores, realizando depois a montagem das mesmas sobre os recibos forjados, ignoraram regras mínimas de contabilidade, nomeadamente, ao usarem um recibo falsamente timbrado do PCP, próprio quando muito para recebimentos do PCP de outrem, mas completamente despropositado para pretensos pagamentos do PCP a terceiros.

6. O PCP, confiando que os trabalhadores da «J.J.Gonçalves» e a opinião pública em geral, não se deixarão ludir por estas e outras manobras provocatórias que pelos próprios processos usados desmascaram a verdadeira natureza dos objectivos que visam, informa que vai apresentar queixa às autoridades competentes, por forma a que, como os numerosos elementos existentes fazem prever, os autores e cúmplices desta acção de calúnia e falsificação venham a ser identificados e punidos com o rigor da Lei.

# PROVOCAÇÃO MONTADA NO PORTO CONTRA O NOSSO PARTIDO

A propósito de mais uma provocação montada no norte, integrada na nova campanha anticomunista actualmente em curso, a DORN do PCP distribuiu na passada segunda-feira a seguinte nota:

- Ao fim da tarde de hoje, tivemos conhecimento de que a PSP comunicara aos órgãos de Informação do Porto que tinha detido durante a manhã, no trabalho, o empregado bancário Vítor Silva, acusado da posse de um engenho explosivo e referindo que se tratava de um elemento comunista.

especulações surgida, e por elementos já conhecidos, a DORN do PCP está em condições de afirmar que estamos perante uma provocação a agarrar e a empolar, distorcer e manipular, em coro pela imprensa reaccionária e anticomunista, usando dos habituais processos de calúnia e mentira e insultos.

Coincidindo com a abertura da campanha eleitoral, é evidente que objectivos prosseguem e que forças políticas estão interessadas e são capazes de utilizar tais processos «electorais».

«Entre outros, subscreviam o manifesto o Professor Rui Luís Gomes, Reitor Vitálio da Universidade do Porto; Doutor Oscar Lopes, Professor

Universitário; Doutor Armando Castro, economista e Professor Universitário; Viana de Lima, Arqueólogo; José Rodrigues, Artista plástico; Manuel Veleiro Gomes, Professor do Ensino Secundário; Margarida Tengarrinha Dias Coelho, Professora; José Augusto Nozes Pires, Professor do Ensino Secundário; Doutor Frederico Silvestre, Médico; José Luís Borges Coelho, Professor do Ensino Secundário; Abel Costa, Economista; Doutor Cassiano Abreu Lima, Médico; João Valença, Engenheiro; Jorge Castro Guedes, Actor de Teatro; António Graça, Médico; Dália Silva, Professora primária; Abel Mendes, Artista plástico e Engenheiro Oliveira Dias, Professor Universitário.

# PORTO: 600 INTELECTUAIS CONTRA O BOMBISMO

Seis centenas de trabalhadores intelectuais do Porto dirigiram ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e ao Tribunal Militar da Santa Clara, um abaixo-assinado exigindo: «das autoridades democráticas deste país, no respeito pela Constituição, o cumprimento integral das promessas de completo desmantelamento da rede terrorista e medidas rigorosas contra os culpados destes crimes contra o povo português».

Entre outros, subscreviam o manifesto o Professor Rui Luís Gomes, Reitor Vitálio da Universidade do Porto; Doutor Oscar Lopes, Professor

Universitário; Doutor Armando Castro, economista e Professor Universitário; Viana de Lima, Arqueólogo; José Rodrigues, Artista plástico; Manuel Veleiro Gomes, Professor do Ensino Secundário; Margarida Tengarrinha Dias Coelho, Professora; José Augusto Nozes Pires, Professor do Ensino Secundário; Doutor Frederico Silvestre, Médico; José Luís Borges Coelho, Professor do Ensino Secundário; Abel Costa, Economista; Doutor Cassiano Abreu Lima, Médico; João Valença, Engenheiro; Jorge Castro Guedes, Actor de Teatro; António Graça, Médico; Dália Silva, Professora primária; Abel Mendes, Artista plástico e Engenheiro Oliveira Dias, Professor Universitário.

crime, após o julgamento em que foi condenado a quatro anos e três meses de prisão maior e a pagar uma indemnização à família do morto camarada, continue em liberdade.

Como actuou um dirigente do Sindicato dos Vidreiros do Porto, este crime «inscreve-se em todo um programa de actuações contra os trabalhadores e contra os militantes sindicais, contra o movimento sindical». Os trabalhadores concentrados no cemitério de Oliveira do Douro aprovaram unanimemente uma moção dirigida aos órgãos do poder na qual «exigem a prisão do assassino e castigo de todos os pides e bombistas».

# UEC DE VILA VERDE EM FESTA DE CONVÍVIO

Os jovens da UEC de Vila Verde promoveram naquela localidade uma jornada de convívio e fraternidade que contou com entusiástica participação. O programa incluiu uma castanhada-convívio, um jantar e um convívio seguido de canto livre.

A Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP, a UJC, os Pioneiros, e o Secretariado da UEC

da Figueira da Foz estiveram representados na festa. Trata-se de uma das primeiras iniciativas deste tipo, desenvolvida pela UEC de Vila Verde, terra de velhas tradições antifascistas, o o resultado constituiu um estímulo para a realização de novas formas de convívio que possam mobilizar a população, nomeadamente a juventude.

«Considerando que a canção tem de ser, mais do que nunca, uma arma cultural posta ao serviço da Revolução ampla e real que se pretende, mostrando caminhos, apontando contradições, destruindo mitos e gritando a verdade», e que «muitos dos jovens poetas, músicos e cantores deste país ainda estão, por circunstâncias várias, reduzidos ao silêncio e à solidão, produzindo apenas para grupos de amigos ou para as paredes do seu quarto», a organização dos militantes da UJC da Marinha Grande decidiu promover no próximo dia 18 de Dezembro, sábado, o 1.º Festival de Canto Livre Amador da zona, jornada juvenil de unidade, convívio e alegria, para a qual já foram convidados, como colaboradores, conhecidos intérpretes da música revolucionária e popular.

# Para resolver os grandes problemas nacionais, uma alternativa democrática

## A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

## O PASSADO E O FUTURO

Um livro de **Álvaro Cunhal**

em distribuição da CDL

— Central Distribuidora Livreira



A definição de uma política de base, não de abstracções ou projectos voluntaristas, mas da situação concreta existente

# ESTÁDIO 1.º DE MAIO: GRANDIOSA MANIFESTAÇÃO DE DEZENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES

Poucas vezes o Estádio 1.º de Maio terá sido cenário de uma tão maciça demonstração da vontade firme dos trabalhadores em se oporem à recuperação capitalista, consolidando as conquistas alcançadas e avançando no caminho do socialismo

Lisboa, no sábado, viveu uma grande jornada de luta das massas trabalhadoras, quando dezenas de milhares de pessoas se concentraram no Estádio 1.º de Maio protestando, assim, contra o congelamento da contratação colectiva, contra os despedimentos e contra o pagamento do décimo terceiro mês em papéis e reivindicando o direito ao trabalho e a defesa da Reforma Agrária.

Sábado, ao princípio da tarde, os transportes públicos registavam um movimento apenas semelhante ao das horas de ponta. Pequenos

(enquanto o Governo socialista lava daí as suas mãos) no respeitante à negociação dos seus contratos colectivos de trabalho, o que se traduz efectivamente por um congelamento de salários enquanto os preços sobem em flecha. Por outro lado, centenas de trabalhadores foram já despedidos enquanto que as entidades patronais preparam despedimentos em série ou sanam delegados e dirigentes sindicais, quase como o aval do Governo PS.

Como não bastasse o aumento dos preços e dos impostos, o Governo minoritário do PS contribui com a sua política para reduzir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores ao impor o pagamento do décimo terceiro mês em títulos do tesouro. Esta medida nada contribuirá para superar as dificuldades económicas do País, agravará as dificuldades das pequenas e médias empresas comerciais e industriais e significará o apertar do cinto para os trabalhadores que normalmente aguardam o fim do ano para liquidar compromissos contraídos e adquirir bens necessários para as suas famílias.

Estas algumas das razões — fortes — para a presença no Estádio 1.º de Maio de dezenas de milhares de trabalhadores das mais diferentes opções políticas. Uma unidade que cresce, que se reforça tanto nas fábricas como nos escritórios, em todos os locais de trabalho, em todos os locais onde as pessoas contactam e verificam a recuperação capitalista que é feita à sua custa e sob os desígnios de um Governo que se diz socialista.

Foi a presente situação política e económica que levou a transbordar o Estádio 1.º de Maio com milhares e milhares de trabalhadores presentes. De diferentes opções partidárias ali estavam comprovando a frase que se estendia de ponta a ponta sobre a bancada central: «unidade na acção, a força dos trabalhadores».

## UMA FLORESTA DE CARTAZES

Organizada pela União dos Sindicatos de Lisboa, União dos Sindicatos de Setúbal, Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal (CIS), Secretariado das Empresas em Autogestão de Lisboa, Secretariado das Empresas Intervencionadas de Lisboa e com o apoio da Intersindical Nacional, das Federações dos Sindicatos Metalúrgicos, Têxteis, Panificação, Comércio, Mar, Portuários, Hotelaria Norte, Hotelaria Sul, Escritórios Norte, Ferroviários, Rodoviários, Celulose, Madeiras, Cerâmicas; das Unidades dos Sindicatos de Braga, Porto, Coimbra e Évora e do Secretariado das Empresas em Autogestão do Porto, a manifestação do Estádio 1.º de Maio seria uma das três que naquele dia se realizaram nas principais cidades do País: Lisboa, Porto e Coimbra.

Na concentração que decorreu em Lisboa, uma autêntica floresta de cartazes

revelava as empresas, sindicatos, comissões de trabalhadores e outras organizações presentes. Tantas eram que se tapavam uns aos outros. Impossível, pois, citar todos.

A mesa que presidiu ao comício-manifestação era constituída por Manuel Godinho Tagaroso e António Rosas, do Secretariado da Intersindical, Rosalina Brito, da União dos Sindicatos de Setúbal, Teixeira Vaz, da Cintura Industrial de Lisboa e do Secretariado das Empresas Intervencionadas, José Manuel Pereira, da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos e António Machado, da União dos Sindicatos de Lisboa.

## RESPONSABILIDADES NO DESCONTENTAMENTO

António Rosas, que primeiro usou da palavra assinalando que ao mesmo tempo que a reacção levanta cabeça, assistimos ao crescer do descontentamento dos trabalhadores e do povo, abordando em seguida o problema do congelamento da contratação colectiva.

Frisando que o Governo vem contraindo cada vez maiores responsabilidades, no descontentamento geral referiu que no campo das cedências à recuperação capitalista desencadeia-se no processo das indemnizações aos capitalistas e latifundiários recorrendo-se para isso ao expediente da poupança forçada que atinge essencialmente rendimentos provenientes do trabalho.

Não comemos no Natal com salários de papel — gritaram as dezenas de milhares de presentes sublinhando esta afirmação do orador. Aliás, durante toda a manifestação a mais leve referência aos Títulos do Tesouro era o suficiente para que uma vaia enorme se levantasse da assistência.

Não poupando as críticas ao Governo, António Rosas sublinhou contudo:

As autoridades do nosso País daqui lhes dizemos que estamos dispostos a todos os esforços, que seremos capazes de suportar os maiores sacrifícios, mas apenas na certeza de que a recuperação económica só será obtida com a participação activa dos trabalhadores, com a consolidação das conquistas fundamentais já alcançadas e no rigoroso cumprimento da Constituição.

## O DIREITO DE DIZER NÃO!

O repúdio pelo pagamento de parte do décimo terceiro mês em papel seria o tema central da intervenção de Rosalina Brito, da União dos Sindicatos de Setúbal, que encontrou amplo eco entre os manifestantes.

Começando por salientar que o Governo, arbitrariamente e sem qualquer consulta aos trabalhadores, decidiu que seriam estes a pagar a recuperação capitalista — na medida em que se prepara para pagar aos agrários e aos capitalistas indemnizações que atingem muitos milhões de contos — a representante da União dos Sindicatos de Setúbal recordou mais adiante que a crise económica que se verifica no nosso País, para a qual nós, trabalhadores, em nada contribuímos, deve-se, em larga medida, à sabotagem dos capitalistas que fugiram, levando consigo grandes somas de divisas e à descapitalização e ao boicote sistemático de muitos industriais que levaram muitas empresas à ruína.

Frequentemente interrompida pela enorme multidão que não cessava de sublinhar as partes mais importantes da intervenção, gritando palavras de ordem de repúdio pela acção governamental, Rosalina Brito interrogou:

Por que razão não se obrigam os capitalistas a trocar por títulos do tesouro os lucros que não sejam investidos? Por que razão não se obrigam a trocar por Títulos do Tesouro parte dos grandes rendimentos?

E a terminar: Pois se não fomos ouvidos

e pretendem agora obrigar-nos a comprar Títulos do Tesouro, temos o direito de dizer não!

## APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Aprovado, aprovado — foram as palavras que em uníssono receberam a moção lida por Manuel Godinho Tagaroso, membro do Secretariado da Intersindical para a Reforma Agrária.

Salientando que a Reforma Agrária permitiu a criação de mais de 50.000 postos de trabalho, que o Governo de Mário Soares não tem feito respeitar a Constituição, as leis da Reforma Agrária nem os próprios compromissos assumidos pelo ministro da Agricultura, permitindo uma política contra-revolucionária em que as leis da Reforma Agrária são ignoradas e considerando que o apoio voluntário dado pelos trabalhadores da indústria e dos serviços, dos estudantes e dos intelectuais portugueses e de outros países já se traduz em muitos milhares de horas de trabalho voluntário e em muitas centenas de milhares de contos de maquinaria agrícola, a moção aprovada pela assistência exige que

no Sul os despedimentos dos dirigentes Têxteis Manuel Lopes e Rosas, sendo este membro do Secretariado da Intersindical, ou dos trabalhadores da herdade da Lobata no Alentejo.

A Constituição Portuguesa foi aprovada e homologada e terá de ser cumprida e respeitada seja em Serra, Fomalção ou na empresa Manuel Lopes Henriques.

## CONSULTEM OS TRABALHADORES

A sensação de insegurança quanto ao futuro — confirmou Teixeira Vaz — é hoje vivida pelos trabalhadores, com especial incidência nas empresas intervencionadas ou em autogestão, agravada pela aprovação do D.L. 530/76, que o Governo fez sair e que permite a redução da laboração para 3 dias, a dispensa temporária de trabalhadores, o congelamento da contratação colectiva e a redução dos salários até ao nível do salário mínimo.

Na Sanimar, enquanto o Ministério Tutelar negocia com o patrão o seu regresso à empresa, oferecendo-lhe um crédito de 50.000 contos,

potencialidades produtivas em riqueza nacional ao serviço desses trabalhadores e do nosso Povo, ou se entrega a iniciativa ao grande patronato que conduziria a nossa economia para seu proveito próprio, com o regresso da repressão, aumentando os despedimentos, com desprezo pela Constituição e criando as condições a curto prazo para uma nova ditadura.

Não se pode exigir aumento de produção se se nega os mecanismos legais aos trabalhadores para o seu desenvolvimento necessário. Consultem os trabalhadores, contem com os trabalhadores, e eles serão capazes de apontar as soluções necessárias.

## O QUE FAZ O MINISTÉRIO DO TRABALHO?

Um milhão e meio de trabalhadores e respectivos agregados familiares têm os seus interesses prejudicados e sofrem o boicote, pelas forças do capital, da negociação dos Contratos Colectivos de

Trabalho, o que na prática se traduz no congelamento de salários — afirmou Manuel Pereira, o último orador e que representou a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, o qual acrescentou:

E o que é que faz o Ministério do Trabalho? O Ministério do Trabalho cala e consente, permite o «lock-out», facilita os despedimentos sem justa causa, avança com o silêncio cúmplice as manobras criminosas e o avanço das forças do passado. Portanto, é também responsável por esta situação!

Proseguindo e destacando que o boicote às negociações, tem conduzido a diminuição do poder de compra dos salários da mesma forma que deixa por rever as condições de trabalho e os direitos sociais que vigoram há mais de um ano. Enquanto isso os preços sobem, desde Julho de 1975, mais de 25% o que põe em risco, uma das maiores conquistas do 25 de Abril: a melhoria das condições de vida e de trabalho das classes laboriosas, Manuel Pereira precisou a posição dos trabalhadores, que recusam a demagogia e as falsas promessas do Governo e não

admitem provocações e calúnias:

As nossas reivindicações não vão além do que é indispensável para recuperar, para não perder ou consolidar direitos e condições conquistados após o 25 de Abril.

Os trabalhadores não lutam por reivindicações irrealistas, desajustadas da situação política ou incomportáveis na grave situação económica do País. Os trabalhadores lutam pelo respeito integral da Constituição e direitos nela consagrados, lutam pelo direito ao emprego e para que a crise económica que o País atravessa, seja paga por quem efectivamente a provocou: os exploradores, o patronato explorador da CIP e da CAP.

No final, lida por António Machado da União dos Sindicatos de Lisboa, foi aprovada uma moção em que se decide exigir do Governo uma política de acordo com os interesses dos trabalhadores, nomeadamente o cumprimento da Constituição, no direito ao trabalho, no levantamento do congelamento de salários e no pagamento do 13.º mês em dinheiro para todos os trabalhadores.



## UNIDADE: NOTA DOMINANTE NA CONCENTRAÇÃO EM COIMBRA

Culminando um amplo movimento unitário, as massas trabalhadoras concentraram-se no sábado passado no Pavilhão dos Olivais, em Coimbra, correspondendo ao apelo das organizações sindicais que promoveram a jornada de luta, e a que a Academia se associou.

«Contra os despedimentos», «pelo direito ao trabalho», «contra o congelamento dos contratos colectivos de trabalho», «pela defesa da Reforma Agrária» e «pela unidade do movimento sindical» foram as palavras de ordem mais ouvidas durante toda a manifestação, que reuniu pessoas de diferentes opções partidárias.

A manifestação de Coimbra repetiu pois o que se passara no Porto e em Lisboa nesse mesmo dia: milhares de trabalhadores profundamente preocupados com a situação económica e política unidos no descontentamento pela acção do Governo socialista de Mário Soares, no seu afã de favorecer a «recuperação» capitalista, e que vieram para a rua numa grande jornada de luta manifestando publicamente o seu repúdio.

Na concentração de Coimbra usaram da palavra os representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e do Comércio, da União dos Sindicatos de Coimbra e da Comissão de Luta da Academia.

A crítica ao Governo constituiu a nota dominante de todas as intervenções nomeadamente por este em vez de defender os interesses dos trabalhadores desenvolver uma política em defesa do grande patronato e dos seus lucros.

Nas moções, aprovadas por unanimidade, os trabalhadores reafirmam o apoio incondicional à Reforma Agrária, responsabilizando o Governo por qualquer quebra de produção de cereais no próximo ano e exigem a aplicação imediata da lei das expropriações assim como exigem a desocupação imediata das Unidades Colectivas de Produção pelas forças militarizadas.

A Lei do Arrendamento Rural e a sua aplicação imediata, na medida em que abrange milhares de rendeiros da região centro do País, foi igualmente focada numa das moções, tendo merecido o apoio expresso de todos os presentes.

Foi igualmente exigido o cumprimento do artigo 97.º da Constituição — «Eliminação dos Latifúndios» — e manifestado o repúdio pela extinção do Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário (SADA), «organismo que se distingue no apoio prestado aos pequenos e médios agricultores do norte e centro do País».

Outra moção aprovada apela para a unidade de todos

os trabalhadores «com a consciência e a força de quem sabe e de quem sente que os explorados se não podem situar em lados opostos da barricada», exigindo por outro lado a condenação dos torcionários da ex-Pide, o desmantelamento da rede bombista e a contenção dos criminosos que espalham o terrorismo reacção entre os portugueses.

Porque Coimbra tem sido o local de reunião dos sindicatos signatários da chamada «carta aberta», numa das moções foi feito um apelo «à discussão leal, no seio do movimento sindical, de todos os problemas que dizem respeito aos trabalhadores, na certeza de que os laços que os unem são incomparavelmente mais fortes do que as divergências que possam existir».

O repúdio do «decreto-burla de gestão n.º 781-A 76» foi manifestado pelos trabalhadores-estudantes que também participaram na manifestação, exigindo a sua revogação imediata. Repudiaram igualmente as restrições às entradas nas universidades, como se verifica em Medicina.

A unidade foi, tal como em Lisboa e no Porto, a nota dominante desta manifestação. No movimento sindical e no movimento popular, é cada vez mais forte o sentimento de que, unidos, os trabalhadores e as massas populares saberão consolidar e fazer avançar a democracia.

## NO METRO

No metropolitano. Dois homens, ostentando autocarros de manifestação, conversavam na plataforma do comboio.

«Na minha papaléia, por altura do Natal, sempre vendia umas coisas. Uns brinquedos, uns adornos para as árvores. Essas coisas...»

«Dava para juntar uns dinheirinhos para as contribuições e aguentar os meses de Janeiro e Fevereiro que são fracos. Não sei como vai ser...?»

O comboio parou nos Restauradores. Saíram e perderam-se na multidão. Mas a interrogação ficou no ar, tornando ainda mais pesado o ambiente do metro. E os passageiros que continuaram a viagem, ficaram subitamente calados, a pensarem no que não poderiam comprar com os títulos do Tesouro...

grupos — homens, mulheres e jovens — convergiam directamente para a manifestação. Outros dirigiam-se para os locais de concentração, previamente marcados pelos sindicatos, e dali dirigiam-se para o recinto do Estádio, em grandes grupos, empunhando distícos onde eram constantes as palavras de ordem contra as medidas de recuperação capitalista. O metropolitano, os autocarros não cessavam de trazer mais e mais gente. As ruas eram um formigueiro de pessoas. E tudo desembocava no Estádio 1.º de Maio.

Encheu-se o Estádio. Um mar de gente derramava-se das bancadas até ao terreno de jogos. Centenas de cartazes flutuavam sobre a multidão compacta. Os grandes portões, a dada altura, foram estreitados para dar acesso aos milhares de pessoas que pretendiam ainda entrar mesmo muito depois de o comício ter começado. Porque esteve ali tanta gente?

Apenas três dias antes foram colados os cartazes apelando para a manifestação. Não eram muitos e nem sequer inundaram as paredes da cidade e das zonas de trabalho. Poucos jornais deram relevo à manifestação e mesmo assim fizeram no último dos últimos dias. A Rádio e a Televisão todos sabemos como informam. Em resumo, a propaganda mobilizadora foi escassa. Porque, pois, tanta gente na manifestação do Estádio 1.º de Maio naquela tarde de sábado?

## A UNIDADE QUE SE REFORÇA

Mais de um milhão e meio de trabalhadores enfrentam o boicote pelo patronato





Unidos venceremos! — a força do Movimento Sindical Unitário esteve presente no Palácio de Cristal, no Porto

## GRANDE JORNADA NO PORTO

O Palácio de Cristal foi pequeno para acolher os muitos milhares de trabalhadores mobilizados pelo apelo da esmagadora maioria dos sindicatos do distrito do Porto

A unidade patente nesta jornada de luta, que congrega trabalhadores e organizações com diferentes formas de pensar, deve merecer de todos nós um esforço de reflexão. O que foi conseguido nesta jornada, prova uma vez mais que a unidade dos trabalhadores na defesa dos seus interesses comuns é sempre possível e desejável, e é também a única forma de combater o nosso inimigo de classe, o grande capital, que não faz distinções quando nos explora, afirmou Salgueiro de Barros, membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, na intervenção final da grandiosa concentração de trabalhadores que se efectuou, no sábado passado, no Palácio de Cristal, no Porto.

Correspondendo ao apelo de 55 Sindicatos, de seis secções sindicais, de dezenas de comissões de trabalhadores e de numerosas organizações populares de base, muitos milhares de trabalhadores dos diferentes ramos de actividade encheram completamente as amplas instalações do Palácio a fim de reclamarem a saída e cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; contra os despedimentos; pelo pagamento do 13.º mês; contra os ataques às organizações sindicais; pela defesa e unidade do movimento sindical; pela defesa da Reforma Agrária.

Contra o capital, unidade sindical; em frente, em frente, pela Reforma Agrária; unidos venceremos; trabalho, sim — despedimentos, não foram algumas das palavras de ordem mais gritadas pela multidão. Numerosas bandeiras dos sindicatos aderentes e da Intersindical, bem como inúmeros cartazes empunhados por manifestantes ou desfraldados ao longo do pavilhão assinalavam o cunho unitário da jornada e os seus principais objectivos. Uma numerosa delegação dos trabalhadores da «Macondo» de Braga — que, desde o dia 8 de Outubro, enfrentam as ameaças e o lock-out daquela multinacional, cuja acção tem sido escandalosamente protegida pelo governo PS, empunhavam vários cartazes reclamando «trabalho para todos»; protestando «contra a repressão policial», dizendo «não aos despedimentos». Confiantes na sua unidade e na solidariedade de classe garantiram: «a Macondo vai laborar, com todos a trabalhar».

### OPOR AO CAPITAL A FORÇA DOS TRABALHADORES

Na mesa que presidiu à concentração tomaram lugar os delegados das organizações sindicais que pertenciam à respectiva Comissão Executiva, dos 55 sindicatos e das seis secções sindicais que promoveram esta importante jornada de luta. A primeira alocução foi proferida por João Pacheco Gonçalves, membro do Secretariado da USP. Recordando os antecedentes desta importante demonstração contra a recuperação capitalista, aquele dirigente sindical acentuou que os seus promotores souberam encontrar uma forma de luta que contribuirá para a estabilização da situação política, económica e social.

«Os trabalhadores, disse, sabem recuar na sua luta sabem encontrar as formas de luta adequadas à defesa dos seus interesses». Prosseguindo a sua intervenção, defendeu a unidade do movimento sindical, sublinhando que esta jornada era, simultaneamente, um símbolo e um factor de unidade do movimento sindical já que fora convocada pela esmagadora maioria dos sindicatos do distrito do Porto. Calorosamente aplaudida, no final da intervenção, um coro impressionante defendeu a unidade sindical contra o capital».

Estima-se em cerca de cinco milhões o número daqueles que são lesados seriamente pelo boicote patronal às negociações dos contratos colectivos de trabalho da Constituição Civil, dos Têxteis, dos Metalúrgicos, das Madeiras, da Panificação, dos Vinhos, do Calçado, do Comércio e de outros sectores onde labutam cerca de um milhão e meio de trabalhadores. Simultaneamente, o agravamento dos preços dos produtos essenciais e a especulação e açambarcamento dos grandes intermediários parasitas implicam novas dificuldades para os lares dos trabalhadores.

Abordando a problemática do

custo de vida e da contratação colectiva, o segundo orador, Ostaclio, membro da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Porto, denunciou: «Com o congelamento de facto dos salários dos trabalhadores, acompanhado do aumento diário de preço e a promessa de novos aumentos — a curto e a médio prazo — degradam-se os salários reais dos trabalhadores e perde-se muito do que se conquistou em dois anos e meio de revolução». Acusou, ainda, o patronato de pretender, no imediato, intensificar a exploração dos trabalhadores, «provoacar conflitos e tensões sociais, atirando para cima dos trabalhadores todas as culpas da situação criada».

### «QUEREMOS O 13.º MÉS E NÃO PAPÉIS»

Seguidamente, foi aprovada por unanimidade e aclamação uma moção, lida pelo presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Porto, Gualdino Reis, que reclamava, junto dos órgãos do Poder, a anulação da decisão do Conselho de Ministros,

de recuperação capitalista. Calorosamente aclamado pela enorme multidão, o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, a finalizar a sua intervenção, exigiu: «queremos o 13.º mês e não papéis».

### SEM AN INGLESA SERÁ DEFENDIDA

Uma representante do Secretariado das Empresas em Autogestão e Cooperativas do Distrito do Porto, Maria Helena, procedeu à leitura de uma mensagem dirigida aos trabalhadores presentes na jornada de luta, na qual referem que desde há um ano, vêm exigindo do Governo a publicação de legislação que entregue definitivamente a gestão das empresas aos trabalhadores que deram já sobejas provas de serem mais capazes que os patrões.

«Não tivéssemos tomado nas nossas mãos a gestão de centenas de empresas e haveria hoje mais alguns milhares de desempregados. Por isso, assinala a mensagem, não permitiremos o regresso dos

administradores, que 8 dias antes aumentou escandalosamente todos os chefes».

Na J.J. Gonçalves, a ameaça do despedimento de centenas de trabalhadores na tentativa de redução de 120 mil contos de encargos anuais, cujo objectivo é o da criação de novas empresas, à custa dos trabalhadores, ocupando apenas os trabalhadores necessários. Enquanto os directores são aumentados de 25 para 35 contos, aos trabalhadores não são pagos os retroactivos da Portaria dos Metalúrgicos, os salários são pagos com 25 dias de atraso, o CCT do ramo automóvel não é aplicado.

Na Salvador Caetano, estão já em discussão cerca de 30 trabalhadores num processo disciplinar. O mesmo acontece na Transmotora e António Sardinha».

### CONSOLIDAR A DEMOCRACIA

A análise do significado da jornada de luta, a denúncia das



manobras e projectos do grande patronato, da CIP, da CAP e da Confederação do Comércio, a defesa vibrante da Reforma Agrária e de todas as grandes conquistas revolucionárias, o apelo à unidade e reforço do movimento sindical constituíram a tônica dominante da última intervenção da concentração proferida por Salgueiro Barros, membro do Secretariado da USP, corroborando as suas afirmações, os muitos milhares de trabalhadores presentes interromperam-no gritando «contra o capital, unidade sindical».

Reagindo energicamente à investida do Governo contra duas conquistas irreversíveis dos trabalhadores do comércio, a semana inglesa e o descanso ao domingo, foi aprovada por aclamação uma moção, onde é recordado que a luta dos trabalhadores do comércio, por aqueles dois objectivos, se trava de há muito e teve um dos seus momentos mais altos, durante a grandiosa manifestação dos caixeiros de Lisboa, em 15 de Março de 1971, junto do Palácio de S. Bento. É também referida a coincidência de interesses dos trabalhadores com os pequenos e médios comerciantes que não só pretendem gozar o descanso na tarde de sábado e ao domingo, como também seriam bastante prejudicados com o alargamento do período de abertura. Na moção aprovada, manifesta-se a convicção de que os trabalhadores do comércio «farão saber ao Governo que a semana inglesa e o descanso ao domingo, são conquistas irreversíveis contra as quais é inútil investir».

Entretanto, como denunciou Amadeu Pires, membro da Comissão de Trabalhadores da J.J. Gonçalves, «a ofensiva patronal estende-se em várias frentes. A recuperação dos privilégios perdidos em 25 de Abril, acrescentou, é um objectivo que o patronato e todas as forças políticas de direita perseguem cada vez, com mais descaramento, muitas vezes gozando do apoio governamental».

Reportando-se a um dos aspectos da ofensiva dos capitalistas e dos seus agentes, o dos despedimentos, Amadeu Pires apontou inúmeros casos passados, nomeadamente a tentativa de despedimento de duas delegadas sindicais na «Macondo»; o despedimento de 23 trabalhadores progressistas na RTP, por decisão de Tomás Rosa; o despedimento colectivo de trabalhadores na multinacional «Time», as ameaças de despedimentos colectivos nas multinacionais do ramo eléctrico e de centenas de trabalhadores no ramo automóvel.

Prosseguindo a sua intervenção afirmou:

«Não resistimos à tentação de sublinhar o despedimento de 418 trabalhadores na SIEMENS, anunciado aos trabalhadores a semana passada pela

manobras e projectos do grande patronato, da CIP, da CAP e da Confederação do Comércio, a defesa vibrante da Reforma Agrária e de todas as grandes conquistas revolucionárias, o apelo à unidade e reforço do movimento sindical constituíram a tônica dominante da última intervenção da concentração proferida por Salgueiro Barros, membro do Secretariado da USP, corroborando as suas afirmações, os muitos milhares de trabalhadores presentes interromperam-no gritando «contra o capital, unidade sindical».

Reagindo energicamente à investida do Governo contra duas conquistas irreversíveis dos trabalhadores do comércio, a semana inglesa e o descanso ao domingo, foi aprovada por aclamação uma moção, onde é recordado que a luta dos trabalhadores do comércio, por aqueles dois objectivos, se trava de há muito e teve um dos seus momentos mais altos, durante a grandiosa manifestação dos caixeiros de Lisboa, em 15 de Março de 1971, junto do Palácio de S. Bento. É também referida a coincidência de interesses dos trabalhadores com os pequenos e médios comerciantes que não só pretendem gozar o descanso na tarde de sábado e ao domingo, como também seriam bastante prejudicados com o alargamento do período de abertura. Na moção aprovada, manifesta-se a convicção de que os trabalhadores do comércio «farão saber ao Governo que a semana inglesa e o descanso ao domingo, são conquistas irreversíveis contra as quais é inútil investir».

Entretanto, como denunciou Amadeu Pires, membro da Comissão de Trabalhadores da J.J. Gonçalves, «a ofensiva patronal estende-se em várias frentes. A recuperação dos privilégios perdidos em 25 de Abril, acrescentou, é um objectivo que o patronato e todas as forças políticas de direita perseguem cada vez, com mais descaramento, muitas vezes gozando do apoio governamental».

Reportando-se a um dos aspectos da ofensiva dos capitalistas e dos seus agentes, o dos despedimentos, Amadeu Pires apontou inúmeros casos passados, nomeadamente a tentativa de despedimento de duas delegadas sindicais na «Macondo»; o despedimento de 23 trabalhadores progressistas na RTP, por decisão de Tomás Rosa; o despedimento colectivo de trabalhadores na multinacional «Time», as ameaças de despedimentos colectivos nas multinacionais do ramo eléctrico e de centenas de trabalhadores no ramo automóvel.

Prosseguindo a sua intervenção afirmou:

«Não resistimos à tentação de sublinhar o despedimento de 418 trabalhadores na SIEMENS, anunciado aos trabalhadores a semana passada pela

manobras e projectos do grande patronato, da CIP, da CAP e da Confederação do Comércio, a defesa vibrante da Reforma Agrária e de todas as grandes conquistas revolucionárias, o apelo à unidade e reforço do movimento sindical constituíram a tônica dominante da última intervenção da concentração proferida por Salgueiro Barros, membro do Secretariado da USP, corroborando as suas afirmações, os muitos milhares de trabalhadores presentes interromperam-no gritando «contra o capital, unidade sindical».

Reagindo energicamente à investida do Governo contra duas conquistas irreversíveis dos trabalhadores do comércio, a semana inglesa e o descanso ao domingo, foi aprovada por aclamação uma moção, onde é recordado que a luta dos trabalhadores do comércio, por aqueles dois objectivos, se trava de há muito e teve um dos seus momentos mais altos, durante a grandiosa manifestação dos caixeiros de Lisboa, em 15 de Março de 1971, junto do Palácio de S. Bento. É também referida a coincidência de interesses dos trabalhadores com os pequenos e médios comerciantes que não só pretendem gozar o descanso na tarde de sábado e ao domingo, como também seriam bastante prejudicados com o alargamento do período de abertura. Na moção aprovada, manifesta-se a convicção de que os trabalhadores do comércio «farão saber ao Governo que a semana inglesa e o descanso ao domingo, são conquistas irreversíveis contra as quais é inútil investir».

Entretanto, como denunciou Amadeu Pires, membro da Comissão de Trabalhadores da J.J. Gonçalves, «a ofensiva patronal estende-se em várias frentes. A recuperação dos privilégios perdidos em 25 de Abril, acrescentou, é um objectivo que o patronato e todas as forças políticas de direita perseguem cada vez, com mais descaramento, muitas vezes gozando do apoio governamental».

Reportando-se a um dos aspectos da ofensiva dos capitalistas e dos seus agentes, o dos despedimentos, Amadeu Pires apontou inúmeros casos passados, nomeadamente a tentativa de despedimento de duas delegadas sindicais na «Macondo»; o despedimento de 23 trabalhadores progressistas na RTP, por decisão de Tomás Rosa; o despedimento colectivo de trabalhadores na multinacional «Time», as ameaças de despedimentos colectivos nas multinacionais do ramo eléctrico e de centenas de trabalhadores no ramo automóvel.

Prosseguindo a sua intervenção afirmou:

«Não resistimos à tentação de sublinhar o despedimento de 418 trabalhadores na SIEMENS, anunciado aos trabalhadores a semana passada pela

manobras e projectos do grande patronato, da CIP, da CAP e da Confederação do Comércio, a defesa vibrante da Reforma Agrária e de todas as grandes conquistas revolucionárias, o apelo à unidade e reforço do movimento sindical constituíram a tônica dominante da última intervenção da concentração proferida por Salgueiro Barros, membro do Secretariado da USP, corroborando as suas afirmações, os muitos milhares de trabalhadores presentes interromperam-no gritando «contra o capital, unidade sindical».

Reagindo energicamente à investida do Governo contra duas conquistas irreversíveis dos trabalhadores do comércio, a semana inglesa e o descanso ao domingo, foi aprovada por aclamação uma moção, onde é recordado que a luta dos trabalhadores do comércio, por aqueles dois objectivos, se trava de há muito e teve um dos seus momentos mais altos, durante a grandiosa manifestação dos caixeiros de Lisboa, em 15 de Março de 1971, junto do Palácio de S. Bento. É também referida a coincidência de interesses dos trabalhadores com os pequenos e médios comerciantes que não só pretendem gozar o descanso na tarde de sábado e ao domingo, como também seriam bastante prejudicados com o alargamento do período de abertura. Na moção aprovada, manifesta-se a convicção de que os trabalhadores do comércio «farão saber ao Governo que a semana inglesa e o descanso ao domingo, são conquistas irreversíveis contra as quais é inútil investir».

Entretanto, como denunciou Amadeu Pires, membro da Comissão de Trabalhadores da J.J. Gonçalves, «a ofensiva patronal estende-se em várias frentes. A recuperação dos privilégios perdidos em 25 de Abril, acrescentou, é um objectivo que o patronato e todas as forças políticas de direita perseguem cada vez, com mais descaramento, muitas vezes gozando do apoio governamental».

Reportando-se a um dos aspectos da ofensiva dos capitalistas e dos seus agentes, o dos despedimentos, Amadeu Pires apontou inúmeros casos passados, nomeadamente a tentativa de despedimento de duas delegadas sindicais na «Macondo»; o despedimento de 23 trabalhadores progressistas na RTP, por decisão de Tomás Rosa; o despedimento colectivo de trabalhadores na multinacional «Time», as ameaças de despedimentos colectivos nas multinacionais do ramo eléctrico e de centenas de trabalhadores no ramo automóvel.

Prosseguindo a sua intervenção afirmou:

«Não resistimos à tentação de sublinhar o despedimento de 418 trabalhadores na SIEMENS, anunciado aos trabalhadores a semana passada pela

manobras e projectos do grande patronato, da CIP, da CAP e da Confederação do Comércio, a defesa vibrante da Reforma Agrária e de todas as grandes conquistas revolucionárias, o apelo à unidade e reforço do movimento sindical constituíram a tônica dominante da última intervenção da concentração proferida por Salgueiro Barros, membro do Secretariado da USP, corroborando as suas afirmações, os muitos milhares de trabalhadores presentes interromperam-no gritando «contra o capital, unidade sindical».

Reagindo energicamente à investida do Governo contra duas conquistas irreversíveis dos trabalhadores do comércio, a semana inglesa e o descanso ao domingo, foi aprovada por aclamação uma moção, onde é recordado que a luta dos trabalhadores do comércio, por aqueles dois objectivos, se trava de há muito e teve um dos seus momentos mais altos, durante a grandiosa manifestação dos caixeiros de Lisboa, em 15 de Março de 1971, junto do Palácio de S. Bento. É também referida a coincidência de interesses dos trabalhadores com os pequenos e médios comerciantes que não só pretendem gozar o descanso na tarde de sábado e ao domingo, como também seriam bastante prejudicados com o alargamento do período de abertura. Na moção aprovada, manifesta-se a convicção de que os trabalhadores do comércio «farão saber ao Governo que a semana inglesa e o descanso ao domingo, são conquistas irreversíveis contra as quais é inútil investir».

Entretanto, como denunciou Amadeu Pires, membro da Comissão de Trabalhadores da J.J. Gonçalves, «a ofensiva patronal estende-se em várias frentes. A recuperação dos privilégios perdidos em 25 de Abril, acrescentou, é um objectivo que o patronato e todas as forças políticas de direita perseguem cada vez, com mais descaramento, muitas vezes gozando do apoio governamental».

Reportando-se a um dos aspectos da ofensiva dos capitalistas e dos seus agentes, o dos despedimentos, Amadeu Pires apontou inúmeros casos passados, nomeadamente a tentativa de despedimento de duas delegadas sindicais na «Macondo»; o despedimento de 23 trabalhadores progressistas na RTP, por decisão de Tomás Rosa; o despedimento colectivo de trabalhadores na multinacional «Time», as ameaças de despedimentos colectivos nas multinacionais do ramo eléctrico e de centenas de trabalhadores no ramo automóvel.

Prosseguindo a sua intervenção afirmou:

«Não resistimos à tentação de sublinhar o despedimento de 418 trabalhadores na SIEMENS, anunciado aos trabalhadores a semana passada pela

# O CONGRESSO SINDICAL NA RECTIDÃO DA UNIDADE CONTRA REFERENDISTAS E DIFAMADORES

Os trabalhadores organizados exigem, na rua e nos Sindicatos, em concentrações e assembleias de massas, o exacto cumprimento da Constituição e dizem não às medidas antipopulares do Governo. Preocupada em dividir e afastada de tudo o que foi apelo intenso à unidade, no último fim-de-semana, a «Carta Aberta», com a sua insignificância cada vez mais reduzida, ocupou-se, por seu lado, na tentativa de difamar a Intersindical Nacional, «interpretando» como suborno (sem voz contrária que se ouvisse!) os actos de solidariedade entre Sindicatos e trabalhadores sindicalizados, decididos pela CNOP. Essas «interpretações» caluniosas serão vigorosamente desmascaradas, provando-se a falsidade de declarações feitas, em Coimbra, durante a reunião que a «Carta Aberta» realizou, enquanto as tentativas de cisão se fazem cada vez mais insistentes na tentativa gorada de apresentar como facto consumado a existência de dois blocos com igual representatividade no Movimento Sindical. Desmentindo com a sua actividade prática essas ilusões da direita e dos divisionistas do PS, a CNOC (Comissão Nacional Organizadora) e as Comissões Dinamizadoras Distritais avançam na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores e pela Reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

A Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, à semelhança das suas congéneres criadas por todo o País no âmbito da preparação do Congresso, iniciou, entretanto, a discussão dos projectos dos estatutos, do programa de acção da Intersindical e da Lei Sindical, projectos esses que constituem as teses a aprovar no Congresso previsto para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 1977. Num apelo, a Comissão, depois de lembrar que esses documentos estão já em poder de todos os Sindicatos, chama a atenção para a transcendente importância de que se reveste essa discussão por parte de todos os trabalhadores que, nos seus locais de trabalho, devem marcar reuniões para esse efeito, «a fim de chegarem à CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso), até 28 de Dezembro, as alterações que os trabalhadores achem necessárias ao enriquecimento dos documentos, na defesa dos seus interesses».

E, embora com a sua representatividade reduzida praticamente às esperanças nos referendos e outros processos antidemocráticos, em dois ou três sindicatos, a «Carta Aberta» não deixa de dar a sua ajuda para que a recuperação capitalista vingue e se instale.

Agora surgem as manobras da «verticalização», que com a verticalização autêntica nada tem a ver, e se destinam pura e simplesmente à criação de alguns sindicatos paralelos com os quais se pretende

## AS MULTINACIONAIS AMEAÇAM COM DESPEDIMENTOS COLECTIVOS NO SECTOR ELÉCTRICO

As multinacionais instaladas no nosso país preparam-se para desencadear uma ofensiva contra as massas trabalhadoras, participando assim na ofensiva de recuperação capitalista com que as forças do patronato apoiadas nos partidos reaccionários e perante a passividade do Governo pretendem anular as conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras.

No sector do material eléctrico, e depois do boicote que desencadeou a negociação do CCT, o patronato multinacional prepara-se para realizar despedimentos em massa. Segundo foi revelado numa conferência de imprensa realizada na passada semana pelos sindicatos dos Electricistas do Norte e Sul, Químicos do Norte, Comissão Negociadora do CCT do Material Eléctrico e trabalhadores das multinacionais Siemens e Signetics, as multinacionais preparam-se para despedir 250 trabalhadores na Electrónica Signetics, 418 na Siemens, 150 na AEG e 38 na Sociedade Electrónica.

No decorrer desta conferência de imprensa foram ainda denunciadas várias outras tentativas de despedimento, que se inserem num quadro de recuperação capitalista e de pressão política global para liquidar as conquistas dos trabalhadores alcançadas após o 25 de Abril», nas seguintes empresas J.J. Gonçalves, J.F. Azevedo e Silva, Isolux, Nunes Correia, Fernando Brito da Silva, Electro Alesan, Arnaldo Trindade, EIP, Lourenço Borges, Eurolux, A. Supico, SPOC, John Nolte.

Os trabalhadores referiram que por exemplo no caso da

instaurar de facto a cisão no Movimento Sindical.

A verticalização far-se-á, mas não como querem alguns dirigentes da «Carta Aberta». Serão os trabalhadores a decidir, de acordo com as condições concretas e com os interesses dos vários sectores de actividade. A verticalização não será imposta por meia dúzia de sindicalistas precariamente investidos em lugares de chefia. A verticalização não se fará por referendo.

### DEFENDER A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Mas este referendismo, que contraria estatutos, que viola direitos, continua a ser reivindicado por direcções da «Carta Aberta» para com ele se substituírem a decisões tomadas em assembleia geral, legalmente convocada e democraticamente conduzida.

Assim sucedeu no Sindicato dos Escritórios de Lisboa. E, como o processo agrudou aos dirigentes cisionistas, pretende-se agora repeti-lo noutros Sindicatos.

Os trabalhadores já demonstraram que o não permitirão. O pagamento das quotas à Intersindical, exigido em assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, terá de ser cumprido. Nenhuma direcção sindical

## NÃO AO DIVISIONISMO DO GOVERNO!

Numa clara rejeição de blocos e de atitudes cisionistas no movimento Sindical, o Secretariado da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses (Intersindical) explica num comunicado recente a razão porque não participou nos trabalhos da Mesa Redonda, promovida e presidida pelos secretários de Estado do Planeamento, da População e Emprego, com a cooperação de técnicos do BIT (Bureau Internacional do Trabalho). Convidada a aderir a essa iniciativa, a Intersindical aceitou imediatamente. Mas o Governo do PS, que «tem primado pela obstinada atitude de afastar» da elaboração das leis do trabalho a única Central Sindical que existe no nosso País (e que como tal é reconhecida também pela

## A «CARTA» DIVIDIDA POR DENTRO

Num ambiente de mútuas acusações de «golpismo», o grupo divisionista da «Carta Aberta» fez mais uma reunião em Coimbra. Com algumas difamações de permoio, os dirigentes sindicais ali presentes (alguns deles representando-se apenas a si próprios) tiveram mais uma prova de quantos mais plênários fazem menos sindicatos aparecerem. Esta evidência, sublinhada por um dos participantes não foi, contudo, suficiente para que passasse uma proposta no sentido de os autodenominados «sindicatos democráticos» participarem no Congresso de Todos os Sindicatos. Rejeitada, essa proposta veio assinalar novamente que o divisionismo lançado pelo exterior do grupo afecta por dentro o próprio grupo, a braços com a debandada geral imposta pelos trabalhadores sindicalizados, como sucedeu ainda há dias com o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, que, em assembleia geral, impôs aos corpos gerentes a saída imediata da «Carta Aberta» e a adesão ao Congresso de Todos os Sindicatos.

## INDEMNIZAÇÕES CHORUDAS E REINTEGRAÇÃO DE ELPISTA REPUDIADAS NA PETROGAL

Os trabalhadores da Petrogal, reunidos em plenário nacional no passado dia 24, manifestaram o seu mais vivo repúdio pela reintegração na empresa do senhor Azeredo Leme, anteriormente saneado pelo Conselho da Revolução por pertencer à organização terrorista ELP.

A posição dos trabalhadores da Petrogal quanto a este e outros problemas da empresa foi aliás apresentada aos deputados da Assembleia da República. Essa posição, apresentada sob a forma de uma moção, manifesta o mais vivo repúdio dos trabalhadores quanto às indemnizações chorudas que têm vindo a ser oferecidas, focando nomeadamente os mil contos com que foi «premiado» pelo Governo o senhor Manuel de Castro, ex-administrador

de facto a cisão no Movimento Sindical. A verticalização far-se-á, mas não como querem alguns dirigentes da «Carta Aberta». Serão os trabalhadores a decidir, de acordo com as condições concretas e com os interesses dos vários sectores de actividade. A verticalização não será imposta por meia dúzia de sindicalistas precariamente investidos em lugares de chefia. A verticalização não se fará por referendo.

Assim sucedeu no Sindicato dos Escritórios de Lisboa. E, como o processo agrudou aos dirigentes cisionistas, pretende-se agora repeti-lo noutros Sindicatos.

Os trabalhadores já demonstraram que o não permitirão. O pagamento das quotas à Intersindical, exigido em assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, terá de ser cumprido. Nenhuma direcção sindical

Numa clara rejeição de blocos e de atitudes cisionistas no movimento Sindical, o Secretariado da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses (Intersindical) explica num comunicado recente a razão porque não participou nos trabalhos da Mesa Redonda, promovida e presidida pelos secretários de Estado do Planeamento, da População e Emprego, com a cooperação de técnicos do BIT (Bureau Internacional do Trabalho). Convidada a aderir a essa iniciativa, a Intersindical aceitou imediatamente. Mas o Governo do PS, que «tem primado pela obstinada atitude de afastar» da elaboração das leis do trabalho a única Central Sindical que existe no nosso País (e que como tal é reconhecida também pela

As multinacionais instaladas no nosso país preparam-se para desencadear uma ofensiva contra as massas trabalhadoras, participando assim na ofensiva de recuperação capitalista com que as forças do patronato apoiadas nos partidos reaccionários e perante a passividade do Governo pretendem anular as conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras.

No sector do material eléctrico, e depois do boicote que desencadeou a negociação do CCT, o patronato multinacional prepara-se para realizar despedimentos em massa. Segundo foi revelado numa conferência de imprensa realizada na passada semana pelos sindicatos dos Electricistas do Norte e Sul, Químicos do Norte, Comissão Negociadora do CCT do Material Eléctrico e trabalhadores das multinacionais Siemens e Signetics, as multinacionais preparam-se para despedir 250 trabalhadores na Electrónica Signetics, 418 na Siemens, 150 na AEG e 38 na Sociedade Electrónica.

No decorrer desta conferência de imprensa foram ainda denunciadas várias outras tentativas de despedimento, que se inserem num quadro de recuperação capitalista e de pressão política global para liquidar as conquistas dos trabalhadores alcançadas após o 25 de Abril», nas seguintes empresas J.J. Gonçalves, J.F. Azevedo e Silva, Isolux, Nunes Correia, Fernando Brito da Silva, Electro Alesan, Arnaldo Trindade, EIP, Lourenço Borges, Eurolux, A. Supico, SPOC, John Nolte.

Os trabalhadores referiram que por exemplo no caso da

instaurar de facto a cisão no Movimento Sindical. A verticalização far-se-á, mas não como querem alguns dirigentes da «Carta Aberta». Serão os trabalhadores a decidir, de acordo com as condições concretas e com os interesses dos vários sectores de actividade. A verticalização não será imposta por meia dúzia de sindicalistas precariamente investidos em lugares de chefia. A verticalização não se fará por referendo.

Assim sucedeu no Sindicato dos Escritórios de Lisboa. E, como o processo agrudou aos dirigentes cisionistas, pretende-se agora repeti-lo noutros Sindicatos.

Os trabalhadores já demonstraram que o não permitirão. O pagamento das quotas à Intersindical, exigido em assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, terá de ser cumprido. Nenhuma direcção sindical

Numa clara rejeição de blocos e de atitudes cisionistas no movimento Sindical, o Secretariado da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses (Intersindical) explica num comunicado recente a razão porque não participou nos trabalhos da Mesa Redonda, promovida e presidida pelos secretários de Estado do Planeamento, da População e Emprego, com a cooperação de técnicos do BIT (Bureau Internacional do Trabalho). Convidada a aderir a essa iniciativa, a Intersindical aceitou imediatamente. Mas o Governo do PS, que «tem primado pela obstinada atitude de afastar» da elaboração das leis do trabalho a única Central Sindical que existe no nosso País (e que como tal é reconhecida também pela

As multinacionais instaladas no nosso país preparam-se para desencadear uma ofensiva contra as massas trabalhadoras, participando assim na ofensiva de recuperação capitalista com que as forças do patronato apoiadas nos partidos reaccionários e perante a passividade do Governo pretendem anular as conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras.

No sector do material eléctrico, e depois do boicote que desencadeou a negociação do CCT, o patronato multinacional prepara-se para realizar despedimentos em massa. Segundo foi revelado numa conferência de imprensa realizada na passada semana pelos sindicatos dos Electricistas do Norte e Sul, Químicos do Norte, Comissão Negociadora do CCT do Material Eléctrico e trabalhadores das multinacionais Siemens e Signetics, as multinacionais preparam-se para despedir 250 trabalhadores na Electrónica Signetics, 418 na Siemens, 150 na AEG e 38 na Sociedade Electrónica.

No decorrer desta conferência de imprensa foram ainda denunciadas várias outras tentativas de despedimento, que se inserem num quadro de recuperação capitalista e de pressão política global para liquidar as conquistas dos trabalhadores alcançadas após o 25 de Abril», nas seguintes empresas J.J. Gonçalves, J.F. Azevedo e Silva, Isolux, Nunes Correia, Fernando Brito da Silva, Electro Alesan, Arnaldo Trindade, EIP, Lourenço Borges, Eurolux, A. Supico, SPOC, John Nolte.

Os trabalhadores referiram que por exemplo no caso da

instaurar de facto a cisão no Movimento Sindical. A verticalização far-se-á, mas não como querem alguns dirigentes da «Carta Aberta». Serão os trabalhadores a decidir, de acordo com as condições concretas e com os interesses dos vários sectores de actividade. A verticalização não será imposta por meia dúzia de sindicalistas precariamente investidos em lugares de chefia. A verticalização não se fará por referendo.

Assim sucedeu no Sindicato dos Escritórios de Lisboa. E, como o processo agrudou aos dirigentes cisionistas, pretende-se agora repeti-lo noutros Sindicatos.

Os trabalhadores já demonstraram que o não permitirão. O pagamento das quotas à Intersindical, exigido em assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, terá de ser cumprido. Nenhuma direcção sindical

Numa clara rejeição de blocos e de atitudes cisionistas no movimento Sindical, o Secretariado da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses (Intersindical) explica num comunicado recente a razão porque não participou nos trabalhos da Mesa Redonda, promovida e presidida pelos secretários de Estado do Planeamento, da População e Emprego, com a cooperação de técnicos do BIT (Bureau Internacional do Trabalho). Convidada a aderir a essa iniciativa, a Intersindical aceitou imediatamente. Mas o Governo do PS, que «tem primado pela obstinada atitude de afastar» da elaboração das leis do trabalho a única Central Sindical que existe no nosso País (e que como tal é reconhecida também pela

As multinacionais instaladas no nosso país preparam-se para desencadear uma ofensiva contra as massas trabalhadoras, participando assim na ofensiva de recuperação capitalista com que as forças do patronato apoiadas nos partidos reaccionários e perante a passividade do Governo pretendem anular as conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras.

No sector do material eléctrico, e depois do boicote que desencadeou a negociação do CCT, o patronato multinacional prepara-se para realizar despedimentos em massa. Segundo foi revelado numa conferência de imprensa realizada na passada semana pelos sindicatos dos Electricistas do Norte e Sul, Químicos do Norte, Comissão Negociadora do CCT do Material Eléctrico e trabalhadores das multinacionais Siemens e Signetics, as multinacionais preparam-se para despedir 250 trabalhadores na Electrónica Signetics, 418 na Siemens, 150 na AEG e 38 na Sociedade Electrónica.

No decorrer desta conferência de imprensa foram ainda denunciadas várias outras tentativas de despedimento, que se inserem num quadro de recuperação capitalista e de pressão política global para liquidar as conquistas dos trabalhadores alcançadas após o 25 de Abril», nas seguintes empresas J.J. Gonçalves, J.F. Azevedo e Silva, Isolux, Nunes Correia, Fernando Brito da Silva, Electro Alesan, Arnaldo Trindade, EIP, Lourenço Borges, Eurolux, A. Supico, SPOC, John Nolte.

Os trabalhadores referiram que por exemplo no caso da

instaurar de facto a cisão no Movimento Sindical. A verticalização far-se-á, mas não como querem alguns dirigentes da «Carta Aberta». Serão os trabalhadores a decidir, de acordo com as condições concretas e com os interesses dos vários sectores de actividade. A verticalização não será imposta por meia dúzia de sindicalistas precariamente investidos em lugares de chefia. A verticalização não se fará por referendo.

Assim sucedeu no Sindicato dos Escritórios de Lisboa. E, como o processo agrudou aos dirigentes cisionistas, pretende-se agora repeti-lo noutros Sindicatos.

Os trabalhadores já demonstraram que o não permitirão. O pagamento das quotas à Intersindical, exigido em assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, terá de ser cumprido.

# QUEM NÃO CUMPRE AS LEIS?

O MAP tem assistido impávido às violações da lei, que comprometendo-o directamente, se estão a verificar nomeadamente no distrito de Beja. Assim o MAP, num comunicado recente «reafirma claramente a sua determinação em fazer cumprir as leis no que respeita a Reforma Agrária» mas, no mesmo texto, refere que «as directrizes e planos de trabalho de alguns centros regionais da Reforma Agrária que estão em execução nalguns locais da zona da Reforma Agrária, nomeadamente em Beja, são plenamente apoiados pelo Governo...»

Como resultado de tais afirmações, quem estiver minimamente informado, ficará perplexo: por um lado, o Governo quer cumprir a lei e por outro dá o seu aval às acções do CRRA de Beja e ao Governador Civil do Distrito? Porque, na realidade, eos factos demonstram-no, se há quem cumpra a lei ou lute pelo seu cumprimento, são os trabalhadores rurais quem não cumpre quem a viola sistematicamente é, por exemplo, o CRRA de Beja e o Governo Civil ao dar-lhe cobertura.

Se não se cobertura nenhuma lei possibilita ao agrário a escolha da área onde vai exercer o seu direito de reserva. No entanto, foi o aconteceu no caso da Lobata em que o agrário confessou ter escolhido as melhores terras e não estar interessado nas outras. Foram os trabalhadores rurais ouvidos para o caso das

marcações de reserva? Ou será que as marcações das reservas se não incluem «na definição e execução da política da Reforma Agrária» na qual têm de ser ouvidos «os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva pelos trabalhadores (art. 104.º da Constituição)? Qual a lei, segundo a qual o cereal produzido e armazenado pelos trabalhadores da UCP fica a cargo do agrário, dando-lhe o direito de o negociar com quem o semeou e colheu? Qual a lei que assegura a posse do gado ao agrário (que já o vendeu) só porque este gado se encontrava nas terras que ele reivindicou? Mas o CRRA de Beja dá de mão beijada ao agrário da Lobata para «posterior negociação entre as duas partes» o cereal, fruto do trabalho da UCP, os porcos da

UCP, (estes sem possibilidade de negociação...), e se mais houvera na propriedade mais o senhor agrário receberia... Onde, em que parágrafo dos diferentes decretos — leis sobre direito de reserva — se autoriza a espoliação dos trabalhadores?

Entretanto, na Lobata, a proveitando - e escandalosamente do trabalho feito pelos trabalhadores, o agrário continua, desde há dois dias, as sementeiras. Parat mobilizou um grupo de amigos agrários e provocadores. Pela primeira vez na vida, os agrários trabalham... Os trabalhadores suaram, fazendo os arrolamentos para virem agora uns senhores, simular que trabalham. Será que estão interessados de repente, na produção? A verdade é que antes da venda dos porcos, que não lhe pertenciam, o senhor agrário da Lobata deixou os animais comerem azeitona já varejada mas não arrecada da devorarem a gramínea para semente! Isto é ou não sabotagem económica? Ou será que irão inventar um novo «altruismo» dirigido à Raça Suína?

Nenhum trabalhador se deixa iludir com o repentino amor à terra dos agrários! O que, decreto, sucedeu foi que o senhor agrário da Lobata deve ter sido aconselhado no sentido de trabalhar um mínimo, pois, apesar das leis no distrito de Beja serem majestaticamente ignoradas, poderia correr o risco de, ver aplicado o estipulado nos DL

236-A/76 e 248/76, segundo os quais «quando os proprietários de uma área de reserva não explorem directamente a terra as cooperativas gozam do direito de preferência no arrendamento dessa área».

Como e de que maneira pode o CRRA de Beja provar que, amputando a UCP «Margem Esquerda», retirando-lhe a herdada da Lobata, a viabilidade da UCP não fica comprometida? Como se estas eram as melhores terras da UCP? Como se os trabalhadores podem provar, através dos dados da produção obtida, que, de facto, a cooperativa fica significativamente prejudicada? Quem, e de que maneira, determinou que o exercício da reserva, nas terras da Lobata, não afectava a viabilidade económica da cooperativa, condição posta pelo art. 6.º do decreto-lei 493/76?

Em relação a outras UCPs, onde se está a processar a marcação do direito de reserva, porque é que o CRRA de Beja faz tábuas raso da lei, segundo a qual se «as terras estão ou estavam incultas ou subaproveitadas, sem razão, não há direito de reserva (DL 236-A/76, art. 1.º Dec-Lei 248/76, art. 1.º)? Ou será que são aqueles as razões dos agrários que deixavam as terras ao abandono e os trabalhadores forçados «à boa vida» por que a «agricultura não dava»?

Por outro lado, comprometeu-se ou não o Governo a marcar as reservas só após a expropriação

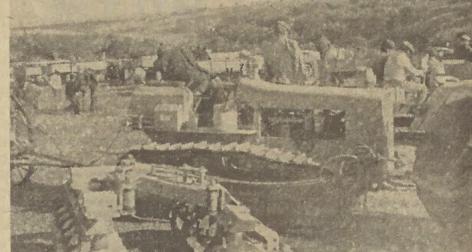
das zonas por expropriar? Ou será que mudam os ministros e os compromissos passam a ser letra morta?

Como pode o MAP declarar num comunicado oficial, que estão «já expropriadas a maior parte das terras sujeitas a expropriação nos termos da lei»? Como pode fazer-lo, se sabe bem, (e se não sabe, é muito grave tal desconhecimento), que só está expropriado 56% da área expropriável por lei, faltando, pois, expropriar 44%? Se o MAP tem dúvidas que faça as contas: por lei são expropriáveis na «zona de intervenção», cerca de 164000 hectares. Estão expropriados 918512. Estão por expropriar 721000 hectares.

Os trabalhadores não são contra o direito de reserva. Mas porque respeitam os compromissos e a lei exigem que ele seja marcado após terem sido concluídas as expropriações e segundo todas as disposições legais, incluindo a que assegura a sua

participação nas soluções a encontrar em cada caso.

Se o governo também quer fazer cumprir as leis sobre a Reforma Agrária, se o MAP está interessado nisso, o acordo será possível! Se o MAP respeitar os seus compromissos e as suas afirmações, teria desde já de multar com os tais azeiteiros 10 mil escudos os que violam a lei é que não são decreto os trabalhadores. Uma política de cumprimento das leis da Reforma Agrária seria uma política de defesa da Reforma Agrária. Até agora o MAP não deu grandes nem pequenas provas nesse sentido. Uma política de tal natureza à medida dos interesses dos trabalhadores, da economia nacional, pressupõe uma coerência a nível de todo o aparelho de Estado interveniente na Reforma Agrária. Pressupõe uma opção que não pode ser adiada nem iludida. Pressupõe uma opção de classe: pelos trabalhadores rurais, pelos pequenos e médios agricultores, pelas massas populares.



Conscientes dos seus direitos, os trabalhadores da Lobata encaram com firmeza e com serenidade o futuro da sua luta

## TRABALHADORES RURAIS RECLAMAM APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRABALHO

No Salão Paroquial de Penafiel realizou-se no último domingo uma assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito do Porto, com o propósito de analisar aspectos da vida sindical e discutir medidas a tomar no sentido de serem urgentemente publicadas leis que regulem o trabalho no sector.

Após terem sido duramente criticadas manobras dos patrões no sentido de pagarem baixos salários, e se pedirem trabalhadores e praticarem actos de represália sobre os mais conscientes, cerca de duas dezenas de trabalhadores agrícolas, provenientes de todos os concelhos do distrito, aprovaram uma moção de apoio à Reforma Agrária e decidiram enviar ao Presidente da República uma exposição que foi aprovada por unanimidade e aclamação. Nela referem a dado passo: «Vários foram as exposições feitas pelo nosso Sindicato (muitas delas por vontade expressa dos trabalhadores reunidos em assembleias) e dirigidas ao Governo, expondo a nossa situação de vida e de trabalho. Vários foram os pedidos de

## Que fazer em defesa da Reforma Agrária

A defesa da Reforma Agrária, a mais importante conquista do processo revolucionário, não é apenas tarefa dos trabalhadores das UCPs cujas terras estão a ser amputadas sob o pretexto das marcações de reservas. Não é uma tarefa local ou regional mas uma obra que se impõe às massas populares, aos trabalhadores, às forças democráticas e estipula a necessidade do reforço da aliança com o campesinato. Os acontecimentos têm provado que os trabalhadores da cidade e do campo, e as suas organizações de classe, têm consciência de que a Reforma Agrária é uma conquista que pertence ao povo trabalhador e como tal se demonstram dispostos a não transigir na sua defesa.

Ora como se processa, neste momento, a defesa da Reforma Agrária? Em que frentes há que actuar? A primeira frente de defesa da Reforma Agrária é a batalha pelo cumprimento da Constituição e das Leis da Reforma Agrária.

Temos assistido a comunicados do MAP e a declarações públicas, segundo as quais o Governo está disposto a respeitar a Constituição e as leis da Reforma Agrária. Na prática, tal não sucede. Mas estes comunicados, estas declarações representam um compromisso público que os trabalhadores têm o direito de exigir ver confirmado. A legalidade e a Constituição estão do lado dos trabalhadores. Este um dado que constitui um motivo de confiança, uma razão da consciência da sua força.

Como vanguarda da Reforma Agrária, como organização de classe dos trabalhadores, aos Sindicatos Agrícolas cabe um papel decisivo e intransmissível na exigência do cumprimento da Constituição e das Leis da Reforma Agrária. Ao assumirem este papel, ao reivindicarem serem ouvidos, ao estabelecerem contacto com os diferentes órgãos do aparelho de Estado, os Sindicatos estão já a dar cumprimento à Constituição que estipula a participação dos trabalhadores, através das suas organizações próprias, na definição e execução da Reforma Agrária.

Sem dúvida que a luta pela Reforma Agrária, pelas leis com ela relacionadas e pela Constituição se processa nos locais onde se faz sentir a ofensiva, nas UCPs, nas autarquias locais, nos distritos, estabelecendo, esclarecendo, mobilizando, respondendo com serenidade e firmeza às provocações. Cada trabalhador consciente é um combatente pela Reforma Agrária. Mas a força da representatividade dos Sindicatos Agrícolas, a sua responsabilidade na condução do processo, os dados de que dispõem, a função de interlocutor que a Lei lhes concede, fazem do órgão de classe dos trabalhadores rurais um corpo avançado desta luta que é de todos os interessados na vitória do processo revolucionário. Quem sabe da Reforma Agrária são os trabalhadores que a conduziram, que fizeram alastrar as sementeiras em terras antes abandonadas, que, apesar das forças adversas, souberam arrancar do solo uma boa produção. Deste saber feito experiência, são também os Sindicatos Agrícolas depositários. A sua visão de conjunto, o facto de neles se encontrarem trabalhadores livremente eleitos e representantes dignos da classe, assegura que a defesa da Reforma Agrária, a nível de contactos com o aparelho de Estado, está nos mãos de uma vanguarda destacada.

A segunda frente de defesa da Reforma Agrária passa pelo conhecimento objectivo do inimigo, de quem quer travar a Reforma Agrária, de quem beneficiaria com a derrota dos trabalhadores, de quem lucra com as violações da Constituição a que estamos assistindo. Confundir o adversário, seria dar trunfos ao inimigo. E neste sentido há que recordar as palavras de um guarda republicano na Lobata: «Estamos aqui porque somos obrigados. Muitos de nós temos pais trabalhadores como vocês». O que se pretende não é simplesmente a retirada das forças da GNR das terras das UCPs onde ilegalmente se está a proceder ao direito de reserva. Retirar a GNR e permanecer o agrário? Como é evidente, o problema de fundo não é a presença da GNR, mas sim a do agrário e a sua ofensiva para roubar as terras.

É aliás importante não esquecer este caso: o que está em causa não é a GNR, não são os homens da GNR — na sua grande maioria filhos de trabalhadores — mas sim o uso ilegal e anticonstitucional que se pretende fazer de uma força militarizada pondo-a ao serviço dos inimigos dos trabalhadores e da democracia.

O povo fardado ou desfardado, será sempre bem-vindo às terras da Reforma Agrária, seja para as conhecer, para conhecer as grandiosas vitórias dos trabalhadores alentejanos, seja para trabalhar, seja para defender o que a todo o povo custou anos de dor, sangue e luta. Os que exploraram e querem continuar a explorar, os que dividiram os portugueses e querem continuar a dividir, os que oprimiram e querem continuar a oprimir — latifundiários, monopolistas, reacçãoários — foram e são o inimigo e há que impedi-los de voltarem a explorar, a dividir e a oprimir.

A terceira frente de defesa da Reforma Agrária é a produção. A Reforma Agrária defende-se trabalhando e não cruzando os braços, deixando atrasar as sementeiras. Isso é o que fazem os agrários que mais do que atrasá-las, tentam paralisá-las para depois, nas próximas colheitas, bradarem: «Vitória! Os resultados foram maus! A Reforma Agrária não dá pão ao país!» Os trabalhadores e as suas organizações não podem embarcar nos objectivos da reacção. A Reforma Agrária venceu as dificuldades e a reacção porque foi um trabalho insano desenvolvido pelos trabalhadores rurais desbravando a terra e produzindo mais e melhor. Para o ano, os resultados têm de ser ainda mais favoráveis. Trata-se de demonstrar a todo o povo português (não aos nossos inimigos porque esses sabem-no e por isso mesmo tudo fazem para impedi-lo) que a Reforma Agrária é uma das mais importantes e imprescindíveis vias para uma vida melhor, para a vitória da democracia rumo ao socialismo consagrado na Constituição.

A quarta frente de defesa da Reforma Agrária é o fortalecimento da solidariedade das massas trabalhadoras e populares em torno da Reforma Agrária. Esta solidariedade manifesta-se não apenas em jornadas de trabalho mas, como se tem verificado, em manifestações, concentrações, reuniões de trabalhadores de empresas, reuniões de população de diversos concelhos, freguesias, bairros e locais das quais deve sair a público, a determinação inabalável do povo trabalhador em lutar para que a Constituição e as Leis da Reforma Agrária sejam integralmente cumpridas e o protesto veemente das populações face à sua violação que constitui um atentado contra o processo democrático.

## PEQUENO AGRICULTOR DENUNCIA NOTA DO MAP SOBRE A AZEITONA

«Senhor Ministro da Agricultura, fique sabendo que são os grandes senhorios e agrários que tentam impedir os pequenos e médios agricultores de apanhar a azeitona!» — escreve um pequeno agricultor da freguesia de Eiras, concelho de Coimbra

Acerca da nota oficiosa do MAP em que se afirmava terem chegado ao conhecimento do Governo informações, segundo as quais estaria em curso «uma campanha dirigida no sentido de não permitir que os trabalhadores rurais colham a azeitona dos pequenos, e médios agricultores», publicámos já no último «Avante!» a resposta de um pequeno agricultor da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo em que este inquiria: «Como é isso senhor ministro da Agricultura? Os trabalhadores rurais não permitem que a gente colha azeitona? Pois são eles que nos fornecem os braços! Uma segunda carta recebida na nossa redacção, também de um pequeno agricultor da freguesia de Eiras, do concelho de Coimbra. Nela é denunciado o facto (já divulgado numa reunião de rendeiros), dos senhorios não quererem que

azeitona seja apanhada pelos rendeiros, andando a vendê-la a outros agricultores muitas vezes fora do concelho. Nessa mesma reunião, esclarece-nos o nosso leitor, «expliquem-se que se g u n d o. Lei do Arrendamento Rural, quem tom direito à azeitona são os rendeiros que amanhã a terra, visto serem eles que, com o seu trabalho, fazem que as oliveiras produzam». O nosso leitor admira-se por o MAP «levantar uma falsa lei», dando a entender que os trabalhadores rurais não estariam interessados em apanhar a azeitona dos pequenos e médios agricultores, e permanecer aliás as manobras destes senhorios que violam, por diversas maneiras, a Lei do Arrendamento Rural sem serem molestados pelas autoridades. E conclui: «A quem interessa o silêncio do MAP nestas coisas escandalosamente injustas?

A quem interessam as falas do MAP a despropósito da azeitona quando o que se observa é exactamente o contrário do que ele afirma, vendo nós que os trabalhadores rurais ajudam cada vez mais os pequenos agricultores?»

Exemplo desta realidade de cooperação entre trabalhadores rurais e pequenos agricultores foi dado na manifestação popular de protesto contra a ocupação da propriedade da Lobata, que se realizou em Évora no passado dia 20 de Novembro por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora. Nessa manifestação foi aprovada, por aclamação, uma moção na qual se diz a determinação aitura, a propósito da referida nota do MAP, considerada pelos trabalhadores agressiva e provocatória: «Pretende-se com isto aliar os pequenos agricultores contra os trabalhadores rurais das cooperativas agrícolas. Mas os factos dizem o contrário: a verdade é que as unidades colectivas de produção têm sido as primeiras a pôr o seu pessoal à disposição para ajudar os pequenos agricultores na apanha da azeitona. A verdade é que ainda recentemente

a Cooperativa Paz e Progresso, de S. Sebastião da Cisteiras, no distrito de Évora, através do Sindicato pôs os seus trabalhadores à disposição da «Casa Agrícola Lecas Espada» para apanhar a azeitona da Herdade da Carvosa, que nesta tem deixado abandonada. Este é um exemplo entre tantos outros que se poderiam apontar.

«Os trabalhadores realizam a sua disposição de, tal como no passado, continuarem a apoiar os médios e pequenos agricultores em trabalho, especialmente na apanha da azeitona, na cedência de máquinas e apoio técnico, reforçando na prática a aliança entre os trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores.»

Outro caso de cooperação de que nos chega a notícia em N.º Senhora de Machede, realizou-se uma reunião entre trabalhadores das UCPs e pequenos e médios agricultores para resolver, em conjunto, como iam fazer a apanha da azeitona, tendo-se concluído a necessidade de usar um lagar que é gerido por uma comissão constituída pelas UCPs e pelos pequenos agricultores.

## POR UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

Agricultores do Baixo-Mondego preocupados com o preço da batata de semente. Pequenos e Médios Agricultores da região manifestam a sua preocupação relativamente ao preço da batata de semente nestes termos: «Em 1974, o seu preço andava à roda de 400\$00 o saco (batata semente estrangeira seleccionada). Em 1975, o preço foi de 700\$00 o saco, embora mais tarde, em resultado das reivindicações dos agricultores, tenha sido dado um subsídio que fez baixar o preço para 550\$00. Este ano, já é voz corrente, pelas cartas circulares enviadas pelos importadores aos organismos da lavoura, que o preço médio andará à volta de 1300\$00 a 1400\$00 e considerando que o ano corrente foi um ano de seca, havendo agricultores que quase não tiraram batatas que chegassem para a sua família, um tal preço vem impossibilitar que os agricultores melhorem a qualidade das sementes e aumentem a produção. Na nossa zona muitos agricultores já desistiram das inscrições para adquirir a batata de semente e temos conhecimento de que algumas Comissões Liquidatárias e Cooperativas da região, já cortaram parte das encomendas que tinham feito.

É certo que o Governo decidiu subsidiar em 180 mil céntimos o preço da aquisição da batata de semente o que constitui uma ajuda, mas resta saber como estes subsídios vão ser canalizados e como ficará, afinal, o preço da batata de semente. Esta situação, dizem os pequenos e médios agricultores, só poderia ser resolvida se a intervenção estivesse a cargo da Junta Nacional das Frutas. Como tal já não é possível este ano, ao menos que a JNF controle, pelo menos, os contingentes importados ou a importar garantindo um bom fornecimento aos agricultores.

Pequenos agricultores do Norte dão lição sobre importação ao Governo:

Em vez de importarem leite e carne ou vitelos irlandeses doentes, algumas comissões liquidatárias, cooperativas e a Comissão Liquidatária dos Grémios da Lavoura de Entre-Douro e Minho importaram 500 cabeças de bom gado da Holanda. A operação foi, em parte, uma resposta aos aumentos do custo dos animais produtores no mercado interno, atingindo, hoje, 30 a 40 contos por cabeça nas feiras sem qualquer garantia ou registo. Os animais importados rondarão por volta dos 30 contos e são de óptima qualidade, cuja produção representará uma diminuição da saída de divisas para a aquisição de carne e de leite. As 500 cabeças serão distribuídas, na maioria, a pequenos agricultores dos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Famlalção, Penafiel, Matosinhos, Maia e Vila da Feira.

Em Eiras, os senhorios deixam as terras em pousio. Numa reunião de rendeiros promovida pelo MAPN em Eiras, Coimbra, foi veementemente denunciada a acção dos senhorios que continuam a exigir as rendas antigas, que estão de acordo com a Lei do Arrendamento Rural, e recusam-se a fazer o contrato de arrendamento por escrito. Nesta freguesia, dadas as rendas muito elevadas não há quem lhes possa pagar e os senhorios deixam as terras de pousio, o que em nada beneficia a agricultura da zona. Alguns chegam mesmo a despedir o rendeiro que amanha a terra e em seguida, deixam-na ao abandono. É lamentável que o MAP, sempre tão lesto a emitir notas oficiosas ameaçadoras em relação aos trabalhadores, sem o mínimo de fundamento nas razões invocadas, (como temos vindo a demonstrar através de dados concretos), ignore este boicote à lei, ignore o absentismo dos grandes senhorios, ignore o desemprego, os prejuízos para a agricultura e a economia nacional assim provocados.

Na região do Mondego, pequenos e médios agricultores confiam na Constituição. Apesar dos agrários e outras forças reacçãoárias terem tido a preocupação de rodearem

o Presidente da República, quando da sua visita ao Mondego, pequenos e médios agricultores conseguiram ter acesso ao general Ramalho Eanes. Os agricultores do Baixo Mondego entregaram ao Presidente da República um abaixo-assinado (que continua a correr), no qual falam mais uma vez dos prejuízos da seca e pedem o cumprimento do artigo 102º da Constituição que prevê o auxílio do Estado aos riscos das culturas. Também representantes da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho entregaram ao general Ramalho Eanes um manifesto no qual abordam o problema da seca, a questão do aumento do gasóleo, dos adubos e de alguns pesticidas, as deficiências no abastecimento de rações, a diminuição das margens de comercialização, às Comissões Liquidatárias, a necessidade das tabelas de preço do arroz serem fixadas antes das sementeiras, a necessidade do Governo tabelar os preços de aluguer de máquinas, a questão dos preços da batata de semente. A Liga aborda ainda a Lei do Arrendamento Rural, referindo o auxílio deficiente das autoridades ao seu cumprimento, e chama a atenção para a situação dos senhorios idosos e pobres, para os quais se impõe uma legislação que lhes garanta uma velhice mais feliz.

Sob o impulso do MAPRU, a população de Pessegueiro de Baixo arranca para a abertura do posto médico:

A população de Pessegueiro de Baixo — Pampilhosa da Serra — vive uma curiosa situação: existe um posto clínico na Casa do Povo que não funciona há 14 anos porque os médicos se recusam a ir ao lugar, invocando a distância e os maus acessos. Por falta de meios económicos, os doentes não podem deslocar-se à sede do concelho, onde aliás são praticados preços escandalosos (um habitante chegou a pagar 1200\$00 por uma consulta). Vem já de longe a luta da população do Pessegueiro por uma melhor Previdência Rural: em amplas reuniões da população foram aprovadas moções e enviadas ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro dos Assuntos Sociais, exigindo que o posto médico abrisse, que um médico ali prestasse assistência, que fossem regularizados os pagamentos de subsídios e a integração da Previdência Rural no esquema geral da Previdência pondo em pé de igualdade os pequenos agricultores e os trabalhadores em geral.

Entretanto, numa recente reunião da população foi decidido que o MAPRU (Movimento de Agricultores para a Previdência Rural) desenvolveria esforços no sentido de conseguir que um médico se desloque à povoação, duas vezes por semana, comprometendo-se os habitantes a pagar-lhe o transporte.

A AGRINOVA não apoia os parasitas, os especuladores, as organizações daqueles que nos campos vivem à custa dos agricultores: E isto precisamente porque apoia os pequenos e médios agricultores, os rendeiros, os trabalhadores agrícolas e as suas organizações democráticas. «Este apoio poderá ser técnico (agrícola, pecuário, jurídico, organização da contabilidade, etc), financeiro e a outros níveis nomeadamente na promoção sócio-cultural», tal como informa a Comissão de Apoio aos Agricultores do Norte da AGRINOVA, num comunicado distribuído no distrito de Coimbra.

Em Campo Maior, pequenos agricultores apoiam as cooperativas:

Dezenas de pequenos e médios agricultores de Campo Maior começaram já, voluntariamente, a trabalhar com as suas mulas e charruas na preparação de sementeiras nas cooperativas agrícolas onde as chuvas impedem o emprego de máquinas. Começaram os trabalhos na Cooperativa Popular, de Ouguela, donde passarão à Cooperativa Vasco Gonçalves, de Degolados. Este um exemplo da aliança que se estreita entre as massas trabalhadoras do campo que de mãos unidas mais depressa conquistarão uma vida melhor nos campos.

Nós sabemos que para si compreender a economia não é coisa fácil!



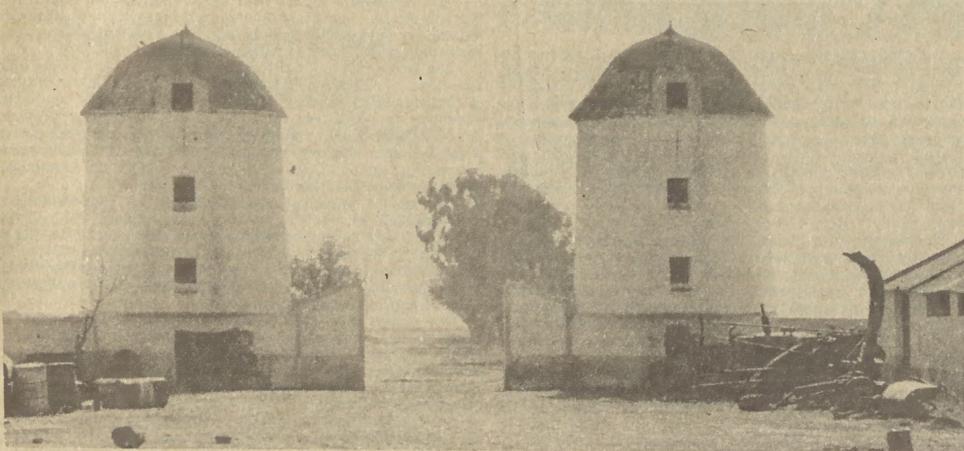
Mas a partir de agora tem à sua disposição, numa linguagem acessível o

## CURSO ELEMENTAR DE ECONOMIA POLITICA

de LEV LEONTIEV

\* Um volume de 300 páginas (60\$00) da colecção «Elementos Fundamentais do Comunismo Científico», último lançamento das «Edições Avante!» distribuído pela CDL — Central Distribuidora Livreira

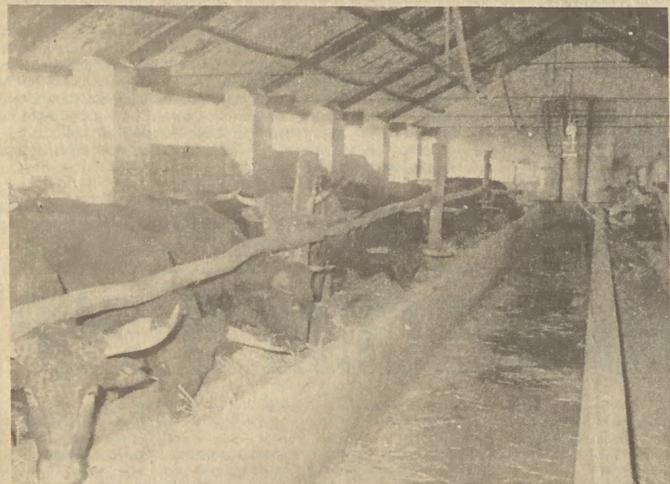
# ERA ASSIM O ALENTEJO DOS AGRÁRIOS!



A Herdade D. Joana fica situada no concelho de Campo Maior, junto à fronteira espanhola. Os seus 350 hectares pertenciam ao agrário Fernando Couto, que posteriormente os arrendou à Torraltta. Nacionalizada, foi ocupada pelos trabalhadores em 20 de Outubro de 1975 e está actualmente integrada na UCP "Unidade Trabalhadores". Por esta entrada, tinha-se acesso a dois mundos diferentes: o mundo da exploração e da miséria dos trabalhadores agrícolas e o mundo de luxo, vício e ostentação dos agrários.



O pátio central do monte. A ala esquerda destinava-se a instalações dos animais e dos trabalhadores. Ao fundo pode já vislumbrar-se o "retiro" do agrário, separado das outras construções, para manter a distância entre quem explorava e quem era explorado. Animais e trabalhadores podiam, no entender do agrário, ficar perto uns dos outros. Para ele, que diferença havia?



O estábulo das vacas que ficava ao lado do dormitório dos trabalhadores. Já depois do 25 de Abril, o regente agrícola que dirigia a herdade em nome da Torraltta, canalizava a palha que estava destinada a estas vacas para uma outra propriedade da Torraltta situada no concelho de Setúbal. Para a alimentação do gado da herdade ficava uma quantidade que corresponde a metade da que é actualmente utilizada para o dobro das cabeças.

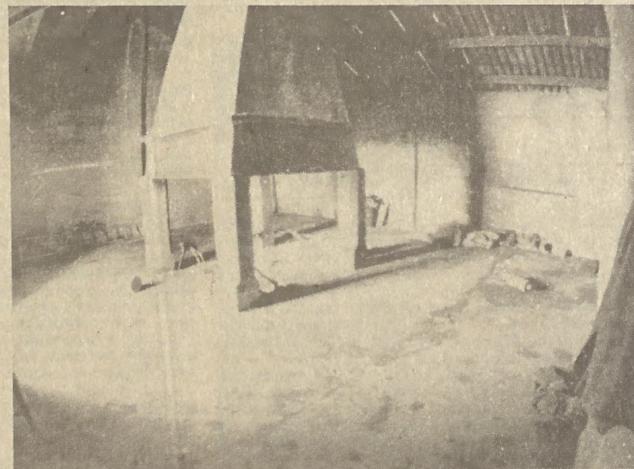
Os grandes agrários e latifundistas, aqueles que durante décadas e décadas semearam no Alentejo a fome, a miséria, tantas vezes o sangue e a morte, tentam agora apresentar-se aos olhos do povo como honestos trabalhadores e integros cidadãos injustamente arreados das suas terras. Aproveitando a margem de manobra que lhes é dada pelo Governo, organizados na CAP, tentam reivindicar as terras que sempre abandonaram e que agora florescem nas mãos daqueles que sempre as trabalharam e semearam com o seu sangue e o seu suor — os heróicos trabalhadores alentejanos.

Os tempos mudam-se e as vontades também. Aqueles que antes do 25 de Abril se pavoneavam nas «boites» e «cabarets» de Lisboa, semeando luxo e ostentação, prepotência e imbecilidade, tentam agora mascarar-se de deserdados da vida, pobretanas e sem tostão para sobreviver.

A realidade é, porém, outra. A vida de ostentação e de prazer que mostravam na capital, junto dos seus «pares», desenvolviam-na igualmente nas suas possessões do Alentejo, nos seus feudos, nos seus montes. Viviam à grande e à larga, exploravam da mesma maneira, e a vida sucedia-se monotonamente entre o prazer do seu latifúndio e o prazer da capital. Eram os senhores da terra que não trabalhavam, os donos dos animais de que não cuidavam, os poderosos de um país que exploravam.

Mas ainda hoje podemos imaginar o que era essa realidade que o fascismo escondia ao nosso povo. Basta percorrermos algumas herdades, hoje nas mãos daqueles que trabalham a terra, integradas em cooperativas e unidades colectivas, e ouvirmos os que nelas trabalham.

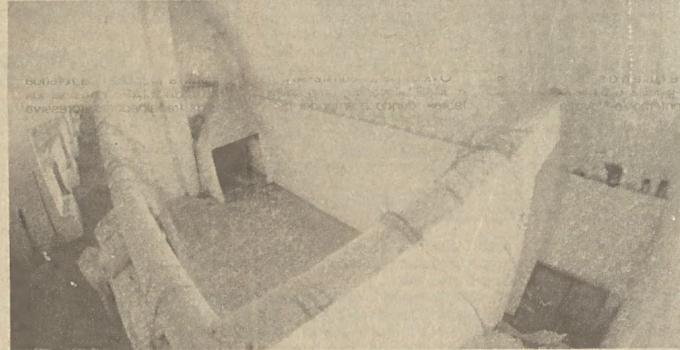
Foi o que uma equipa de reportagens do «Avante!» fez, visitando uma herdade da UCP «Unidade Trabalhadores». As fotografias aqui ficam como libelo contra todos aqueles que querem acabar com a Reforma Agrária, recuperar os antigos privilégios, voltar à sua vida luxuosa e dissoluta. O exemplo que apresentamos pode multiplicar-se vezes sem conta, mas não deixa de constituir uma brutal revelação por tudo o que revela de dois mundos.



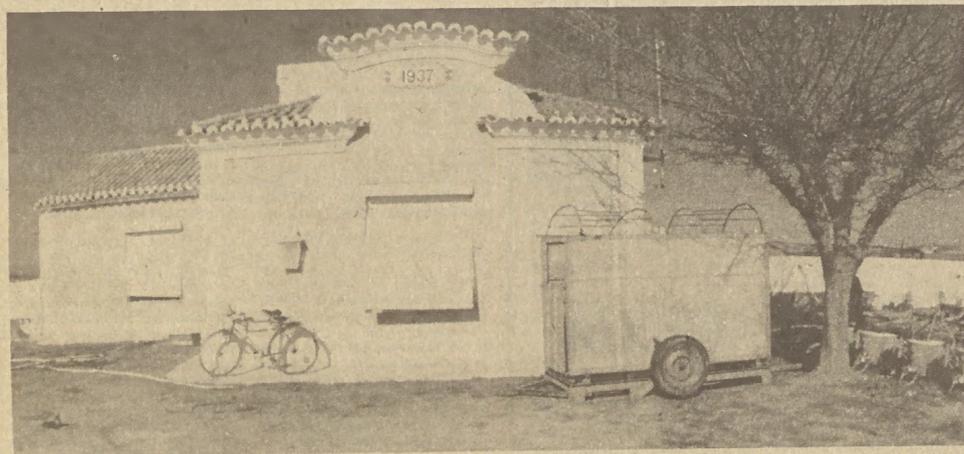
O dormitório onde, de Inverno, dormiam entre cinquenta a sessenta trabalhadores! Conforme nos afirmou um dos actuais membros da Comissão Directiva da "Unidade Trabalhadores", eram cinquenta a sessenta trabalhadores espalhados neste espaço, com sacas cheias de palha a servir de colchões e sacas a servir de cobertores. Daqui saíam antes do sol se levantar, aqui se deitavam já depois do sol posto, após terem comido as magras sopas que a "benevolência" do agrário lhes concedia.



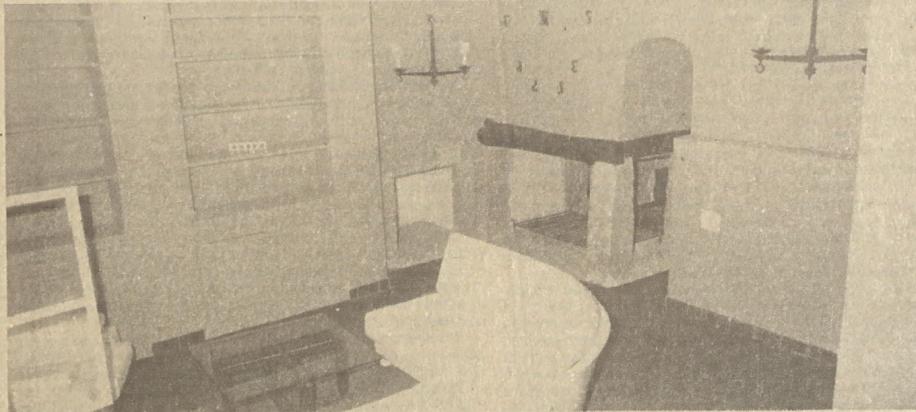
Um estábulo para porcos mandado construir pelo agrário que custou algumas centenas de contos. Nunca serviu para nada, pois nem o agrário nem a Torraltta se interessaram alguma vez pela criação do gado porcino. Monumento erguido ao absentismo dos agrários alentejanos, o estábulo — hoje gerido pelos trabalhadores — alberga actualmente várias dezenas de porcos e "marrãs" — porcas destinadas à criação.



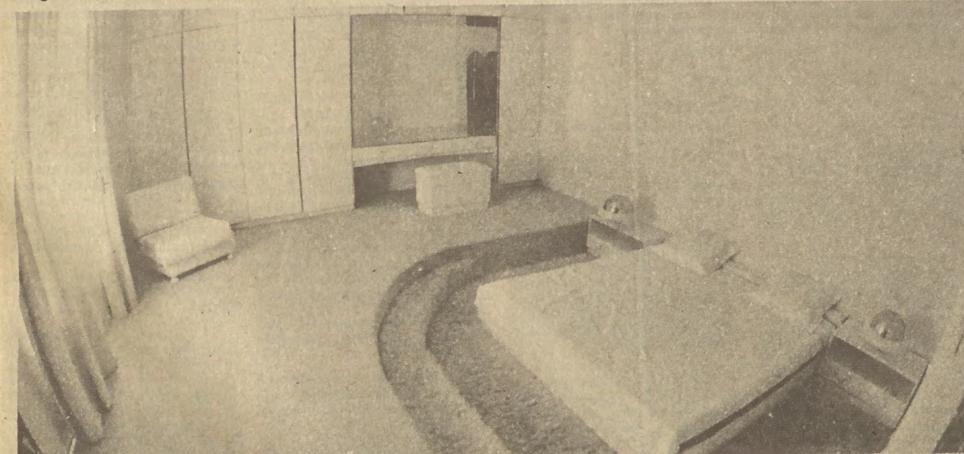
A gravura mostra o local, no interior da construção, que o agrário tinha destinado ao dormitório do porquinho. As suas dimensões pouco excedem as das pocilgas, situando-se entre dois corpos do edifício destinado aos porcos. Tal era a concepção de dignidade humana do agrário Couto e dos patrões da Torraltta. Hoje, a pocilga está cheia de porcos — mas o porquinho não dorme lá!



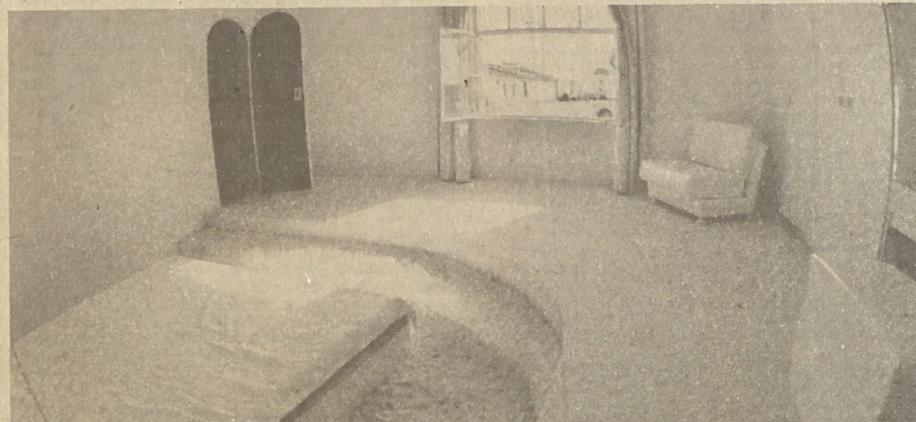
Eis-nos frente às instalações do latifundiário. O seu aspecto, embora conserve o estilo das restantes construções, não deixa desde logo de chamar a atenção pelo carácter mais cuidado de todo o seu conjunto. Situado bem no meio da entrada, bem perto das lúgubres instalações destinadas aos trabalhadores, as suas paredes escondiam, no entanto, um outro mundo, o mundo privado do agrário.



Sala de estar para o agrário "descansar..." Bem mobilada, bem alcantifada, com lareira para o Inverno! A lama que os trabalhadores levavam agarrada aos pés e que sujava as sacas-colchão e as sacas-cobertores não sujava estas instalações! Depois da Torraltta ter arrendado a herdade ao agrário Couto, o regente agrícola começava por efectuar aqui as reuniões com as suas secretárias, no quentinho da lareira... Os compartimentos são todos forrados com isolantes acústicos. Sobre a lareira, os ferros de marcar o gado. Os trabalhadores recordam ainda os carros de alto preço que entravam e saíam altas horas da noite, do monte para as visitas dos "senhores da terra".



O quarto onde o agrário dava vazão aos seus prazeres dissolutos, onde os lacaios da Torraltta passavam a sua vida de prazer e de luxúria. Dois degraus dão acesso à cama enorme e bem acolchoada — tão diferente das sacas-colchão do dormitório dos trabalhadores. Uma alcantifa felpuda amaciava o andar do agrário entregue aos mais baixos prazeres. Espelhos de lado permitiam a todos os que se deitassem naquela cama ver a posição em que se encontravam. E ali bem perto, no dormitório dos trabalhadores, nem camas nem cobertores, nem instalações sanitárias nem qualquer espécie de conforto após trabalhos duros de sol a sol.



Pela janela aberta do quarto de luxos e prazeres dissolutos do agrário contemplava-se esse outro mundo do trabalho. Hoje, tudo é diferente! É do lado do trabalho, do lado da luta e da vitória dos trabalhadores que se pode ver esse universo de decadência e vício que alguns querem fazer voltar. Os operários agrícolas da "Unidade Trabalhadores" mantêm fechado e intacto esse "ninho" que retrata um mundo que não voltará: o bem-estar que os trabalhadores pretendem não se confunde com os vícios dos que viveram da exploração e da opressão. Há um abismo entre os que exploram e os que são explorados — e esse abismo é também moral. É também a isto que agrários e os que os acompanham querem voltar: à miséria de fora e ao vício de dentro. É a isso que jamais deixaremos que se volte!

# SOCIALISTAS E SOCIAIS-DEMOCRATAS: UMA OPÇÃO HISTÓRICA

Qual o estado das relações, a nível internacional, entre os comunistas, por um lado, e os socialistas e sociais-democratas, por outro? Quais os obstáculos e quais as perspectivas para uma cooperação mútua, na luta pela paz, pela justiça e pelo progresso social? A estas e a outras questões de flagrante actualidade responde o camarada Boris Ponomariov, membro suplente do Bureau Político e Secretário do CC do PCUS, em artigo que hoje publicamos. «Nós pensamos que a vida coloca uma vez mais a social-democracia diante de uma opção» — afirma o camarada Ponomariov. «Irá ela ocupar uma posição de luta decisiva contra a política imperialista de armamento e de guerra, ou irá continuar a permitir que seja utilizada pelas forças que são portadoras potenciais do perigo de guerra?»

## COOPERAÇÃO NECESSÁRIA

Ao iniciar o último quarto do século XX a humanidade atingiu um marco de importância excepcional. As possibilidades de progresso social cresceram consideravelmente. «...O mundo muda literalmente sob os nossos olhos e na melhor direcção», sublinhou L. Brejnev no XXV Congresso do PCUS. Ao mesmo tempo agrava-se a luta entre as forças do progresso e aquelas que, dispondo ainda de uma influência bastante grande, se esforçam tenazmente para travar a marcha ascendente da história.

Nestas condições a responsabilidade da classe operária internacional é particularmente importante. O alcance da sua actividade, a contribuição para a solução positiva dos problemas que se colocam à humanidade, cresce mais do que nunca. Esta contribuição depende em muito da unidade de acção de diversos partidos e correntes em actividade no movimento operário e democrático. E antes de tudo os comunistas e sociais-democratas.

Os partidos comunistas estão no poder nos países socialistas. É notável o grande papel que tem a comunidade socialista para prevenir uma nova guerra mundial, para garantir a segurança internacional. São o baluarte das forças que lutam contra



O camarada Ponomariov usando da palavra na tribuna do VIII Congresso do PCP

cooperação entre os Estados com regimes sociais diferentes e contribuíram para o êxito da conferência europeia. Ao mesmo tempo, as tentativas de outros dirigentes sociais-democratas para introduzir o espírito da «guerra psicológica» nos problemas que dizem respeito aos contactos entre os homens e aos intercâmbios culturais, são contrárias às suas próprias declarações em favor de uma normal e frutuosa cooperação internacional.

No que toca ao carácter e às vias da luta pelo progresso social, os pontos de vista dos comunistas e dos sociais-democratas diferem, como é sabido, em numerosos problemas, e são objecto de uma luta ideológica entre eles. Se falarmos da situação actual, os marxistas-leninistas pensam que a crise do capitalismo, que se manifestou com grande força nos anos 70, veio uma vez mais pôr de maneira aguda a questão que diz respeito à inconsistência histórica do regime burguês e à impossibilidade de eliminar os seus vícios por meio de reformas parciais, «cosméticas».

Quais são as posições da social-democracia face à necessidade histórica da unidade de acção de todas as forças operárias e democráticas, compreendendo os comunistas e os sociais-democratas?

Hoje, duas tendências principais apareceram sobre esta questão no movimento social-democrata. Uma delas reconhece a necessidade de contactos e de relações com os comunistas, sob tal ou tal forma. A outra despreza o bom senso e os interesses dos trabalhadores, luta tenazmente contra uma tal cooperação e, o que é pior, esforça-se para impedir a cooperação nos casos em que ela já foi organizada ou em que se organiza. Finalmente, há também sociais-democratas que não tomaram uma posição determinada e que se agarram a uma política de evasiva e de espera.

## BOAS POSSIBILIDADES PARA UMA ACÇÃO CONJUNTA

Nunca ainda a questão das relações com os comunistas tinha suscitado no movimento social-democrata uma discussão tão vasta e animada como no ano passado.

Durante os contactos do PCUS com muitos partidos sociais-democratas, como por exemplo o Partido Socialista Belga, o Partido Social-Democrata da Finlândia, o Partido Socialista Francês, o Partido Trabalhista da Grã-Bretanha, chegou-se a uma coincidência de pontos de vista sobre numerosos e importantes problemas, inclusive sobre os problemas da cooperação entre os comunistas e os sociais-democratas.

Numerosos factos mostram que as possibilidades para a acção conjunta e paralela dos partidos comunistas e partidos socialistas ou sociais-democratas são reais e estão praticamente maduras.

Na esfera das relações internacionais, representantes de 49 partidos e movimentos socialistas e sociais-democratas participaram, com os comunistas, no Congresso Mundial das Forças da Paz realizado em Moscovo, no Outono de 1973. Numerosos socialistas e sociais-democratas colaboraram nos trabalhos da primeira e da segunda Assembleia de representantes da opinião pública para a segurança e cooperação na Europa. Os partidos socialistas da Bélgica, da Itália, da França, o partido social-democrata da Finlândia, o partido trabalhista da Grã-Bretanha enviaram representantes oficiais à segunda Assembleia (1975).

Alargam-se os contactos entre as organizações da juventude comunista e social-democrata. A União Internacional dos Jovens Socialistas foi um dos participantes activos nos encontros da juventude.

A tendência de organizar a acção conjunta dos comunistas e sociais-democratas intensifica-se igualmente a nível nacional. Adquiriu-se, em França, uma importante experiência durante mais de quatro anos com a existência do bloco dos partidos de esquerda que adoptaram um vasto programa comum de governo.

A diversa experiência adquirida demonstra que as relações entre sociais-democratas e comunistas podem ser vantajosas e úteis para o movimento operário, lá onde os sociais-democratas abandonaram ou abandonam os dogmas do anticomunismo e estão dispostos a cooperar, na base da independência e respeito mútuo.

No que se refere aos comunistas, a sua política de unidade na acção com os sociais-democratas não é uma manobra táctica. Como o testemunham as declarações de princípio bastas vezes afirmadas nos documentos do movimento comunista internacional e de numerosos partidos comunistas, considera-se a cooperação com os partidos sociais-democratas, baseada numa plataforma democrática e antimonopolista conjunta, como uma estratégia política. A política dos comunistas é honesta, aberta, planeada a longo prazo, para ser levada até à instauração da sociedade socialista.

Há muito tempo que os comunistas estendem a mão aos sociais-democratas, tanto na luta pela paz, como na luta pelo progresso social. Infelizmente, é um facto que, na Internacional Socialista, predomina ainda uma atitude negativa face à cooperação com as forças de esquerda. «Entre os sociais-democratas, são ainda numerosos os que centram toda a sua actividade no anticomunismo e anti-sovietismo», fez notar L. Brejnev no XXV Congresso do PCUS.

## O ANTI-COMUNISMO É INIMIGO DO PROGRESSO

Nos últimos tempos, o presidente do Partido Socialista da Áustria, Kreisky, um dos líderes da Internacional Socialista, proclama mais alto que toda a gente o seu anticomunismo. Recentemente, em nome dos «valores ocidentais da democracia», apelou publicamente a conseguir-se, de facto, a mudança do regime social nos países socialistas.

A posição assumida por numerosos líderes de partidos sociais-democratas da Europa Ocidental, como acontece em Portugal, após o derrube do fascismo neste país, é outro exemplo de como o anticomunismo prejudica directamente a democracia. Mesmo as sérias medidas socioeconómicas destinadas a liquidar as raízes do fascismo — que reinou quase meio século em Portugal — foram atacadas por eles. Trabalharam sobretudo para enfraquecer e isolar o combatente mais consequente e enérgico contra a reacção: o Partido Comunista Português, como o prova toda a sua história e numerosos sacrifícios.

Com a participação dos sociais-democratas que representavam os governantes da RFA e da Grã-Bretanha, um grupo de dirigentes de potências ocidentais decidiu, no encontro de Porto Rico, exercer sanções económicas contra a Itália caso os comunistas venham a participar na administração do país. Há também, entre os sociais-democratas, personalidades

que supõem que os contactos com tais ou tais partidos comunistas poderão ser utilizados na luta contra o movimento comunista internacional, para «impregnar» alguns dos seus destacamentos com o espírito social-democrata, para lançar os partidos comunistas uns contra os outros.

Numerosos sociais-democratas participam activamente em campanhas contra os partidos comunistas dos países socialistas, a começar pela União Soviética, contra as forças do socialismo e do progresso, em campanhas organizadas a fim de desacreditar a política e os ideais dos comunistas aos olhos das massas populares. Mas a experiência do passado, compreendendo a época da «guerra fria», mostrou de forma suficientemente convincente que aqueles que, de uma maneira ou de outra, defendem posições de anticomunismo e anti-sovietismo, se privam das possibilidades de agir no interesse do progresso social.

É preciso não esquecer que a intensificação do anticomunismo é acompanhada quase automaticamente pelo reforço dos partidos e agrupamentos burgueses de direita. Não é por acaso que, precisamente nos últimos tempos, as forças da extrema-direita procuram, baseadas nas vagas de propagação anticomunista, passar à ofensiva não só contra os comunistas, mas também contra todas as forças de esquerda, democráticas, incluindo os sociais-democratas.

Eis a razão pela qual os comunistas da Europa convidam todos os que lutam pela democracia, que se consideram como democratas, a combater o anticomunismo sob todas as suas formas, a isolá-lo e a vencê-lo.

Ao mesmo tempo, a Conferência de Berlim sublinhou que os partidos comunistas «não consideram como anticomunistas todos os que não estão de acordo com a sua política ou que criticam a sua actividade». Condenando todo o sectarismo, os comunistas pronunciaram-se de uma forma perfeitamente clara no sentido de estabelecer o diálogo e a cooperação entre os comunistas e os sociais-democratas, com todas as forças democráticas e desejosas da paz, a fim de eliminar a desconfiança e os preconceitos que dificultam a luta conjunta dos trabalhadores pela paz, a democracia e o progresso social.

## UMA OPÇÃO HISTÓRICA

Com efeito, põe-se de novo à direcção dos partidos sociais-democratas o problema extremamente importante de colocar a sua actividade de acordo com os imperativos da época.

Esta opção reside, em primeiro lugar, em determinar se é ou não necessário caminhar em conjunto com os que lutam por uma paz justa e democrática, em nome dos interesses da classe operária, de todos os trabalhadores, de toda a humanidade, ou se devem continuar a orientar-se para as forças interessadas no

relançamento da corrida aos armamentos e na preparação de uma exterminadora guerra mundial.

Em segundo lugar, esta opção reside em fazer uma apreciação sã e imparcial do lugar e do papel do socialismo no mundo contemporâneo, em acabar com o anti-sovietismo, com as tentativas de dividir os países socialistas.

Em terceiro lugar, os dirigentes sociais-democratas deverão, de uma vez por todas, encerrar os factos e reconhecer a incompatibilidade dos interesses do trabalho e do capital. Estamos na época em que as massas laboriosas observam a social-democracia: tomará ela medidas eficazes para sair da crise à custa dos monopólios e não à custa das massas laboriosas, ou vai fazer o papel de médico do capitalismo monopolista de Estado condenado pela história?

Em quarto lugar, perante as profundas movimentações progressistas em África, na Ásia, na América Latina, nas condições da luta crescente dos povos desta parte do mundo contra o imperialismo, os sociais-democratas terão que decidir se estão no mesmo campo que as verdadeiras forças democráticas ou se vão continuar a defender a política que os neocolonialistas aplicam segundo os seus interesses.

Por força das leis objectivas e das necessidades do desenvolvimento social, novas possibilidades favoráveis se abrem hoje ao movimento operário democrático. Pode dizer-se com segurança que na hora actual existem todas as condições para evitar uma nova guerra mundial, para realizar profundas transformações sociais no interesse dos trabalhadores, para frear o poder dos monopólios, para acabar com a flagrante desigualdade e injustiça sociais engendradas pelo capitalismo. Os partidos comunistas lutam firmemente e de forma consequente para atingir estes objectivos.

A solução dos problemas, tornados maduros, do desenvolvimento social, dependem também em muito da posição da social-democracia e confere grandes deveres a todos os sociais-democratas, tanto aos simples membros como aos dirigentes. Um dos problemas postos pela própria vida é a atitude em relação ao movimento comunista, em relação aos países socialistas, é a unidade de acção entre os socialistas e os comunistas. Há particulares razões para o lembrar no momento da realização do Congresso da Internacional Socialista em Genebra. Os comunistas da Europa fizeram as suas propostas e expuseram as suas posições. Cabe a palavra aos sociais-democratas que convocaram o seu congresso internacional num tão importante momento.

(Texto resumido do artigo publicado na revista «Kommuniste», n.º 17. Os subtítulos são da responsabilidade do «Avante!»)

# SOLIDARIEDADE COM O PCP

As manifestações de solidariedade internacionalista para com o nosso Partido, expressas de modo inequívoco por ocasião do VIII Congresso do PCP por parte dos partidos comunistas e operários irmãos de todo o mundo, por parte de partidos revolucionários e movimentos de libertação nacional, não se expressaram apenas durante os quatro dias dos trabalhos do Congresso, através da participação de mais de 60 delegações estrangeiras.

Numerosos outros partidos comunistas e operários que não puderam enviar delegações ao nosso VIII Congresso não deixaram, todavia, de enviar as suas saudações fraternais aos comunistas portugueses.

permanente contribuição para reforçar a unidade do movimento comunista internacional no espírito do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Também o Partido Comunista de S. Marino enviou as suas saudações ao nosso Congresso, numa mensagem assinada pelo seu presidente, camarada Guido Gasperoni. Nessa mensagem afirma-se: «Portugal está a atravessar momentos difíceis pela gravidade da situação socioeconómica: situação que não pode ser resolvida por um governo unipartidário de maioria relativa. O qual para governar tem que inevitavelmente fazer concessões políticas às forças moderadas e conservadoras que são

conquistas revolucionárias alcançadas pelo Partido Comunista Português contra a ditadura fascista e a reacção em todas as suas formas, pela consolidação e alargamento dos direitos democráticos do povo e da classe operária têm uma importância histórica e universal. O PCP é o garante do desenvolvimento do país para o objectivo mais nobre: a abolição da exploração do homem pelo homem, rumo ao socialismo.»

O primeiro-secretário do Partido Toudeh do Irão, camarada Iraj Eskandary, enviou ao nosso camarada Álvaro Cunhal um telegrama de saudação do Congresso, no qual depois de salientar a importância da revolução portuguesa na luta anti-imperialista de todos os povos, afirma: «Estamos certos de que o vosso VIII Congresso e as suas decisões contribuirão para reforçar ainda mais o vosso Partido e o seu papel decisivo na condução da luta do Povo português pela liberdade, o progresso e o socialismo, em união com todas as forças progressistas, barrando o caminho ao neofascismo e reforçando os êxitos já alcançados.»

O nosso Partido aprecia longamente e estuda com atenção a heróica luta antifascista e anti-imperialista do Partido Comunista Português. A revolução portuguesa que ardeu o fascismo do poder e iniciou a reconstrução da sociedade portuguesa foi um dos maiores acontecimentos democráticos do actual período da história mundial, não apenas para o povo português mas também para os povos de África que enfrentaram vitoriosamente o domínio colonial do imperialismo português, e para todos os povos que lutam pela libertação nacional», salienta-se na mensagem enviada ao nosso Partido pelo Comité Central do Partido Comunista das Filipinas.

Também o Partido Comunista da Indonésia, depois de saudar a luta do nosso povo contra o fascismo, expressa a sua solidariedade para com o PCP em mensagem que enviou ao VIII Congresso: «Hoje, os comunistas indonésios, expressam novamente a sua solidariedade para com os comunistas portugueses na sua luta pela defesa das conquistas da revolução, pelo desenvolvimento do processo revolucionário, pelo futuro socialismo em Portugal.»

Por sua vez, o Partido Comunista Mexicano, num telegrama enviado ao nosso Congresso, manifesta a sua confiança de que «a luta unida dos comunistas com a classe operária, os camponeses, com todas as forças democráticas de Portugal derrotarão qualquer tentativa de regresso ao fascismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

parte do nosso Partido, manifestando a sua admiração pela «luta clandestina dirigida valerosamente pelo vosso secretário-geral camarada Álvaro Cunhal contra a ditadura fascista».

«Os comunistas guatemaltecos desejam que o VIII Congresso do vosso heróico Partido represente uma significativa contribuição para a luta dos trabalhadores e de todo o Povo português pela defesa das conquistas alcançadas, pelo avanço do processo revolucionário, assim como pela unidade do movimento comunista e operário internacional na base dos princípios provados do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário», afirma a mensagem enviada pelo Comité Central do Partido Guatemalteco do Trabalho.

Também o Partido Progressista do Povo da Guiana enviou um telegrama saudando o Congresso e desejando êxitos na luta do povo português pela liberdade e o progresso social.

O Partido Socialista da Austrália enviou igualmente um fraternal mensagem, assinada pelo seu secretário-geral, desejando os maiores sucessos aos trabalhos do VIII Congresso e à luta do PCP pela unidade da classe operária, pela democracia, pela paz e pelas transformações socialistas.

O Partido Socialista Unificado da Nova Zelândia, na mensagem que enviou, assinada pelo secretário nacional, afirma: «Na vossa luta para desenvolver o controlo operário da produção e realizar a reforma agrária nos campos, tiveram que enfrentar as forças combinadas dos extremistas da esquerda e da direita, cujas actividades servem o inimigo comum. Estamos certos de que o vosso VIII Congresso contribuirá para o desenvolvimento da unidade de todas as forças capazes de isolar e derrotar as forças da reacção.»

O Presidente e o secretário-geral do Partido do Congresso da Independência de Madagascar enviaram ao nosso Partido um telegrama em que expressam os sentimentos internacionalistas para com «a vossa luta corajosa pela defesa das conquistas populares e o reforço do processo revolucionário.»

«Os patriotas africanos e todos os homens progressistas lembram-se-ão da condenação resoluta por parte das forças progressistas do vosso país e, em primeiro lugar, do vosso Partido internacionalista, das suas guerras nas colónias portuguesas, dos acordos que eles faziam em África apoiados pelos EUA e outras forças imperialistas, a enorme importância da vitória democrática sobre a ditadura fascista, que teve um papel de relevo na vitória dos lutadores pela liberdade dos povos de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe. Bem como os patriotas árabes e todos os homens progressistas do mundo se lembrarão, que no seguimento da vitória do povo português, os EUA deixaram de utilizar as Ações para o envio de armas e outro material para a guerra em Israel», actualiza-se na mensagem enviada ao VIII Congresso do PCP pelo Comité Central do Partido Comunista do Sudão.

O Partido da Vanguarda Socialista da Argélia, na sua mensagem, afirma: «Queridos camaradas, queremos nesta ocasião expressar uma vez mais os sentimentos de amizade e de fraternidade que animam os comunistas argelinos, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.»

Referimos ainda a mensagem enviada ao nosso Congresso pelo Secretariado Geral do União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA):

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

O vosso Partido é aqui conhecido — salienta a mensagem enviada pelo Partido Comunista de Guadalupe, camarada Guy Danthin, como em todo o mundo, pela sua grande capacidade em combinar diversas formas de luta para fazer triunfar os grandes ideais da liberdade e do progresso social. Por isso, apreciamos a luta consequente que conduzem contra as forças da reacção no vosso país e os esforços que desenvolvem para manter a Revolução portuguesa na via do progresso, da democracia e do socialismo.»

# 29 DE NOVEMBRO: JUGOSLÁVIA COMEMORA PRIMEIROS PASSOS DO SOCIALISMO

Em 29 de Novembro, o povo jugoslavo comemorou uma data particularmente importante da sua História: o afastamento definitivo do fascismo e a proclamação da República Socialista no seu país. A antecedência houve uma luta difícil de 4 anos. Luta armada contra o invasor nazi. Luta patriótica e revolucionária, pelos objectivos sociais, políticos e económicos preconizados

A Segunda Guerra Mundial foi o período em que se desenvolveu o processo de luta, que levaria ao derrubamento do fascismo e abriu o caminho para a construção da sociedade socialista na Jugoslávia. Foram anos de uma luta extremamente dura, em que estiveram empenhados milhares de patriotas numa luta armada contra as tropas de Hitler, sob a direcção do Partido Comunista da Jugoslávia, que então assumiu a qualidade de partido nacional — o único que se bateu contra o invasor, contra a arrematamento do povo jugoslavo como tropa de serviço dos desígnios do nazismo.

Saída da guerra de 14 e do desmembramento do império austro-húngaro, a monarquia jugoslava presidia a um regime de dupla «democracia»: legalizados os partidos da burguesia, o Partido Comunista era forçado à clandestinidade, alargando entretanto a sua influência nas zonas industriais.

Em 25 de Março de 41, o governo adere ao Eixo, dando assim o país ao serviço da Alemanha nazi. Hoje podemos considerar esta uma data histórica para o povo jugoslavo. A revolta do povo jugoslavo contra tal medida reacção e lesiva dos interesses e da independência do país (um país constituído por várias nacionalidades e que o imperialismo tentou dividir utilizando tal diversidade contra a construção de uma via progressista) assumiu a forma de violentas manifestações.

Na sequência destas grandiosas manifestações a nível nacional, um grupo de jovens oficiais da aviação organiza um golpe e demite o governo. O povo jugoslavo desafiava assim o poder nazista. A violência da resposta era de esperar, tanto mais que Hitler precisava de

uma Europa sob as suas ordens, para lançar tropas de todos os países no desejado esmagamento da República dos Soviéticos. A 8 de Abril de 41, Belgrado é bombardeada. Nas ruas da capital da Jugoslávia ficam 3 mil mortos. Simultaneamente, as tropas alemãs invadem as fronteiras, sem encontrar praticamente resistência da parte de um Exército indeciso a que faltava a determinação que o seu povo já revelara e iria continuar a mostrar. Em 6 dias a ocupação estava consumada.

É então que se inicia o longo processo de resistência, que culminaria com a libertação e com a proclamação da República Socialista da Jugoslávia. O Partido Comunista lança o apelo à resistência e surge como verdadeiro e único partido nacional. Durante três meses a resistência é estruturada.

O território jugoslavo foi dividido em duas zonas de ocupação: uma alemã, outra italiana, e retalhado em seis zonas administrativas, completamente isoladas umas das outras. O esforço de entrar o desenvolvimento da luta de libertação — que combatendo contra o ocupante estrangeiro e pela solução dos problemas nacionais, sociais e outros, se transformaria numa guerra de libertação revolucionária — é nítido. Mas não resultaria.

Os guerrilheiros jugoslavos, inicialmente mal armados, impediram desde o início de 41 que a economia da Jugoslávia, como era desejo do invasor, fosse colocada ao serviço da guerra. Foram sistemáticos os golpes desencadeados contra objectivos económicos e industriais, comunicações, minas. Em Dezembro de 41, as forças guerrilheiras contavam com 80 000 combatentes. Quando as tropas alemãs eram vencidas pelo heroísmo

dos defensores de Estalinegrado, o Exército de Libertação Nacional da Jugoslávia estava organizado em dois corpos, 12 divisões, 37 brigadas, 34 unidades de guerrilheiros e 12 batalhões autónomos, numa luta enérgica de desgaste contra as forças alemãs no sul da Europa. Quando da capitulação das forças italianas na frente jugoslava, que facultou aos guerrilheiros o armamento de onze divisões e as condições para a ofensiva final, o Exército de Libertação contava com 300 000 combatentes, divididos em 9 corpos, 29 divisões, 99 brigadas, 20 batalhões autónomos, 99 unidades de guerrilheiros, para além de alguns barcos de guerra e mais de uma centena de barcos a motor. O Exército de Libertação encontrava-se em plena ofensiva.

A colaboração militar entre as forças revolucionárias da Jugoslávia e o Exército Vermelho foi-se acentuando ao longo da luta comum contra o invasor nazi. Em fins de 1944, princípios de '45, no momento da contra-ofensiva alemã nas Ardenas, Hitler foi obrigado a enviar três novas divisões para a frente jugoslava, para tentar conservar as suas posições nos Balcãs, onde o Exército Vermelho e o Exército de Libertação Nacional da Jugoslávia, na base de acordos concluídos em Setembro de 1944, libertaram a Sérvia oriental, Belgrado e Volodina. Após a libertação de Belgrado, o Exército Vermelho dirigiu-se para a Hungria, e o Exército de Libertação Nacional prosseguiu a sua marcha até às fronteiras ocidentais da Jugoslávia.

Naturalmente mais difíceis eram as relações com as forças aliadas dos países capitalistas, ainda que tivessem também sido uma realidade. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos, por exemplo, apoiaram o movimento «chetnik» de Draza Mihajlovic, que, sob uma capa «revolucionária» e «patriótica» se colocou desde o princípio ao serviço do ocupante, e sempre se bateu contra o Exército de Libertação da Jugoslávia, numa luta fratricida.

Imediatamente após a última ofensiva pela libertação de todo o território da Jugoslávia, o Exército de Libertação contava com 4 exércitos,



À centro, o camarada Josip Booz. Estava-se em 1911 e o futuro dirigente comunista era então operário metalúrgico

7 corpos, 57 divisões de infantaria, duas divisões aeronavais, 198 brigadas de infantaria, 32 de artilharia, 5 brigadas de engenheiros, 2 brigadas blindadas e 1 de cavalaria, uma marinha com 216 barcos de guerra, 4 regimentos motorizados, 15 escolas de oficiais e 819 000 soldados. Depois de violentos combates, o Exército jugoslavo chegou à fronteira ocidental do país, e o Exército Alemão nos Balcãs assinou a capitulação definitiva que consagrou a libertação de todo o território da Jugoslávia. Estava-se então em 15 de Maio de 1945.

Nos quatro anos de guerra, estiveram em território da Jugoslávia, 30 a 55 divisões inimigas, num total de 600 a 800 000 homens. As forças do Eixo perderam na Jugoslávia 680 000 homens, mais de 25 000 canhões e morteiros, 14 000 motorizados, 4500 comboios, 316 aviões, 1 400 000 espingardas.

Para a Jugoslávia, para o seu povo, foram grandes as perdas durante a guerra: 1 700 000 mortos. O Exército de Libertação teve 305 000 mortos e 420 000 feridos.

Mas o esforço de libertação deu os seus frutos. Foi uma ajuda real, no plano internacional, na batalha contra o invasor nazi. Abriu novos caminhos e perspectivas ao povo da Jugoslávia. Em 1946, era proclamada a República Socialista da Jugoslávia.



O camarada Tito, ferido num braço, dirige a resistência do povo jugoslavo à opressão nazi-fascista

## INTERNAZIONALE PACTO DE VARSÓVIA: NOVOS CAMINHOS PARA UM CLIMA DE PAZ

De 25 a 26 de Novembro, esteve reunida em Bucareste a Comissão Política Consultiva dos 7 países membros do Pacto de Varsóvia — a primeira do género depois da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa. Presentes, os secretários gerais dos partidos comunistas e operários da Checoslováquia, Bulgária, Hungria, Polónia, RDA, Roménia e União Soviética.

Pelas decisões tomadas, a reunião de Bucareste assume desde já uma importância histórica. «Por novos progressos na distensão internacional, pelo reforço da segurança e o desenvolvimento da cooperação na Europa» — foi a declaração assinada por todos os países do Pacto de Varsóvia. O Comité Político Consultivo adoptou igualmente uma mensagem a todos os estatutos que assinaram a acta final de Helsínquia, propondo um projecto de tratado para impedir efectivamente a utilização de armas nucleares em qualquer ponto do mundo:

«Os Estados participantes na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, chamados sempre as altas partes contratantes, inspirados pelos objectivos e previsões da acta final desta conferência.

«Desejando empreender uma nova acção comum orientada para a consolidação da confiança entre si, para a redução dos confrontos militares e para contribuir para o desarmamento.

«Exprimindo a sua vontade de trabalhar de acordo com os objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

«Decididos a não permitir a utilização ou a ameaça de fazer uso de armas nucleares um contra o outro.

«Tentando dar a sua contribuição à diminuição do perigo de uma guerra nuclear na Europa e no mundo, comprometem-se:

«Artigo I — A não serem os primeiros a utilizar as armas nucleares um contra o outro na terra, no ar, na atmosfera ou no espaço cósmico.

«Artigo II — O compromisso previsto no artigo I refere-se não só aos territórios dos Estados, mas também às suas forças armadas em qualquer região do mundo onde possam estar.

«Artigo III — O presente tratado é feito sem limite de tempo.

«Artigo IV — O Tratado está aberto à assinatura de todos os Estados que, em 1 de Agosto de 1975, na cidade de Helsínquia, assinaram a acta final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa».

O projecto de tratado inclui mais dois artigos sobre a sua ratificação por outros Estados e a autenticidade dos textos confiados aos governos.

A proposta de tratado assim submetida à apreciação de todos os Estados que assinaram a acta final de Helsínquia abre mais um caminho para a concretização das necessárias garantias de paz. É um passo em frente na batalha pelo desarmamento.

A política coordenada dos países do Pacto de Varsóvia provou já múltiplas vezes ser um facto decisivo, não só na solução de questões da segurança europeia, mas de muitas outras, como a normalização de relações com a RFA e o desenvolvimento de relações políticas e económicas entre países com sistemas sociais diferentes e antagonistas.

Os países socialistas participantes no pacto de Varsóvia têm lutado pela cessação da corrida aos armamentos nucleares e outros meios de destruição massiva. Uma importante medida que impediu o acesso dos meios militares da RFA às armas nucleares americanas, foi o aviso firme a este respeito feito em Janeiro de 1965 pelos países membros do Pacto de Varsóvia. Os dirigentes oeste-alemães não puderam deixar de tomar em consideração este aviso. O que teve como consequência a assinatura do Tratado de não-proliferação de armas nucleares, recentemente subscrito pelo governo de Helmut Schmidt.

Depois da Conferência de Bucareste de 1966, a Comissão política Consultiva do Pacto de Varsóvia preconizou a convocação de uma ampla conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa. A acta final de Helsínquia, adoptada por unanimidade pelos 35 Estados participantes foi o resultado dessa linha traçada em 1966.

A actual reunião de Bucareste reveste-se de particular importância, quer para o Pacto de Varsóvia, quer a nível internacional.

A nível interno, o camarada Brejnev salientou a necessidade de aprofundar a cooperação multiforme entre os países socialistas membros do Tratado e do CAEM, e reforçar as relações de amizade entre todos os estados socialistas sem excepção. «Na hora actual, esta tarefa não é muito simples nem fácil — acentuou Leonid Brejnev — mas o seu imenso alcance está bem claro para todos».

A tónica da reunião, nos aspectos internos do Pacto de Varsóvia, não recaiu sob as questões de defesa, mas sobre o aperfeiçoamento do mecanismo da sua acção política para aumentar a cooperação comum para a distensão, como o determinam as decisões dos recentes congressos dos partidos irmãos.

O Comité Político Consultivo determinou também a criação, como órgãos permanentes, de um comité de ministros dos Negócios Estrangeiros e um secretariado unificado dos países participantes.

Esta tónica, centrada na cooperação política, para uma acção unida na luta pela paz, não surge por acaso. Deixa bem claro que a URSS e todos os países da comunidade socialista vêem o panorama geral internacional, que naturalmente inclui o peso da sua própria influência, maduro para novos e importantes passos na batalha do desanuviamento internacional, o lançamento de estruturas sólidas e irreversíveis para um clima internacional de paz.

A mensagem, que nos vem de Bucareste, difere radicalmente das que surgem de Londres ou da Virgínia, onde recentemente se realizaram reuniões da NATO. Em Bucareste debatem-se as preocupações da paz. Nas reuniões da NATO somam-se esforços para um rebóia à guerra fria. Um dos muitos sintomas da diferença abissal entre quem defende interesses das massas trabalhadoras e quem se bate pelos interesses do grande capital.

Neste momento, a defesa dos interesses dos trabalhadores de todo o mundo, a defesa da paz, coincide com a própria defesa da sobrevivência da Humanidade. O anacronismo do sistema capitalista, na nossa época, não poderia ter expressão mais clara, ao insistir em planos sem futuro, que significariam um genocídio massivo.

## ASSEMBLEIA GERAL DA ONU VOTA PELA CRIAÇÃO DE ESTADO PALESTINIANO

Estão a ser dados alguns passos positivos no caminho ainda difícil para a solução do problema do Médio Oriente.

O Líbano, que viveu uma guerra particularmente intensa, guerra organizada e alimentada pelo imperialismo e pelo seu parceiro sionista e outros países árabes reacçãoários, nomeadamente a Arábia Saudita, conhece os primeiros dias de paz. Uma paz ainda condicionada e frágil. Uma paz sob a ameaça das armas e enfrentando as provocações de Israel. Mas apesar de tudo, paz.

O reconhecimento dos legítimos direitos do povo árabe da Palestina — elemento chave de todo o problema do Médio Oriente — começa a adquirir a nível internacional uma projecção que abre novas possibilidades à sua concretização.

No dia 24 de Novembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por esmagadora maioria, o estabelecimento de um Estado palestino na margem ocidental do Rio Jordão e na faixa de Gaza, áreas ocupadas pelos israelitas.

O plano que estabelece a criação do Estado palestino pode a retirada israelita daquelas áreas, até Junho de 1977. Os dois territórios evacuados serão colocados sob administração da ONU, sendo futuramente entregues à Organização de Libertação da Palestina (OLP).

É grande a importância desta tomada de posição da ONU. Comentando o facto, a «Pravda» considera-o como «um sério golpe assediado à política obstrucionista de Israel e seus protectores, que tentam adiar continuamente a solução total do conflito do Médio Oriente». Estão abertas novas possibilidades para o estudo e concretização das propostas soviéticas para a solução do problema do Médio Oriente. O relato das conversações de Genebra — gozando de um apoio mais generalizado a nível internacional — surge como uma necessidade prioritária.

A resolução da ONU, revela um grande apoio internacional à justa luta do povo palestino. Mas naturalmente não traz em si a solução para o problema. As ameaças de Israel, quando da votação, deixando claras as intenções de Telavive de contrariar, por todos os meios, as decisões da Assembleia Geral da ONU, foram bem claras. Telavive só recuou sob grande pressão. Mas é bom não esquecer também a própria evolução da opinião pública em Israel, favorável a uma solução negociada do problema, e mesmo os contactos já havidos entre personalidades israelitas e a OLP.

A resolução da ONU foi aprovada por 90 votos contra 16, e 30 abstenções. De onde provêm os votos contra? — Dos estados Unidos, de Israel e da maior parte dos países da Europa capitalista.

Não seria de esperar outra coisa. Mas o facto evidencia mais uma vez, com muita clareza, o jogo de interesses. Quem se empenha na defesa dos direitos dos povos. Quem se põe do lado da política de rapta. Alerta também para o conteúdo das propostas de Washington na «solução» de problemas internacionais, por mais demagógica que seja a forma que tais propostas assumam.

Um outro facto há a destacar na votação da ONU: apesar de a maioria dos Estados capitalistas ter votado contra a necessidade de criação de um Estado palestino, a Assembleia Geral, por esmagadora maioria, adopta essa justa posição. O que mostra bem o peso determinante que as forças, as ideias e projectos progressistas vão ganhando a nível internacional. Nem o «argumento» da chantagem económica, profusamente aplicado pela Casa Branca nesse plano, pode obstar à que essa evolução natural se processe.

A heroica luta do povo palestino pelo direito a uma Pátria, a solidariedade activada dos países socialistas, em particular da União Soviética, são factor determinante também neste reconhecimento internacional. Junto com a própria evolução positiva do panorama político mundial.

São hoje mais propícias que ontem as condições para uma justa solução do problema. O que implica um redobrada solidariedade para que no mais curto espaço de tempo haja uma terra livre e independente para o povo árabe da palestina. E assim sejam lançadas as únicas raízes sólidas de uma verdadeira paz no Médio Oriente.

## A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

A Associação Portugal-URSS promove amanhã, às 21 e 30, uma palestra sobre «A Revolução de Outubro», proferida pelo escritor César de Oliveira. A sessão realiza-se na sede da Associação, Rua de Caetano, 30, em Lisboa, e a ela podem assistir todos os sócios e amigos da Associação.

## ALBERT KUNTS, HERÓI DO POVO ALEMÃO

Os comandos nazis, durante a guerra, defrontaram-se com um mistério: porque razão as «V1» e as «V2», as célebres «armas milagrosas», em muitos casos explodiam no ar e não alcançavam os seus objectivos? Albert Kuntz era um dos que sabia...

Durante a Segunda Guerra Mundial, engenheiros e técnicos fascistas construíram as chamadas «armas milagrosas», as «V1» e «V2». Tais armas foram em particular disparadas contra Londres, onde causaram vastas destruições. Entretanto, muitos desses projectos não alcançaram o seu destino. Explodiram no ar pouco depois do seu lançamento. Explodiram porque tinham falhas e defeitos diversos.

Os dirigentes e engenheiros militares do fascismo hitleriano, defrontaram-se com um mistério. Quais as causas do fracasso das chamadas «armas milagrosas», em volta das quais se fazia tanta propaganda? Surgiu então a suspeita de sabotagem.

As «armas milagrosas» que falharam tinham sido produzidas numa fábrica subterrânea — uma fábrica da morte — instalada nas imensas minas dos arredores da cidade de Nordhausen, nas montanhas de Ratz. A fábrica tinha-se convertido numa filial do campo de concentração de Buchenwald, especialmente construído com este fim. Milhares de presos foram aí forçados a produzir as armas «V1» e «V2», em condições inumanas e sujeitos às torturas

infligidas pelos bandos das SS. Não havia só presos da Alemanha, mas também da União Soviética, da Polónia, da França, da Holanda, de Itália, da Hungria e da Jugoslávia.

Em Setembro de 1943, Albert Kuntz, um dirigente comunista alemão, preso ininterruptamente desde 1934, foi também transferido para esta fábrica de morte, instalada nas minas de Nordhausen. Mais tarde, sobreviventes deste campo de concentração testemunharam que com Albert Kuntz entraram no campo o optimismo, a esperança, a certeza na vitória. Albert Kuntz foi uma pessoa com força e coragem, um verdadeiro exemplo de revolucionário.

Albert Kuntz, nascido em 4 de Dezembro de 1896, era operário, trabalhando na fabricação de objectos de cobre. Em 1919 ingressou no Partido Comunista da Alemanha. Ganhou rapidamente a confiança e a amizade dos operários da fábrica. Estudou em Moscovo e mais tarde foi eleito membro do Comité Central do Partido Comunista da Alemanha. Imediatamente após a tomada do poder pelo fascismo, Albert Kuntz foi preso e cruelmente torturado. Desde então, os nazis transferiram-no de uma prisão para outra, de um campo de concentração para outro. Em todos os locais onde esteve, desenvolveu entre os outros presos um sentimento de solidariedade e de confiança na vida.

Vigiado e condenado pelos nazis à «aniquilação através dos trabalhos forçados», foi transferido para a filial «Dora» do campo de concentração. Foi aí que Albert Kuntz se apercebeu das possibilidades existentes para a luta de resistência antifascista internacional. A despeito da vigilância fascista, Albert Kuntz formou uma forte organização de resistência que contou com a colaboração de presos de outros países, com diferentes princípios ideológicos e religiosos. Duas tarefas centrais norteavam as actividades da resistência: a solidariedade incondicional dos presos de todas as nações presentes e a sabotagem consciente na produção de «armas milagrosas». Cada projecto que não alcançava o seu destino era justamente considerado como um golpe contra o fascismo hitleriano.

Graças à coragem, talento e espírito organizativo de Albert Kuntz e dos seus companheiros de cárcere, centenas de armas de tipo «V» ficaram inutilizadas no próprio momento em que saíram dos seus centros de produção subterrâneos.

Finalmente, a Gestapo enviou elementos seus à filial «Dora», para descobrir os autores da sabotagem. De imediato desconfiaram de Albert Kuntz: de há muito conheciam este homem honesto e corajoso. Durante dias torturaram-no da forma mais brutal, sem que a sua boca se abrisse face aos carrascos da Gestapo. Na noite de 23 de Janeiro de 1945, Albert Kuntz caiu assassinado, na sequência de mais um interrogatório.

Numa das suas últimas cartas da filial «Dora» do campo de concentração de Buchenwald, Albert Kuntz escreveu a sua mulher e aos seus filhos: A época actual tem que ser vivida com plena consciência. Homens fortes e conscientes de si mesmos, saberão compreender a nova era e poderão vivê-la plenamente. Nesta tarefa, os mais corajosos e audazes serão os pioneiros do futuro. Estas palavras proféticas e optimistas de um revolucionário invencível tornaram-se realidade na República Democrática Alemã.

linha geral



REVISTA MENSAL DA UEC para a juventude estudantil portuguesa



A juventude trabalhadora de Lisboa e Setúbal debate os seus problemas específicos, como o salário mínimo para os menores de 20 anos, e participa activamente na luta do movimento operário e popular

## PARTICIPAÇÃO ACTIVA E ENTUSIASTICA NO ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE

Uma importante jornada de unidade e organização onde estiveram presentes cerca de 600 delegados

O reforço da organização, a participação activa e militante, o entusiasmo e a vontade firme de prosseguir, na unidade, a luta pela resolução dos múltiplos problemas que se colocam aos jovens trabalhadores e estudantes, foram as características dominantes do Encontro Regional da Juventude Trabalhadora de Lisboa e Setúbal, promovido durante o passado domingo no Instituto Superior Técnico e onde estiveram presentes cerca de 600 delegados.

Debater e apontar as soluções concretas para os problemas da juventude, desenvolver e reforçar a participação das massas juvenis no movimento sindical unitário, e definir formas organizativas para a defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora, apontando desde já para a participação activa e organizada na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade foram os objectivos fundamentais do Encontro Regional da Juventude Trabalhadora de Lisboa e Setúbal, segundo as palavras de João Silva, membro da União dos Sindicatos de Lisboa e do secretariado da Comissão Organizadora, que abriu os trabalhos da jornada, tendo começado por saudar fraternalmente todos os participantes, os jovens e os trabalhadores do nosso País.

No decorrer da sua breve intervenção, João Silva referiu-se em particular aos problemas da juventude, tendo sublinhado «pela sua gravidade e a título de exemplo», o recente decreto do Governo PS que instituiu um salário mínimo para os jovens com menos de 20 anos: 1750\$00 no sector rural e 2250\$00 para os restantes. «O desemprego, que atinge em particular a juventude, está neste momento a crescer assustadoramente, devido às medidas governamentais que liberalizam os despedimentos. Esta situação é uma das causas principais da delinquência juvenil, da difusão da droga e da prostituição», dizia aquele membro da Comissão Organizadora do Encontro.

«O agravamento das condições de vida obriga-nos a estar ainda mais o magro salário que mal nos dá para viver», salientou João Silva, que criticou a falta de centros de formação profissional,

a inexistência de instalações desportivas e de estruturas que possibilitem aos jovens trabalhadores o acesso à cultura e à valorização social. «As perspectivas de resolução destas situações de injustiça — afirmou — ficaram seriamente prejudicadas com o saneamento de quadros progressistas, conhecidos pela sua qualidade profissional e dedicação às iniciativas juvenis, como aconteceu no Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e na Direcção-Geral dos Desportos, e que, em muitos casos, antecedeu a reintegração de conhecidos fascistas ligados à ANP».

### UM AMPLO TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO E DEBATE

Caracterizado logo de início pela participação activa e pelo entusiasmo dos presentes, este Encontro Regional nasceu de um amplo trabalho de mobilização e discussão que teve lugar nas empresas, nos bairros, nas escolas e nas cinturas industriais de Lisboa e Setúbal. Promoveram-se, no total, 17 plenários de zona, 132 plenários de empresa e diversos plenários de escola. Os trabalhos preparatórios da jornada que decorreu no IST — para o próximo dia 19 está prevista a realização de uma outra no Porto — culminaram com a convocação de 10 assembleias sindicais e várias reuniões de comissões de juventude.

Os jovens trabalhadores preparam agora um grande Encontro Nacional, que resultará da actividade desenvolvida em torno dos Encontros Regionais (Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora e Porto) e que será realizado após o Congresso dos Sindicatos.

No decorrer do Encontro, os delegados analisaram nas

diferentes secções — «a juventude e o movimento sindical», «a juventude na empresa», «a juventude trabalhadora e a ocupação dos tempos livres» e «o trabalhador-estudante» — os problemas fundamentais dos jovens, tendo como base para o debate, sempre vivo e interessante, as Teses apresentadas pela Comissão Organizadora. Em cada uma destas secções, que funcionaram em salas diferentes, estiveram sempre presentes uma média de 150 participantes. Além dos 600 delegados, o Encontro contou ainda com a presença de 120 convidados.

### SOLIDARIEDADE PARA COM OS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA

De acordo com as propostas de alteração aprovadas nos 4 grupos de trabalho, a Comissão Organizadora elaborou a redacção final das teses aprovadas, tal como foi deliberado na sessão de encerramento.

No decorrer do Encontro, cujas conclusões finais foram entregues pelo secretariado aos órgãos do Poder (Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo), foram aprovadas diversas moções de solidariedade, nomeadamente aos Encontros Regionais que no mesmo dia se realizavam em Portalegre e Évora e para com os trabalhadores da Reforma Agrária, tendo-se exigido a continuação das expropriações ainda não efectuadas e a retirada imediata das forças da GNR das unidades colectivas de produção. Na sessão de encerramento foram igualmente aprovadas moções onde se exige a «reintegração dos dirigentes e delegados sindicais arbitrariamente despedidos» e se critica o comportamento da RTP e da RDP que «brilharam pela ausência» e a acção do sr. Cardia, ministro da Educação, cuja actividade à frente deste Ministério se tem vindo a caracterizar pelos saneamentos à esquerda e pela imposição de velhos métodos, que não podem ser aceites nem por professores,

nem por alunos. «O dr. Cardia, que além de incompetente não é democrata nem pluralista, como ele tanto apregoa, tem vindo a anular quase todas as regalias alcançadas pelos estudantes-trabalhadores após o 25 de Abril» — dizia-nos um jovem que assistia aos trabalhos da secção que abordou o tema «o estudante-trabalhador».

Bernardino Silva, membro da Comissão de Trabalhadores da Sorefame, e Andrade, sindicalista, apresentaram em nome, respectivamente da CIL e da InterSindical, as saudações de combate e de solidariedade da classe operária e das massas trabalhadoras aos jovens que participaram na organização e nos trabalhos do Encontro.

A jornada terminou com uma festa-convívio aberta a toda a juventude, onde participaram, entre outros, Carlos Paulo, Roberto e o grupo Trovante.

# MULHERES DE TODO O MUNDO PREPARAM O FUTURO

Os pensamentos, o trabalho, as resoluções da FDIM estão voltados para o futuro

Com um vasto plano de trabalho que cobrirá o próximo ano, findo em Lisboa a reunião do Executivo da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Findou com um comício no Pavilhão dos Desportos, a que muitas mulheres progressistas deste país assistiram e tomaram parte, demonstrando assim que os ideais que residem à maior organização feminina do mundo encontra cada vez mais um eco da parte das mulheres portuguesas, cujo papel foi lembrado na sua luta contra o fascismo e na participação que também nesse tempo teve, «correndo o risco de prisão» na luta organizada de todas as mulheres a nível internacional.

Hoje foi o MDM quem recebeu as mulheres de todo o mundo. E Freda Brown, presidente da FDIM haveria de referir, durante o comício, que o 25 de Abril abriu uma esperança para todos os povos oprimidos. Também a delegada da União Soviética se referiria à luta do nosso povo, nomeadamente recordando a memória de Catarina Eufémia.

Mas os pensamentos, o trabalho e as resoluções da FDIM estão

da nossa pátria, em empresas e cooperativas e a profunda impressão que lhes causou as transformações sociais já operadas na nossa sociedade. Referiu também o papel importante que cabe ao Conselho da Revolução na defesa da Constituição e das conquistas do 25 de Abril. O MDM através da sua delegada tinha já feito referência à receptividade que o Executivo da FDIM tinha encontrado junto das autoridades por quem fora recebido — a casa civil do Presidente da República, o Conselho da Revolução representado pelo major Vítor Alves e pelo comandante Martins Guerreiro, e ainda o ministro de Estado Professor Henrique de Barros, além do secretário de Estado do Turismo e do Presidente da Câmara de Lisboa.

Planos para o próximo futuro: no mês de Janeiro realizar-se-á um seminário latino-americano com a presença de delegadas de todos os países das três américas: este encontro debruçar-se-á sobre a contribuição das mulheres para

temas da contribuição das mulheres para a luta pela independência e pela democracia e contra a herança colonial e a sua luta libertadora contra o colonialismo, o racismo e o neocolonialismo.

Também na Europa, nomeadamente na Checoslováquia, haverá um seminário, cujos trabalhos versarão o desenvolvimento pleno da criança num mundo de paz; na Hungria será analisada a situação das mulheres trabalhadoras na Europa, o que não deixará certamente de pôr a nu as extraordinárias diferenças entre a situação da mulher nos países socialistas e nos países capitalistas.

A luta das mulheres asiáticas pela independência, pela igualdade de direitos e contra

e o acolhimento que o Povo português e as mulheres dispensaram às delegadas que nos visitaram.

### NO PORTO

A situação da mulher e a sua participação activa na luta pela paz e pela democracia foram as tónicas dominantes do comício promovido no Porto pelo MDM, em colaboração com o Conselho Português para a Paz e Cooperação. Além das delegações estrangeiras presentes no domingo no Salão Nobre da Faculdade de Engenharia do Porto, encontravam-se na mesa mulheres portuguesas, trabalhadoras de vários sectores de actividade.

## VERA SAVELJEVA FALA AO «AVANTE!»

Vera Saveljeva, uma das delegadas da União Soviética que é também uma das vice-presidentes do Executivo da FDIM conseguiu dedicar um pouco de seu tempo para falar ao «Avante!», durante o curto intervalo havido entre a conferência de Imprensa do Executivo e o Comício no Pavilhão dos Desportos.

Quisemos saber em primeiro lugar quais as actividades que a organização da qual é delegada desenvolve.

A delegação da URSS representa o Comité das Mulheres Soviéticas, uma organização social que se formou em 1941 e que nessa altura se chamava Comité Antifascista das Mulheres. O objectivo deste Comité foi mobilizar as mulheres contra o fascismo e mais tarde, em 1945, foi um dos fundadores da FDIM. Hoje o C.M.S. é presidido por Tereshkova, a primeira mulher do espaço.

O objectivo principal que hoje temos — continuou Vera Saveljeva — é o de desenvolver, estabelecer e fortalecer a amizade, a solidariedade e a colaboração com as organizações femininas em todo o mundo. O C.M.S. apoia e ajuda muitas organizações no mundo, recebe e envia ao estrangeiro delegações, realizando assim um intercâmbio de experiências.

Além disso o Comité leva a efeito campanhas de solidariedade para com os povos que lutam pela independência e pela paz, ajuda as organizações femininas de países em desenvolvimento, material e moralmente. Também a preparação de quadros femininos para as organizações — concessão de bolsas a estudantes dos vários escalões de ensino — é uma das formas de ajuda a que o C.M.S. se dedica.

No plano internacional a colaboração com outras organizações de Mulheres e de Juventude no mundo foi particularmente reforçada no ano de 1975 — Ano Internacional da Mulher.

Av. — Qual foi a importância da reunião que findou hoje? V.S. — As reuniões do Executivo da FDIM são sempre muito importantes na nossa actividade. Os membros discutem muitos problemas, programam actividades e fazem-se um balanço das actividades e de todo o trabalho realizado anteriormente. Nesta reunião em Lisboa foram discutidas e examinadas as actividades do último ano, de Novembro de 1975 a Novembro de 1976. Este período foi particularmente carregado, pois a FDIM debruçou-se sobre o Ano Internacional da Mulher e prepara-se para o 1.º ano da Década da Mulher sob o patrocínio da ONU.

Alguns do problemas mais importantes que discutimos foram aqueles que dizem respeito à solidariedade para com a Palestina, as iniciativas contra o racismo, o fascismo e o colonialismo.

Av. — E as suas impressões sobre o Portugal que viram durante estes poucos dias?

V.S. — Quanto às minhas impressões sobre Portugal, foi muito grande a impressão que nos causou chegar a este país que faz os seus primeiros passos depois da Revolução de 25 de Abril. Podemos ver com os nossos próprios olhos o espírito revolucionário do povo.

Os nossos amigos portugueses fizeram todos os possíveis para que estas mulheres que vieram de todo o mundo pudessem ver diversos aspectos da vida, o progresso que os trabalhadores já fizeram.

Também nos interessou ver a cidade, ouvir falar da vossa história e sobretudo da história do Portugal novo.

Visitámos empresas, cooperativas, falámos com operários, empregados, professores e artistas, conhecemos a arte popular.

A impressão mais forte foi constatar o entusiasmo, o espírito revolucionário do povo português, o desejo que o povo tem de defender as conquistas alcançadas, a grande vontade de unidade e de coesão.

A simpatia popular, sincera, cordial embora não falássemos português, sentia-se no calor com que nos receberam por todo o lado; muita gente nos rodeava e nos apertava a mão e nos apresentava as crianças. Especialmente as mulheres soviéticas receberam aqui um acolhimento caloroso e ficamos muito comovidas quando oferecemos emblemas de Lenine e nos pediam mais e nos demonstravam o carinho pela nossa Pátria.

Queremos aproveitar, finalmente para, através do «Avante!» desejar muitos êxitos a todo o Povo português na edificação de um Portugal democrático, e também enviar as nossas saudações calorosas e fraternais às mulheres portuguesas. Dentro em pouco voltaremos ao nosso país, a URSS.

O nosso país entra agora no 60.º ano da Grande Revolução Socialista de Outubro. O povo soviético sofreu muito durante esses 60 anos, suportou muitas dificuldades na edificação da sociedade socialista e para nós são muito próximos os problemas que o povo português enfrenta. O nosso povo nunca separou o destino do nosso país dos destinos dos outros povos do mundo. Tanto durante o fascismo como a gora que se abre um novo caminho, o povo soviético continua a manifestar que está ao lado do povo português e que podem contar com a nossa solidariedade.

o neocolonialismo será objecto também da atenção da FDIM. Esta organização internacional participará nos trabalhos da Assembleia Mundial das Forças da Paz, a realizar em Varsóvia, no mês de Maio.

A recolha de assinaturas em todo o mundo para o desarmamento e a supressão das armas nucleares constitui uma tarefa que vai continuar e prevê-se a convocação de uma conferência mundial de desarmamento.

A formação de quadros femininos também é uma das preocupações da FDIM que abrirá dois centros, um em Cuba, na América Latina e outro na Somália para os países africanos.

Resoluções, moções e telegramas foram aprovados durante a reunião que se estendeu em Lisboa durante vários dias. Salientamos aqui, para além dos aspectos de solidariedade internacional que marcaram o teor desses documentos, o telegrama enviado ao Presidente da República expressando o reconhecimento daquele organismo internacional pelas garantias e facilidades concedidas à FDIM no nosso País e agradecendo o apoio

Das várias intervenções que compuseram o comício salientamos algumas palavras proferidas por Virgínia de Moura, que referiu a dado passo:

«Todas as delegações nos trouxeram mensagens e solidariedade de companheiras de luta. Companheiras que sempre estiveram a nosso lado, tanto no tempo da resistência ao fascismo, como na presença para a construção de uma sociedade mais justa, democrática a caminho do socialismo.

«Sentimos a sua mão amiga e solidária quando nas cadeias, nos roubaram vidas, energias, destruíram lares, arruinaram a saúde e nos queriam impor, pela violência e crime, uma política ao serviço da reacção, serventaria de monopólios e latifúndios.

«Para a nossa libertação muito contribuiu o esforço das mulheres progressistas de todo o mundo e muito particularmente aquelas mulheres que nas ex-colónias dominadas pela reacção portuguesa, pegaram em armas para combater o inimigo comum: o fascismo e o imperialismo. Os nossos problemas, os problemas do Povo português e do Povo africano são os mesmos. Nada há que separe os povos irmãos.»

## A POLÍTICA DO MEIC NÃO SERVE A UNIVERSIDADE

Um protesto generalizado que o ministro pretende ignorar caluniando estudantes e professores

Sem incidentes e numa atmosfera de unidade, a greve nas três Academias do País (Lisboa, Porto e Coimbra) envolveu cerca de 80 mil estudantes e professores. Cumprindo uma decisão tomada numa reunião inter-associações, os estudantes participaram nas concentrações operárias do último sábado, convocadas por Sindicatos e Comissões de Trabalhadores.

As razões da greve foram explicadas num comunicado distribuído à população por brigadas de estudantes que contactaram com trabalhadores de várias empresas. A paralisação, a que aderiu a esmagadora maioria, foi decidida em plenários para protestar contra a política do MEIC e, nomeadamente, contra o chamado decreto de gestão, que põe em causa todas as

conquistas democráticas já alcançadas e que são a expressão do 25 de Abril na Universidade.

Em Coimbra, os estudantes lembram num comunicado que a greve tem toda a razão de ser «porque a política antidemocrática do ministro Cardia tende a fazer regressar a Universidade ao fascismo, legislando sem ouvir as escolas, que durante dois anos garantiram e promoveram, com métodos democráticos, a qualidade do Ensino». A greve justifica-se plenamente — prossegue o comunicado — «porque a actuação do MEIC põe em causa o direito ao ensino de milhares de estudantes, especialmente aqueles que são filhos das classes trabalhadoras».

Por seu turno, os professores representados numa reunião da Assembleia Nacional de Delegados Sindicais do Ensino Superior, consideram, nos termos de uma moção aprovada no último domingo, que o «Ministério da Educação não pode deixar de ser responsabilizado pelos prejuízos que poderão advir para todo o Ensino Superior de um decreto (de gestão) que vai contra a vontade já expressa pelas escolas, que foi feito sem a sua consulta e que vai decerto impedir a continuação do trabalho de reestruturação que estava em curso no quadro da gestão democrática».

Entretanto, a Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa manifestava a sua discordância perante a demissão dos conselhos directivos, por considerar essa atitude «uma aceitação, na prática, do decreto do MEIC», o que acaba por representar «um obstáculo à mobilização para a luta», esquecendo que «os conselhos directivos foram eleitos pelas Escolas para defesa dos interesses dos alunos, professores e funcionários».

No Porto, idêntica posição foi tomada num dos mais concorridos plenários desde sempre realizados na Faculdade de Letras. A demissão do conselho directivo, mereceu a discordância da Assembleia Magna, pois abre ao dr. Cardia a possibilidade de interferir na

Escola, nomeando o futuro conselho de gestão que substituirá o conselho directivo eleito democraticamente.

### MENTIRA, CALÚNIA E PROVOCAÇÃO

O ministro visado pelo protesto de estudantes e professores fez, entretanto, algumas declarações à Televisão. Comentando-as para um jornal de Lisboa, um professor da Faculdade de Direito de Coimbra afirmou: «O ministro mentiu: sendo impossível, no mais alto responsável do MEIC, um desconhecimento tão total do que se passa nas escolas, as suas declarações só se compreendem em alguém que pretende esconder, fugir à verdade».

«O ministro caluniou: caluniou os conselhos directivos, caluniou os estudantes, caluniou a Universidade. Ao afirmar que o plenário da Universidade de Coimbra teve uma tão larga participação em virtude da presença de pessoas que vieram do Porto, Sottomayor Cardia permitiu-se descer mais baixo do que o ministro do governo fascista, Hernano Saraiva, que, em relação aos plenários de Coimbra de 1969, a apenas reconhecia a existência de «alguns desconhecidos agitadores».

«O ministro foi provocador: ao minimizar a greve quase geral das três Academias, ao considerar os estudantes irresponsáveis, está a fazer uma provocação grave, que apenas poderá visar a que as escolas radicalizem posições, que caiam no erro de greves e outras formas de luta sem perspectivas. E, então, o sr. ministro apareceria novamente nos ecrãs da TV, com o ar olímpico dos iluminados, a anunciar o caos nas escolas e o seu encerramento».

«É isto que é preciso evitar, faça o ministro as provocações que fizer. Uma luta sem perspectivas só pode interessar aos recuperadores capitalistas e a todos os saudosistas do passado que vêem no dr. Cardia um modelo de virtudes reacçãoárias.

## ERGUER COMISSÕES DE JUVENTUDE! UNIR OS JOVENS TRABALHADORES!

«Todos nós sabemos que os jovens, a par das mulheres, são dos trabalhadores mais explorados. Essa é uma situação que vem do fascismo e que no fundamental não se alterou. O movimento popular organizado nos sindicatos, comissões de trabalhadores e moradores não conseguiu ainda pôr fim às discriminações salariais, às diferenças nos salários mínimos, aos despedimentos, à insegurança no emprego durante o serviço militar, ao impedimento da sindicalização, que atingem profundamente e sobretudo os jovens trabalhadores.

«Os capitalistas sempre se serviram e servem ainda desta situação para extrair lucros fabulosos do trabalho dos menores, não lhes pagando, para trabalho igual, o mesmo salário que aos outros trabalhadores, dividindo-os e separando-os do resto da classe, não lhes permitindo a sindicalização, para melhor os isolar e despedir quando bem entenderem» — salienta um texto distribuído no decorrer do Encontro, elaborado por um grupo de jovens ligados a diferentes sectores da actividade profissional.

Depois de sublinhar que a juventude trabalhadora constitui um terço da população activa, e que é necessário a participação organizada dos jovens na luta contra o analfabetismo, «pelo ensino gratuito e de qualidade e pelo acesso sem discriminação à cultura», o referido documento afirma:

«Para conseguir vencer, é preciso estarmos organizados. Erguer nas empresas e nos sindicatos Comissões de Juventude deve ser a tarefa número um de todos os jovens trabalhadores. Os jovens desempregados devem poder integrar-se nos sindicatos reunindo-se em Comissões de Desempregados. A luta pela semana de 40 horas para todos, a luta pelo direito ao trabalho, pela distribuição

do trabalho existente por todos os braços trabalhadores, não havendo despedimentos, são a melhor garantia para lutar contra o desemprego.

«As funções destas comissões — refere, mais adiante, o texto apresentado no Encontro — são as de lutar pela defesa dos interesses da juventude trabalhadora integrada na luta mais geral dos outros trabalhadores. Só na coordenação destas Comissões de Juventude a nível regional e nacional, só na realização de um Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora, de que este Encontro de Lisboa e Setúbal deve ser o arranque, será possível criar um movimento de jovens, sindicalizados ou não, desempregados ou não, com vista à resolução dos problemas da juventude trabalhadora».

No decorrer dos trabalhos da secção que abordou o tema «A Juventude no movimento Sindical», seriam apontadas as actividades a desenvolver pelas Comissões de Juventude: «o estudo das questões específicas da juventude trabalhadora; a promoção da sindicalização dos jovens a partir da idade em que começam a trabalhar; a participação dos jovens na elaboração e discussão dos CCT, a introdução nos CCT das reivindicações específicas da juventude trabalhadora (formação profissional, horas para estudo, férias de exame, etc.); a promoção de iniciativas de âmbito sectorial, regional, distrital ou nacional com vista ao alargamento da participação dos jovens no movimento sindical; a promoção da formação de jovens militantes sindicais; a incentivação à eleição de jovens para estruturas do movimento sindical; a promoção da formação profissional dos jovens; a mobilização das jovens, quer através de iniciativas culturais ou recreativas; a organização e aproveitamento dos tempos livres, etc.